

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**ANDRÉ RODRIGUES IUSIF DAINEZ**

**INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS E DESEMPREGO ESTRUTURAL:  
OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHADOR E A AÇÃO SINDICAL**

**PIRACICABA  
2017**

ANDRÉ RODRIGUES IUSIF DAINEZ

INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS E DESEMPREGO ESTRUTURAL: OS  
IMPACTOS SOBRE O TRABALHADOR E A AÇÃO SINDICAL

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Profissional em Administração  
da Faculdade de Gestão e Negócios da  
Universidade Metodista de Piracicaba,  
como parte dos requisitos para obtenção  
do título de Mestre em Administração

Campo de Conhecimento  
Gestão de Pessoas e Estudos  
Organizacionais

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Rueda  
Elias Spers

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP  
Bibliotecária: Marjory Harumi Barbosa Hito - CRB-8/9128.

D133i	Dainez, André Rodrigues Lusif Inovações organizacionais e desemprego estrutural : os impactos sobre o trabalhador e a ação sindical / André Rodrigues Lusif Dainez. – 2017. 138 f. : il. ; 30 cm  Orientadora: Profa. Dra. Valéria Rueda Elias Spers Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Administração, Piracicaba, 2017.  1. Inovações Tecnológicas. 2. Organização da Produção. 3. Produtividade no Trabalho. 4. Desenvolvimento Econômico. I. Spers, Valéria Rueda Elias. II. Título.
-------	--

CDU – 658.5

ANDRÉ RODRIGUES IUSIF DAINEZ

INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS E DESEMPREGO ESTRUTURAL: OS  
IMPACTOS SOBRE O TRABALHADOR E A AÇÃO SINDICAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração

Campo de Conhecimento: Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Valéria Rueda Elias Spers  
(Orientadora)  
Universidade Metodista de Piracicaba

---

Profa. Dra. Graziela Oste Graziano Cremonesi  
Universidade Metodista de Piracicaba

---

Profa. Dra. Camilla Marcondes Massaro  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

João Vicente Silva Cayres  
Central Única dos Trabalhadores de São Paulo

Dedico este trabalho a meus pais, por todo o apoio incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a meus pais, Valdir Lusif Dainez e Cláudia Maria Rodrigues, por todo o apoio incondicional, afeto e amizade. Sem eles, este trabalho jamais seria possível. No caso do meu pai, agradeço ainda pelas ideias, correções e discussões sobre esta dissertação que me ajudaram muito.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Valéria Rueda Elias Spers, por todo o apoio a realização do presente trabalho, pelas aulas, orientações, discussões e amizade.

Agradeço às professoras membros da banca examinadora, Profa. Dra. Graziela Oste Graziano Cremonesi e Profa. Dra. Camilla Marcondes Massaro, pelas observações preciosas que me ajudaram a melhorar como pesquisador e a aprimorar a dissertação.

Agradeço aos membros da CUT SP, Roberto Felício e João Vicente Silva Cayres, este último também componente da banca examinadora, pela abertura à presente pesquisa e ajuda a sua realização, bem como pelas discussões e sugestões de leitura. Sem sua ajuda, este trabalho jamais seria possível.

Por fim, agradeço a todos meus amigos e colegas – do meio acadêmico e da música – pela convivência, amizade, pelas discussões e pela influência na minha forma de ver o mundo.

*“We will always be so much more human  
than we wish to be.”*

Daniel Gildenl w

## RESUMO

O estudo do processo de inovação, destacando-se as inovações na organização da produção, dentro da economia capitalista é de central importância para o entendimento da dinâmica concorrencial interempresarial, do mundo do trabalho, da inserção social e do desenvolvimento econômico. Em busca da expansão das potencialidades de lucro da empresa e do sistema como um todo, as inovações organizacionais, como formas de aumento da produtividade do trabalho, configuram-se como um processo antagônico: se por um lado estimulam o desenvolvimento econômico, por outro, geram desemprego estrutural, tornando cada vez necessário um nível maior de crescimento econômico para gerar emprego para todos. Implica-se aí um desafio para a ação sindical de representatividade da classe trabalhadora. Neste trabalho são analisadas as formas de organização da produção desde as Revoluções Industriais até o paradigma da acumulação flexível, iniciado pelo Toyotismo, e as formas como estas alteram o trabalho dentro da fábrica e impactam o desemprego estrutural e a ação sindical. Em seguida, analisa-se a forma como a percepção do trabalhador sobre seu trabalho, sua relação com a empresa e o sindicato é alterada com estas formas, com o objetivo de gerar-se uma contribuição para a discussão das pautas sindicais. Os trabalhadores da amostra percebem o aumento das exigências e funções no trabalho, percebem a substituição de trabalho vivo dentro da produção, sentem-se inseguros frente à estabilidade no emprego e quanto à preocupação da empresa em que trabalham frente a esta questão e estão abertos e reconhecem a importância da ação sindical frente a estes problemas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inovações Tecnológicas; Organização da Produção; Produtividade do Trabalho; Desemprego Estrutural; Negociação Sindical.

## ABSTRACT

*The study of the innovation process, highlighting the innovations on the production organization, in the capitalist economy is essential to the understanding of the intercompany competition, the world of labor, the social insertion and the economic development. In the search for expansion of the profit potentialities of the company and the system as a whole, the organizational innovations, ways of raising the labor productivity, are configured as antagonistic processes: by one side, they stimulate economic development, by the other, they create structural unemployment, making necessary a higher level of economic growth to create employments for all. This problem is a challenge to the labor unions action of representing the working class. This work analyses the forms of production organization from the Industrial Revolutions to the flexible accumulation paradigm, started with the Toyotism, and the ways that these forms change the work inside the factory and impact the structural unemployment and the labor union action. Then, analyses the ways the workers perception change about the work, the relation with the firm and the labor union, with the objective of creating a contribution to the discussion about labor union agendas. The workers of the sample perceive the increase in job requirements and functions, as well as the replacement of human labor within production. Most of them feel insecure about job stability and have concern about the company they work at, and are open and recognize the importance of trade union's action against these problems.*

**KEYWORDS:** Technological Innovations; Production Organization; Labor Productivity; Structural Unemployment; Trade Union Negotiation.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA PRIMEIRA PESQUISA .....	23
FIGURA 2- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA SEGUNDA PESQUISA .....	23
FIGURA 3- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA TERCEIRA PESQUISA.....	23
FIGURA 4- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA QUARTA PESQUISA.....	24
FIGURA 5- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA QUINTA PESQUISA.....	24
FIGURA 6- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA SEXTA PESQUISA.....	25
FIGURA 7- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA SÉTIMA PESQUISA.....	25
FIGURA 8- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA OITAVA PESQUISA.....	26
FIGURA 9 - TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA NONA PESQUISA.....	26
FIGURA 10- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA DÉCIMA PESQUISA.....	27
FIGURA 11- TELA DE BUSCA DA BASE <i>SCOPUS</i> NA DÉCIMA PRIMEIRA PESQUISA.....	28

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-ARTIGOS ENCONTRADOS SEPARADOS POR TEMÁTICA.....	29
QUADRO 2- MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	84
QUADRO 3- TABELA DE CORRELAÇÃO.....	117

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- TABELA DE FREQUENCIA DA PERGUNTA 2 .....	88
GRÁFICO 2- TABELA DE FREQUENCIA DA PERGUNTA 3.....	88
GRÁFICO 3- TABELA DE FREQUENCIA DA PERGUNTA 4.....	89
GRÁFICO 4- TABELA DE FREQUENCIA DA PERGUNTA 6.....	90
GRÁFICO 5- TABELA DE FREQUENCIA DA PERGUNTA 7 .....	91
GRÁFICO 6- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 1 .....	94
GRÁFICO 7- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 2 .....	96
GRÁFICO 8- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 3 .....	96
GRÁFICO 9- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 4 .....	97
GRÁFICO 10- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 5 .....	98
GRÁFICO 11- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 6 .....	100
GRÁFICO 12- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 7 .....	100
GRÁFICO 13- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 8 .....	101
GRÁFICO 14- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 9 .....	102
GRÁFICO 15- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 10 .....	103
GRÁFICO 16- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 11 .....	105
GRÁFICO 17- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 12.....	106
GRÁFICO 18- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 13 .....	107
GRÁFICO 19- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 14 .....	108
GRÁFICO 20- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 15 .....	109
GRÁFICO 21- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 16 .....	111
GRÁFICO 22- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 17 .....	112
GRÁFICO 23- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 18 .....	113
GRÁFICO 24- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 19 .....	114
GRÁFICO 25- TABELA DE FREQUENCIA AFIRMAÇÃO 20 .....	114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	18
1.4 METODOLOGIA.....	20
1.5 ESTRUTURA GERAL DA DISSERTAÇÃO.....	21
<b>2. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E NOTAS SOBRE O ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>22</b>
<b>3. A DINÂMICA HISTÓRICA DO CAPITALISMO E DO TRABALHO.....</b>	<b>34</b>
3.1 GÊNESE DO TRABALHO ASSALARIADO, DIVISÃO DO TRABALHO E A PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	34
3.2 SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMO: DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL AO MONOPÓLICO.....	40
3.3 DO CAPITALISMO REGULADO AO NEOLIBERALISMO.....	45
<b>4. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E TRABALHO.....</b>	<b>54</b>
4.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: O PARADIGMA TAYLORISTA/FORDISTA.....	54
4.2 FLEXIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: A REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA PELA VIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	60
4.3 POSSIBILIDADES CONTEMPORÂNEAS DA LUTA DO TRABALHO: DESEMPREGO TECNOLÓGICO E AS NOVAS FORMAS DE ESTRANHAMENTO.....	67
4.4 SINDICALISMO E REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR E CLASSE: HORIZONTES E DESAFIOS . .....	72
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>76</b>
5.1 UNIVERSO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO.....	77
5.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	80
5.3 AMOSTRA DA PESQUISA E A ESTRUTURA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	83
5.4 MATRIZ DE AMARRAÇÃO: PANORAMA DA PESQUISA.....	84
<b>6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>86</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE.....	86
6.2 POSTURA DO TRABALHADOR FRENTE ÀS INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS.....	93
6.2.1 O TRABALHADOR E O AUMENTO DAS FUNÇÕES E EXIGÊNCIAS.....	93
6.2.2 O TRABALHADOR E A AUTOMAÇÃO NA PRODUÇÃO.....	99
6.2.3 INSEGURANÇA DO TRABALHADOR FRENTE À EMPRESA E O EMPREGO.....	104
6.2.4 O TRABALHADOR E O SINDICATO.....	110
6.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÕES E DAS QUATRO SEÇÕES.....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

<b>APÊNDICE 1: INSTRUMENTO DE PESQUISA.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE 2: ACEITE DA APRECIÇÃO ÉTICA.....</b>	<b>137</b>

## Introdução

Desde a instauração do modo de produção capitalista são destacadas as alterações do processo produtivo e das formas de organização da produção. Porém, permanece inalterada a relação de produção especificamente capitalista, aquela sob a qual se assenta todo o sistema: o trabalho assalariado. É dentro desta relação que o valor é produzido pelo trabalho, e apropriado pela classe capitalista. Ou seja, é esta a relação que permite a existência do lucro não como mera diferença entre preços de venda e compra – sistema de soma zero característico do capital mercantil - mas como mais-valor, ou seja, valor produzido no processo produtivo, que alimenta a acumulação ampliada do capital, e é apropriado pela diferença existente entre o valor do salário do trabalhador e o valor que este cria com seu trabalho (MARX, 2013).

O processo de inovação, organizacional e tecnológica, à medida que revoluciona as bases da produção material, aumenta a produtividade, altera o valor das mercadorias (inclusive da força de trabalho), a organização das empresas, os encadeamentos produtivos e o mundo do trabalho. É um processo intrínseco ao próprio desenvolvimento capitalista e, à medida que altera as formas materiais da produção e da existência humana, afeta todo o tecido social<sup>1</sup>.

Como primeiramente mostra Marx (2013) e depois Schumpeter (1988), o processo de inovação, dentro do contexto da concorrência interempresarial, permite ao empresário um incremento da margem de lucro, dada a redução de custos, do valor da força de trabalho e/ou a possibilidade de ampliação da margem de lucro via diferenciação do seu produto. Os novos investimentos impactam outros setores da economia, ativando, via encadeamentos produtivos, investimentos em outros setores, multiplicando o efeito inicial, gerando demanda efetiva, novos empregos e determinando um ciclo de crescimento da economia (KEYNES, 1991).

---

<sup>1</sup>Para ilustrar este ponto, pode-se usar de exemplo a Primeira Revolução Industrial, onde o desenvolvimento da maquinofatura, materializado, primeiramente, pelo tear mecânico, revolucionou as formas de organização produtiva, decretou, após sua segunda fase, o progressivo aniquilamento das formas de produção anteriores (como o artesanato e o *putting out*), deu lugar a um intenso processo de urbanização e, ao desqualificar e desvalorizar o trabalho (inclusive acabando com a necessidade da força física para este) alterou profundamente o mundo do trabalho e as relações sociais (inclusive dentro da família). Ver, por exemplo, Oliveira (2003).

O progresso técnico e as alterações nas formas de organização da produção, motivados pela busca de lucro extraordinário, revolucionam de dentro para fora o processo produtivo, a organização da produção, o mundo do trabalho e toda a sociedade. Porém, como apontou pioneiramente Marx (2013), a tecnologia é poupadora de força de trabalho. Ela permitiria ao sistema capitalista o livre suprimento de trabalhadores a um custo adequado ao da acumulação à medida que, ao revolucionar constantemente suas forças produtivas, expulsa constantemente trabalhadores de seus empregos, formando uma superpopulação relativa, que tem como função o suprimento de trabalhadores ao setor produtivo a custos baixos e promove a libertação do processo industrial da última dinâmica que ainda era exógena ao sistema: o crescimento vegetativo da população é substituído pela existência de superpopulação relativa no lado da oferta de força de trabalho.

Ao alterar as funções do trabalhador dentro do processo produtivo, sua qualificação e remuneração, altera sua inserção social. Numa sociedade em que as bases produtivas têm papel central na vida humana e a inserção do indivíduo na sociedade se dá, majoritariamente, via o emprego assalariado, uma modificação do seu trabalho revoluciona todo o tecido social. Altera a relação do homem com a natureza, com a sociedade e si mesmo (MARX, 2013). Como apontou Weber (1992), o processo de racionalização progressiva da vida, iniciado na transição do feudalismo para o capitalismo, mais que mero processo de desenvolvimento, se constitui num processo civilizatório.

Desta forma, as alterações na organização da produção, nas revoluções industriais, serviram ao propósito de barateamento do custo da mão de obra e legitimação do capitalismo, e, conseqüentemente, da doutrina da fábrica - como sistema social. A maquinização do processo produtivo libera progressivamente o capital de sua dependência do trabalho, aumentando o desemprego, rebaixando os salários e aumentando o potencial de extração de lucro (MARX, 2013). E é dentro deste contexto, de reestruturações cíclicas para reafirmar a dominação do capital sobre a produção e a ordem social, que se inserem as mudanças da organização da produção e as chamadas inovações organizacionais. O objetivo delas, de expandir os potenciais da lucratividade empresarial, afeta de forma antagônica as classes sociais. Nesta linha de

raciocínio podem-se analisar, de forma crítica, os paradigmas da organização da produção taylorista/fordista e da acumulação flexível, inspirado pelo toyotismo.

É praticamente universal a percepção de que o processo de inovação é objeto de busca sistemática dentro da estrutura das empresas, sendo seu entendimento requisito necessário para a compreensão da dinâmica da concorrência interempresarial. Ou seja, as inovações, tecnológicas e organizacionais não alteram apenas a dinâmica da relação entre capital e trabalho, mas entre capital e capital, ou seja, a concorrência entre as empresas no mercado. Da mesma forma, não determinam a expulsão apenas da força de trabalho do processo produtivo, mas, ao permitir uma aceleração do processo de concentração de capitais, determina a expropriação do capital pelo capital, o processo de concentração de capital (MARX, 2013).

Mais que mero processo de reorganização produtiva ou dinâmica concorrencial, a inovação rompe o invólucro da firma e, ao alterar o processo de trabalho, fomentar novos investimentos e permitir o acesso a novos mercados, afeta a dinâmica do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1988).

Dentro do contexto da Segunda Revolução Industrial, como uma forma de racionalização da produção e desenvolvimento último da divisão do trabalho - preconizada por Adam Smith e depois materializada na teoria de Taylor - surge o Fordismo, caracterizado pela introdução da esteira mecanizada no processo produtivo, o parcelamento das tarefas do trabalhador e a massificação da produção, visando crescentes economias de escala (MORAES NETO, 1986).

Este paradigma se torna *mainstream* na dinâmica empresarial até que, dentro do contexto de um esgotamento do ciclo fordista e da crescente internacionalização da produção, surge o toyotismo no Japão, uma forma de gestão em que a busca das economias de escala crescentes via massificação e homogeneização da produção que são substituídas pelo progressivo “enxugamento” do processo produtivo, do pessoal efetivo, do estoque e pelo tensionamento do processo produtivo, via exigência de crescente multifuncionalidade do trabalhador e variadas técnicas de captura da subjetividade – ou seja, de controle psicológico dos operários -, visando o crescente engajamento deste. Estas técnicas de gestão permitem a produção de pequenas quantidades de produtos heterogêneos a preços competitivos (ANTUNES, 2002; CORIAT, 1994).

Os princípios de gestão toyotistas, ao lado da ascensão do neoliberalismo, inspiram processos de flexibilização da produção que têm consequências drásticas sobre o mundo do trabalho: alteram a função do trabalhador, a elasticidade-demanda do emprego, as formas de contratação, a atuação dos sindicatos e a própria inserção do trabalhador na sociedade.

Coriat (1994) mostra em sua análise que, apesar de o toyotismo ser frequentemente tratado como um sistema de gestão de “estoque zero”, este princípio só é utilizado pela possibilidade de enxugamento do pessoal por trás da redução do estoque. Ou seja, dada a inviabilidade de incrementos de produção via ganhos de escala no contexto do Japão no pós-guerra e a necessidade de uma organização da produção adaptável às flutuações de demanda e ao perfil desta, que apontava para a necessidade de produção de pequenas quantidades de produtos heterogêneos, o toyotismo busca a fábrica mínima, o corte de todos os “excessos” da linha de produção, e é este o seu cerne: uma forma de redução de pessoal efetivo (CORIAT, 1994; GOUNET, 1999). É possível observar, portanto, desde as transições do padrão manufatureiro para as constantes inovações no processo produtivo, que a redução do pessoal efetivo é uma constante.

O problema do desemprego tecnológico é pouco estudado por autores ligados à ideologia do liberalismo econômico, *mainstream* da chamada ciência econômica e da área dos estudos organizacionais. Estes são adeptos do que Marx (2013) chamou de “teoria da compensação”, que afirma que os trabalhadores deslocados pela inovação tecnológica seriam reabsorvidos pelo desenvolvimento de outros setores de produção. O fato é que, como o próprio Marx (2013) afirma ao se analisar o contexto global em que isso ocorre, só pode existir um aumento da taxa de lucro global do sistema à medida que a reabsorção de trabalho seja menor do que o trabalho deslocado pela maquinaria, do contrário a introdução da maquinaria em nada reduziria a utilização do trabalho vivo no processo produtivo. É importante destacar, porém, que o crescimento econômico pode, acompanhado deste fenômeno citado, levar à reintegração de todos os trabalhadores deslocados em outros setores, porém esta demanda por trabalho sempre será menor do que o que seria sem a maior produtividade do trabalho, dada pela alteração na organização da produção ou mecanização da produção. Portanto, esta reintegração não condiz com a análise de equilíbrio das

chamadas “teorias da compensação”, pois se apoia em elementos conjunturais, a saber, o crescimento econômico.

As diferentes formas de organização da produção, como aponta Antunes (2002), possuem elementos de continuidade e descontinuidade entre si. Desta forma, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que mantém as contradições principais do sistema capitalista quanto à relação de produção, determinam novos desafios para a ação sindical e a causa trabalhadora. E o problema da progressiva ascensão do desemprego e precarização das condições e da estabilidade do trabalho deve estar dentro desta discussão.

### **1.1 Problema de Pesquisa**

Com o aprofundamento das novas técnicas flexíveis de organização da produção, os ganhos de produtividade são crescentemente focados na maior exploração da força de trabalho, se configurando, portanto, um processo antagônico entre as classes sociais.

Dentro deste contexto, portanto, a hipótese que conduz que este trabalho é a de que as inovações organizacionais, aliadas à maquinização da produção, constituem formas de poupar trabalho no processo produtivo, reduzindo o quadro de funcionários efetivos, aumentando as exigências sobre os restantes e configurando uma tendência problemática de longo prazo, em uma sociedade em que a principal forma de inserção social é o trabalho assalariado (ANTUNES, 2002). Desta forma, a luta contemporânea da classe trabalhadora, materializada nas pautas das instituições sindicais, não pode se apoiar mais apenas na luta por melhores salários, na relação com as empresas, e na demanda por políticas econômicas que estimulem a geração de empregos, com o governo. Ela deve passar necessariamente pelo entendimento das inovações na linha de produção como um processo desempregador.

Desta forma, a pesquisa tem como propósito o entendimento da forma que as inovações organizacionais afetam a classe trabalhadora e as demandas que geram para estas, com o objetivo de suscitar novas pautas para a ação sindical. Para responder a esta demanda, apresenta-se a seguinte questão: **“Quais os impactos das inovações na organização do trabalho para o**

**trabalhador e quais são as novas demandas criadas por este processo para a ação sindical?”.**

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

O objetivo geral do trabalho é **discutir as formas com que o desenvolvimento das inovações organizacionais, entendidas como formas de aumentar a produtividade do trabalho e de “enxugamento” do pessoal efetivo, impactam a classe trabalhadora e afetam as possibilidades da ação sindical.**

Para atender o objetivo geral, foram identificados como **objetivos específicos:**

- estabelecer um diagnóstico, via análise histórica, da relação de causalidade entre as inovações organizacionais do paradigma da acumulação flexível e o desemprego;
- realizar um levantamento demográfico da amostra composta por trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico;
- investigar, por meio dos trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico, os impactos do processo de inovação e diagnosticar se há uma demanda por formas diferentes de ação sindical frente ao problema;
- finalmente, caso sejam diagnosticadas estas demandas, propor ao sindicato, por intermédio do qual foi aplicada a pesquisa, pautas para enfrentamento do problema.

## **1.3 Justificativas da Pesquisa**

A curiosidade pela pesquisa surgiu da monografia de minha graduação, que tratou sobre o Padrão-Ouro e a Crise de 1929. O estudo de uma crise mostra a violência do desemprego e a dificuldade de manutenção do pleno emprego dentro do sistema capitalista. Como afirma Keynes (1991), o pleno emprego jamais pode ser interpretado como a materialização de uma tendência de equilíbrio, como prega a ortodoxia econômica, pois a tendência intrínseca da

economia capitalista é a instabilidade e os ciclos econômicos. Isto ocorre pelo fato de que as decisões de investimento e consumo, que determinam a manutenção do ciclo de prosperidade da economia, são apoiadas nas expectativas dos agentes econômicos, efêmeras e sujeitas a brutas flutuações. Ainda, porque o mesmo estado de expectativas e situação de liquidez que conduz os *animal spirits* - intuição otimista quanto à realização de lucro por parte dos empresários - ao investimento, também incentiva a especulação e o surgimento de manias especulativas, inflação de ativos, bolhas especulativas, e a posterior quebra destas expectativas, reversão do estado de expectativas e crise. O pleno emprego só pode ser, portanto, um estado passageiro (KEYNES, 1991).

Se esta análise já nos mostra a fragilidade com que a economia capitalista pode manter os empregos via as políticas de consenso de inspiração keynesiana típicas do *Welfare State*, soma-se a este fato outro talvez mais desolador. A própria lei de movimento da economia capitalista determina a contínua expulsão dos trabalhadores de seus postos e sua substituição por formas mais avançadas de obtenção do mais-valor relativo – ou seja, não mais pelo mero aumento extensivo da jornada de trabalho, mas por ganhos de produtividade, um aumento da exploração do trabalho – seja via mecanização ou novas formas de organização da produção (MARX, 2013). Se não fosse assim, a demanda crescente por trabalho, típica de um ciclo de prosperidade, determinaria um aumento dos salários que, futuramente, levaria ao prejuízo das potencialidades de lucro do sistema. Além desta razão que diz respeito às potencialidades do lucro, Kalecki (1987) acentua que existem consequências políticas do pleno emprego, dentre elas a perda do caráter disciplinador da demissão no caso de uma economia em pleno emprego. É dentro deste contexto que se deve entender as revoluções na organização da produção desde as Revoluções Industriais até os paradigmas da organização da produção do pós-guerra materializados pelo fordismo e a acumulação flexível, de inspiração toyotista (ANTUNES, 2002).

Estas análises do plano macroeconômico e da economia política devem ser utilizadas como linhas condutoras, e acrescidas de investigações na área dos estudos organizacionais para que se possa entender, de forma mais aprofundada, os determinantes das formas de organização da produção, os seus impactos entre as classes sociais e, então, as possibilidades de minimização dos

efeitos antagônicos, ou seja, dos prejuízos da qualidade e estabilidade do emprego oriundos pela busca do aumento do lucro. É dentro desta lacuna de associação entre a economia política e os estudos organizacionais que se pretende desenvolver o presente trabalho.

Após o desmanche do Estado do Bem-estar Social e a ascensão do neoliberalismo, a realidade das economias dos mais diversos países parece ser inexoravelmente a sujeição às crises cíclicas e a resistência da taxa de desemprego à sua redução. A classe trabalhadora convive com o aumento da estafa e estresse causado pela crescente exigência de multifuncionalidade e engajamento, e a sombra do desemprego, dado pelo crescente enxugamento de trabalho vivo do processo produtivo, e o desmanche das leis trabalhistas. Dentro desta conjuntura é importante o entendimento de que a luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho não pode se limitar à exigência, com as empresas, de melhores condições de trabalho e salários e, com o Estado, de políticas econômicas que propiciem a geração de empregos. A pauta de contenda da classe trabalhadora deve, necessariamente, levar em conta o papel das novas formas de organização flexível da produção como uma maneira de precarização do seu trabalho, redução da demanda por trabalho, e “libertação” da dependência do capital para com este trabalho.

A pesquisa, portanto, se justifica pela necessidade de produção teórica na área dos Estudos Organizacionais que problematize as externalidades geradas por estas novas formas de organização para o mundo do trabalho, potencializadas em grande parte pelos avanços tecnológicos, e que possa contribuir para a pauta sindical e a luta pela estabilidade no trabalho.

#### **1.4 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa analítica e diagnóstica, de análise qualitativa e quantitativa, por meio da aplicação de um questionário com escala de concordância, que busca mensurar a percepção de uma amostra composta por trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico frente às novas formas de organização da produção e as demandas destes frente à ação sindical. Os dados serão analisados com o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social*

*Sciences*). Com o questionário, além de se buscar captar a percepção do trabalhador frente às novas formas de organização do trabalho, busca-se suscitar discussões sobre pautas de enfrentamento com o sindicato, caracterizando-se como uma pesquisa aplicada por meio de um estudo de caso.

## **1.5 Estrutura Geral da Dissertação**

No Capítulo 1, é apresentado o projeto de pesquisa, que é composto pelas considerações iniciais, pelo problema, pelos objetivos, pela justificativa e relevância da pesquisa, e pelos procedimentos metodológicos.

No Capítulo 2 é realizada uma investigação sobre o estado da arte do tema, por meio de um estudo bibliométrico.

O Capítulo 3 é destinado à análise histórica do trabalho assalariado dentro do capitalismo, a partir de sua gênese, na Primeira Revolução Industrial.

O Capítulo 4 foca a análise nas formas de organização da produção e como estas alteraram o trabalho.

No Capítulo 5, são descritos os procedimentos para a realização da pesquisa, bem como a elaboração do questionário e sua forma de aplicação.

No Capítulo 6 são apresentados os resultados obtidos e a análise dos dados.

Encerra-se com as considerações finais, sugestões para trabalhos futuros e as possíveis implicações da pesquisa para as ações de negociação sindical.

## 2. Revisão Sistemática da Literatura e Notas Sobre o Estado da Arte

Com o intuito de verificar as pesquisas mais recentes sobre a temática das inovações organizacionais e sua relação com o desemprego estrutural foi realizada uma revisão sistemática da literatura na base de periódicos *Scopus* e na base de artigos da ANPAD.

A primeira base consultada é, segundo o próprio site e segundo notícia do portal Capes (2007), a maior base de artigos e dados científicos do mundo. Contando com mais de 21 mil títulos (Elsevier, 2016), a sua consulta permite uma constatação de como anda a produção científica *mainstream* acerca do tema, permitindo obter percepções sobre o estado da arte do assunto e a constatação de *gaps*: lacunas teóricas na pesquisa do tema que possam justificar ou suscitar novas pesquisas.

O método da revisão sistemática da literatura, ou pesquisa bibliométrica, consiste na consulta à base de dados por meio de palavras-chave ou cruzamentos entre estas (utilizando o comando lógico “e” – intersecção – ou “ou” – união) e alguns filtros para que se possa localizar todos os artigos que tratem do tema pesquisado. Quanto ao comando lógico entre as palavras-chave citado acima, a utilização do “e” faz com que sejam trazidos apenas os artigos que contém ambas as palavras-chave e o “ou” faz que sejam trazidos os artigos que possuem uma ou a outra palavra-chave.

A consulta ao *Scopus* foi realizada no dia 01 de Dezembro de 2016. A área escolhida para a busca foi Ciências Sociais e Humanas. O período escolhido foi de até 10 anos atrás, buscando artigos, então, de 2006 até o presente (>2005).

As palavras-chave inicialmente escolhidas foram “organização do trabalho” e “desemprego estrutural”, em português e inglês, para que fossem trazidos artigos que estabelecessem possíveis cruzamentos entre estas duas variáveis. Análise, portanto, semelhante à do presente trabalho.

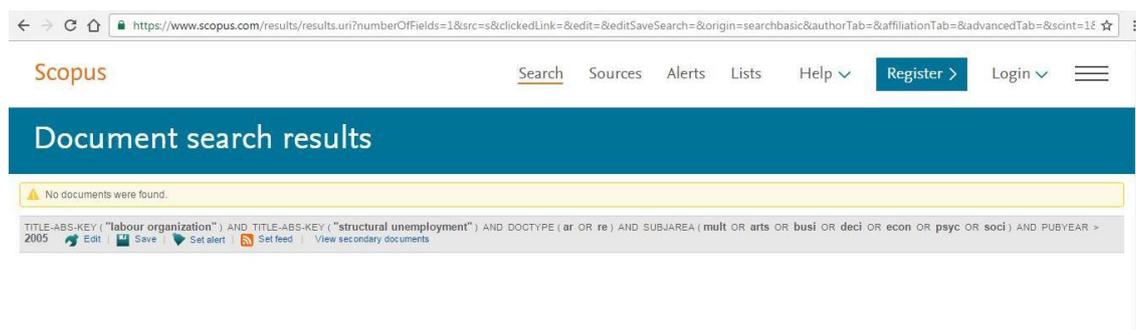
Quando pesquisado em português, utilizando as palavras-chave “organização do trabalho” e “desemprego estrutural”, nenhum documento foi encontrado.

Figura 1: Tela de busca da base Scopus na primeira pesquisa.



Pesquisando em inglês, com os termos “*labour organization*” e “*structural unemployment*”, nenhum documento foi localizado, também.

Figura 2: Tela de busca da base Scopus na segunda pesquisa.



A palavra “*labour*”, trabalho em inglês, também pode ser escrita como “*labor*”. Então, foi realizada mais uma busca, agora com as palavras-chave “*labor organization*” e “*structural unemployment*”. Também não foi encontrado nenhum documento.

Figura 3: Tela de busca da base Scopus na terceira pesquisa.



Desta forma, pode-se afirmar que não foram encontrados, na base de periódicos *Scopus*, artigos que estabelecessem um cruzamento entre os termos organização do trabalho e desemprego estrutural.

Outro termo que pode ser utilizado para substituir “organização do trabalho” na busca é “inovações organizacionais”, enfatizando as inovações na organização da produção e seus impactos no desemprego estrutural. Foram realizadas, então, novas consultas realizando esta substituição.

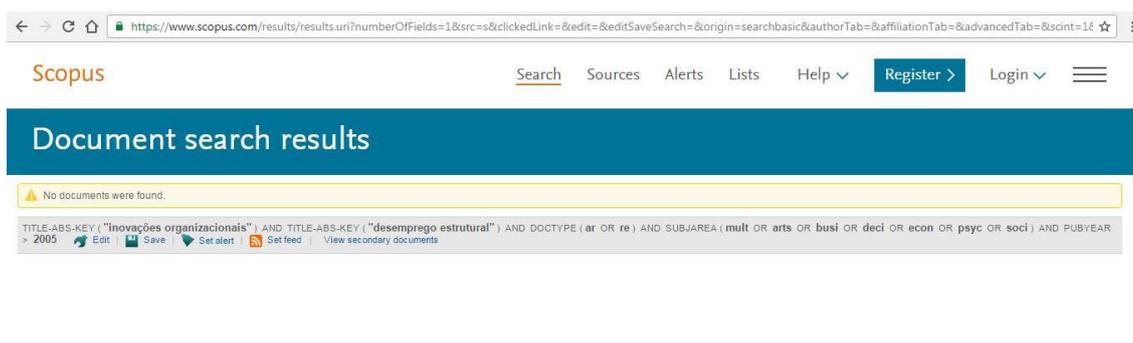
Primeiramente, foram utilizadas as palavras-chave “inovação organizacional” e “desemprego estrutural”. Como resultado, não foi encontrado nenhum documento.

**Figura 4: Tela de busca da base *Scopus* na quarta pesquisa.**



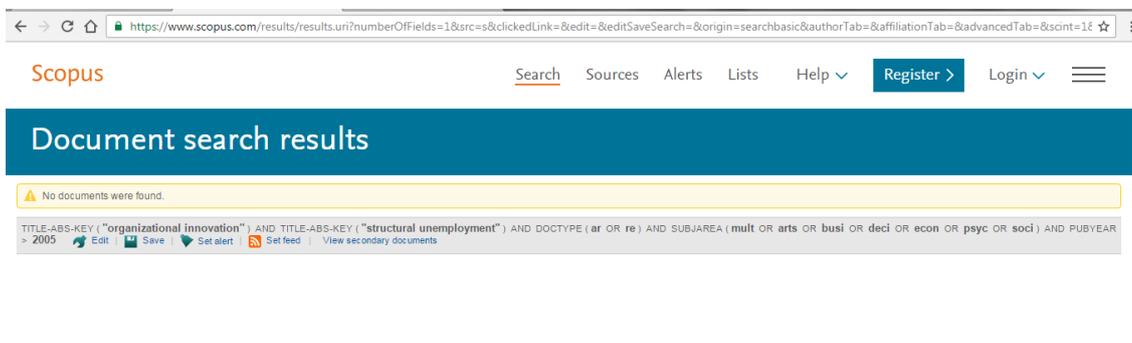
Na pesquisa seguinte, foram utilizadas as palavras-chave “inovações organizacionais” e “desemprego estrutural”, para verificar se, com o primeiro termo no plural, seria encontrado algum artigo. Mais uma vez, nenhum documento foi encontrado.

**Figura 5: Tela de busca da base *Scopus* na quinta pesquisa.**



Seguiu-se a busca dos termos em inglês, “*organizational innovation*” e “*structural unemployment*”. Nenhum documento foi encontrado.

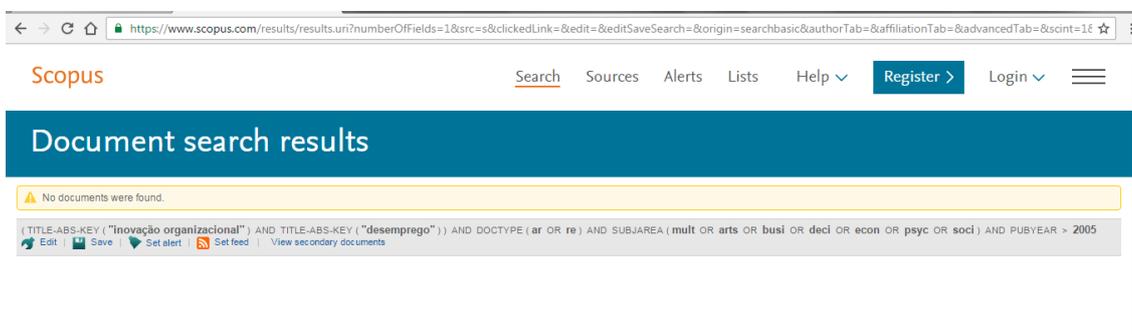
**Figura 6: Tela de busca da base *Scopus* na sexta pesquisa.**



Embora o termo “desemprego estrutural” seja muito mais preciso para a pesquisa - pois o desemprego gerado pelas novas formas de organização da produção não se caracteriza por ser conjuntural, ou seja, fruto dos ciclos econômicos ou quaisquer outros fatores passageiros, mas sim de alterações na dotação entre capital e trabalho na produção decorrentes da lógica de expansão do capitalismo (OFFE, 1989) – foi utilizado, nas próximas buscas, o termo “desemprego” e seu equivalente no inglês, “unemployment”.

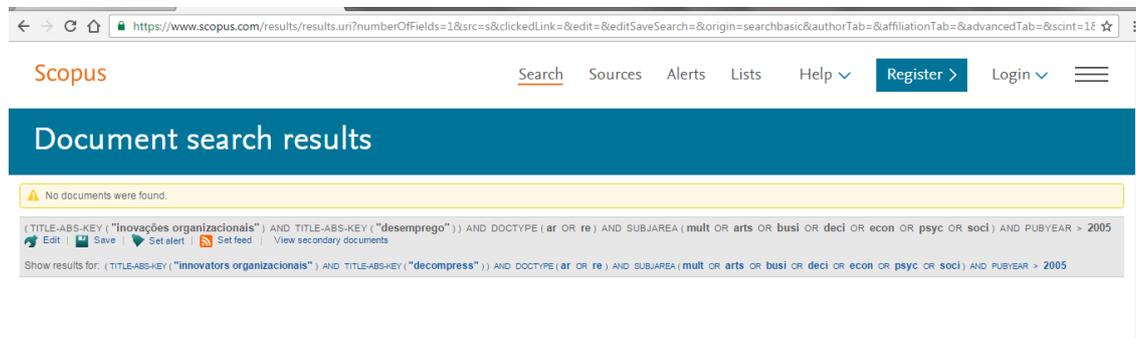
Utilizando as palavras-chave “inovação organizacional” e “desemprego”, nenhum documento foi obtido na busca.

**Figura 7: Tela de busca da base *Scopus* na sétima pesquisa.**



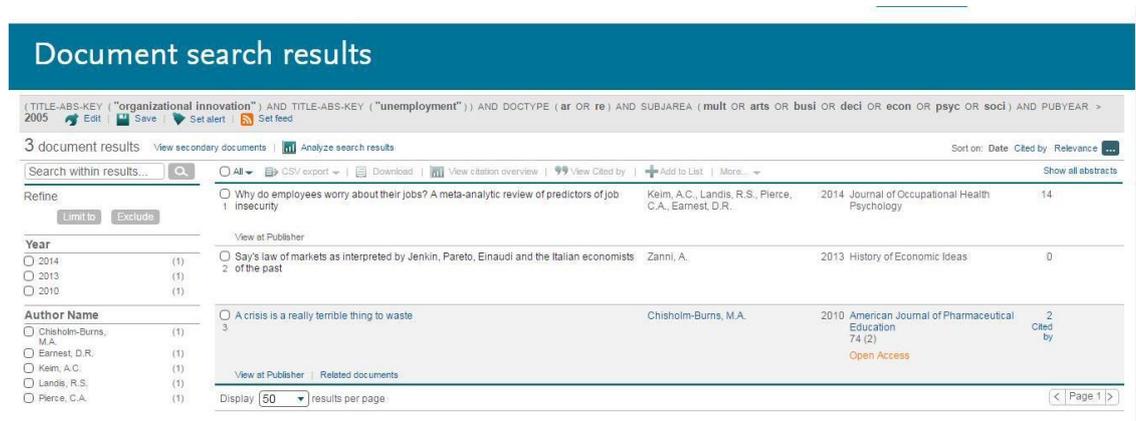
Com a variação da primeira palavra-chave no plural, ou seja, a busca por “inovações organizacionais” e “desemprego”, o resultado foi o mesmo.

**Figura 8: Tela de busca da base Scopus na oitava pesquisa.**



Passando as palavras-chave para o inglês, foram pesquisadas “organizational innovation” e “unemployment”. Foram encontrados três artigos como resultado.

**Figura 9: Tela de busca da base Scopus na nona pesquisa.**



Quantos aos artigos obtidos, nenhum dos três são relacionados ao tema das relações entre as inovações organizacionais e o desemprego, apesar de conter as palavras-chave escolhidas.

O primeiro artigo encontrado, “*Why do employees worry about their jobs? A meta-analytic review of predictors of job insecurity*”, de Keim et al. (2014), se utiliza da teoria do contrato psicológico de trabalho para entender os preditores do sentimento de insegurança no trabalho. Apesar de estabelecer uma relação entre a taxa de desemprego e a insegurança no trabalho, não tem como objetivo

o estabelecimento de relações causais entre as formas de organização da produção e o desemprego.

O segundo artigo encontrado “Say's law of markets as interpreted by Jenkin, Pareto, Einaudi and the Italian economists of the past”, de Zanni (2013), trata da interpretação de vários economistas italianos do passado sobre a Lei de Say, uma lei de equilíbrio da teoria econômica ortodoxa.

O terceiro e último artigo encontrado, “*A Crisis is a Really Terrible Thing to Waste*”, de Chrisholm-Burns (2010), trata dos impactos e possibilidades do setor farmacêutico frente às crises econômicas.

Nenhum dos três artigos encontrados até agora, portanto, é relacionado ao tema de estabelecer relações entre as formas de organização da produção e o desemprego.

Na próxima busca, foram utilizadas as palavras-chave “organização do trabalho” e “desemprego”. Nenhum documento foi obtido na busca.

**Figura 10: Tela de busca da base Scopus na décima pesquisa.**



Na próxima busca, foram utilizados o termo em inglês, com as duas variações da palavra trabalho em inglês: *labour* e *labor*. A pesquisado foi feita, então, com “*labour organization*” e “*unemployment*” ou “*labor organization*” e “*unemployment*”, de forma que o sistema traga os resultados tanto para o cruzamento entre as duas primeiras palavras-chave quanto para as duas últimas palavras-chave. Foram obtidos 46 resultados em espanhol e inglês, nenhum na língua portuguesa.

Figura 11: Tela de busca da base *Scopus* na décima primeira pesquisa.

The screenshot displays the Scopus search results interface. At the top, the URL is visible: <https://www.scopus.com/results/results.uri?sort=plf-f&src=s&st1='labour+organization'&st2='desemprego+estrutural'&nlo=&nlr=&nls=&sid=3CF039DE863038851ABE6A138D2F237>. The page title is "Document search results". Below the title, the search query is shown: "TITLE-ABS-KEY ("labour organization") AND TITLE-ABS-KEY ("unemployment") OR TITLE-ABS-KEY ("labor organization") AND TITLE-ABS-KEY ("unemployment") AND DOCTYPE (af OR fb) AND SUBJAREA (mult OR arts OR busi OR decl OR econ OR psyc OR soci) AND PUBYEAR > 2005 AND (EXCLUDE (SUBJAREA, "COMP") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "MATH") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "DECI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "ENGI") OR EXCLUDE (SUBJAREA, "PSYC")) AND (EXCLUDE (LANGUAGE, "Croatian") OR EXCLUDE (LANGUAGE, "French"))".

The results are sorted by Relevance. The table shows the following results:

Retine	Title	Author	Year	Journal	Cited by
1	Liberals, Labor, and the Democratic Party's Volatile Relationship with Free Trade	Kucik, J., Moraguez, A.	2016	Forum (Germany)	0
2	An unspoken crisis: the 'scarring effects' of the complex nexus between education and work on two generations of young Australians	Cuervo, H., Wyn, J.	2016	International Journal of Lifelong Education	0
3	The role of institutions in explaining wage determination in the Eurozone: A panel cointegration approach	Camarero, M., D'Adamo, G., Tamarit, C.	2016	International Labour Review 155 (1), pp. 25-56	0
4	Determinants of the gender unemployment gap in Italy and the United Kingdom: A comparative investigation	Baussola, M., Mussida, C., Jenkins, J., Penfold, M.	2015	International Labour Review	0
5	Gender and labour in times of austerity: Ireland, Italy and Portugal in comparative perspective	Addabbo, T., Bastos, A., Casaca, S.F., Durwary, N., Ni Léime, A.	2015	International Labour Review	0
	Grassroots labor organizations in metropolitan buenos aires, 2003-2007	Scolnik, F.	2015	Latin American Perspectives	0

Seguiu-se a leitura dos resumos de todos os resultados. Entre os 46 artigos, 42 foram localizados pelo mecanismo de busca por terem sido publicados ou citarem a *Internation Labour Organization* (ou seja, por conterem a palavra-chave “*labour organization*”), mas não necessariamente tratam da temática da organização do trabalho e do desemprego. Os artigos foram, então, separados por sua temática.

A separação temática se mostra útil para a revisão sistemática da literatura, pois, embora nem todos os resultados estejam de acordo com a intenção da busca – ou seja, localizar artigos que analisem as relação entre a organização da produção e o desemprego – foram trazidos artigos cujas temáticas se relacionam ou mesmo tangenciam as relações organizacionais e o desemprego, como união entre trabalhadores, regulação pública do trabalho e determinação dos salários, por exemplo. Esta metodologia permite, portanto, separar estes resultados que se relacionam de alguma forma com o tema dos que não tem relação importante com o mesmo.

O quadro abaixo apresenta as temáticas encontradas junto, na segunda coluna, da frequência, ou seja, do número de artigos encontrado para cada temática.

**Quadro 1:** Artigos encontrados separados por temática.

<b>Temática</b>	<b>Número de artigos</b>
Políticas Macroeconômicas para aumentar o emprego/diminuir o desemprego	10
Análise da economia com ênfase no Mercado de Trabalho	4
Sobre a <i>International Labour Organization</i>	3
Indicadores de emprego	3
Educação e trabalho	2
Diferenças de desemprego entre gêneros	2
Economia Informal	2
Sobre emprego em tempo parcial	2
Regulação pública do trabalho	2
Política americana e trabalho	1
Determinação de salários	1
Organizações sindicais de base	1
Empreendedorismo	1
Relação entre renda nacional e desemprego	1
Relação entre desemprego e mortalidade	1
Ativismo dos trabalhadores negros	1
Políticas públicas e salários	1
Regulação do tempo de trabalho e desemprego	1
Políticas sociais regionais	1
Licença remunerada para afastamento por doença	1
Proposta para flexibilização do mercado de trabalho	1
Sindicalização de minorias	1
Emprego como <i>status</i> e bem-estar	1
Novas formas de organização da produção e desemprego	1
Imigração e emprego	1
<b>Total</b>	<b>46</b>

A temática com a maior frequência encontrada (dez artigos) foi a de políticas macroeconômicas para aumentar o emprego ou reduzir o desemprego. Na maioria dos artigos fica clara a importância de estímulos macroeconômicos para a manutenção e elevação do nível de emprego, como políticas monetária e fiscal expansivas, e a importância dos mecanismos governamentais de proteção social, como deixa claro Stiglitz (2013).

A segunda temática de maior frequência (quatro artigos) entre os artigos encontrados diz respeito às análises da economia com ênfase no mercado de trabalho, temática que dialoga com a anterior.

Segue-se a estas as duas temáticas que agrupam três artigos cada: artigos sobre a *International Labour Organization* e artigos que discutem indicadores de emprego.

As temáticas de educação e emprego, diferenças de desemprego entre gêneros, economia informal, emprego em tempo parcial e regulação pública do trabalho retornaram dois artigos cada uma.

Por fim, com apenas um artigo, foram trazidas as temáticas de política americana e trabalho, determinação de salários, organizações sindicais de base, empreendedorismo, relações entre renda nacional e desemprego, relações entre o desemprego e a mortalidade, ativismo dos trabalhadores negros, políticas públicas e salários, as relações entre a regulação do tempo de trabalho e o desemprego, políticas sociais regionais, análise sobre a licença remunerada para afastamento por doença, proposta de flexibilização do mercado de trabalho, sindicalização das minorias, as relações entre o emprego entendido como *status* e o bem-estar do indivíduo, novas formas de organização da produção e seus impactos no desemprego e na hegemonia americana e, por fim, as relações entre imigração e emprego.

Foram encontrados três artigos relacionados ao tema das relações entre organização do trabalho e desemprego: “*Grassroots Labor Organizations in Metropolitan Buenos Aires*”, de Scolnick (2014), “*Short-time work: The German answer to the Great Recession*”, de Brenke, Rinne e Zimmermann (2013), e “*Hegemony and the U.S. Labor Model*”, de Fernandez (2007).

O artigo de Scolnick (2014) analisa a ação sindical na Argentina após a crise de 2001. O autor mostra que o movimento sindical sofreu um duro golpe na década de 1990 com a ascensão do neoliberalismo e que a retomada do crescimento após a crise de 2001 e a redução do desemprego possibilitaram uma retomada do movimento sindical e uma reativação da negociação coletiva. A crise, porém, levou a uma reconfiguração na organização sindical, dando lugar a uma maior participação dos movimentos sindicais de base, comitês internos, que permitiam o deslocamento do processo decisório para o ambiente de trabalho, em concordância com as assembleias da comunidade, movimentos de trabalhadores desempregados e o movimento das fábricas recuperadas - que envolvia a recuperação de fábricas falidas por trabalhadores e a autogestão destas, ou seja, a gestão pelos próprios trabalhadores. O artigo se relaciona com o tema da organização do trabalho à medida que um dos pilares facilitadores ou dificultadores da implantação das novas formas flexíveis de organização da produção é a forma de organização sindical, mais dócil ou mais combativa.

Também, ao descrever a importância do sindicalismo de base na Argentina após a crise de 2001 e a afinidade com o movimento das *recovered factories* e as *labour-managed firm*, abrange o tema das relações entre desemprego e organização da produção.

O artigo de Brenke, Rinne e Zimmermann (2013) mostra a importância do trabalho em tempo reduzido durante a crise de 2008 para combater o desemprego na Alemanha. Dialoga com a organização da produção e o desemprego à medida que a redução da jornada de trabalho é uma das propostas possíveis para se combater o desemprego estrutural.

O artigo de Fernandez (2007), entre os encontrados, é o que mais relaciona a organização da produção com o desemprego. O autor mostra que ocorreram mudanças na dinâmica global da economia capitalista, com novas potências geopolíticas surgindo no contexto internacional, com a ascensão do neoliberalismo e de novas formas de organização da produção flexíveis, como resposta à crise de acumulação dos países capitalistas desenvolvidos. A era neoliberal da acumulação flexível, marcada pelo desemprego, aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza, ameaça a hegemonia estadunidense. As novas formas flexíveis de acumulação expõem como um mito a imagem de que os Estados Unidos é um grande gerador de empregos.

Apesar de não se situar dentro do tema da organização da produção e os impactos no desemprego, vale citar os artigos de Sturn (2013) e Deakin, Malmberg e Sarkar (2014) que tratam de um tema cujo resgate possibilita uma compensação da precarização e instabilidade do emprego nas economias após a reestruturação produtiva: a regulação pública do trabalho. Deakin, Malmberg e Sarkar (2014) ao analisar 6 países da OECDE (*Organization for Economic Co-operation and Development*), afirmam que, embora na sua amostra não tenha sido eficiente para reduzir o desemprego, as leis trabalhistas se mostraram positivamente correlacionadas ao aumento da participação do trabalho na renda nacional. Sturn (2013), baseado em dados de 20 países da OECDE, afirma que leis de proteção ao emprego, em mercados de trabalho corporativistas, reduzem o desemprego e que a política social de amparo ao desemprego não tem efeitos negativos. Adicionalmente, o autor mostra que baixos níveis de acumulação de capital, políticas fiscais restritivas e altas taxas de juros aumentam o desemprego.

Por fim, Dembe (2011), ao analisar os fatores que determinaram o desenvolvimento das leis de regulação do tempo de trabalho mostra que, além de preocupações humanitárias e ação organizada da força de trabalho, as leis de regulação do tempo de trabalho foram influenciadas pela necessidade de criação de postos de trabalho. A redução da jornada de trabalho é uma das formas propostas para contrabalancear o desemprego estrutural oriundo da tecnologia e das novas formas de organização do trabalho

Pela revisão sistemática da bibliografia realizada na base *Scopus*, pode-se concluir que, nos últimos dez anos, poucos trabalhos dentro desta base se voltam ao estudo do aumento do desemprego e dos problemas gerados para a classe trabalhadora pelas formas contemporâneas de organização da produção. Mais ainda, pode-se talvez inferir pela necessidade do preenchimento de uma possível lacuna no *mainstream* da produção entre a organização do trabalho e as políticas de desenvolvimento econômico, uma associação que é importante para fomentar a luta da classe trabalhadora pelas melhoras da sua inserção social e condição de trabalho. Por fim, enquanto esta lacuna encontrada na base *Scopus* justifica, em alguma medida, o presente trabalho, também mostra que os autores clássicos do tema, da área da Economia Política e da Sociologia do Trabalho e, em grande parte da tradição marxista, continuam sendo uma fonte importante para a análise do tema.

Adicionalmente, foi realizada, no dia 16 de Janeiro de 2017, uma busca na base da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração). Uma revisão sistemática da literatura disponível na ANPAD possibilita delinear o estado da arte da produção científica sobre o tema nos congressos e simpósios nacionais.

Dada a menor quantidade de títulos disponíveis, foi realizada a busca não por cruzamentos entre palavras-chave, mas optando-se por buscar cada palavra-chave separadamente e, via a leitura dos resumos dos títulos encontrados, determinar se tratavam das relações entre as novas formas de organização do trabalho e o desemprego estrutural.

A primeira palavra-chave buscada foi “organização do trabalho”. Foram obtidos 13 resultados, dos quais nenhum se relaciona à temática das relações entre a organização do trabalho e o desemprego.

Na segunda busca utilizou-se a palavra-chave “desemprego estrutural”. Não foi encontrado nenhum título.

Como realizado na revisão sistemática da literatura na base *Scopus*, seguiu-se para a busca com a palavra-chave “inovação organizacional”. Foram encontrados 10 títulos, dos quais nenhum tem como tema as relações entre as inovações organizacionais e o desemprego estrutural.

Seguiu-se a busca com a palavra-chave “inovações organizacionais”. Foi encontrado apenas um resultado: “Comprometimento Negociado entre Metalúrgicos e Montadoras do ABC: da gestão das inovações organizacionais a investimentos de bilhões de dólares nas velhas fábricas”, artigo de Carvalho Neto (2001) apresentado no XXV Encontro da ANPAD. O artigo não aponta as relações entre as novas formas de organização do trabalho e o desemprego de forma direta, porém indica, ao analisar acordos coletivos estabelecidos entre montadoras e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a necessidade de não se negar o conflito de interesses entre empregados e empregadores para se estabelecer um melhor ambiente de “negociação” entre sindicato e empresa.

Foi realizada, por fim, a busca pela palavra-chave “desemprego”. Foram encontrados 7 resultados dos quais só um se relaciona ao tema: “Reestruturação Produtiva e Subjetividade: Uma Análise Interpretativa do Significado do Desemprego”, artigo de Fleig (2003) apresentado no XXVII Encontro da ANPAD. O artigo, para realizar uma análise do significado da perda de emprego para os operários demitidos de uma montadora transnacional do setor metalúrgico-automobilístico que passou por um processo de reestruturação produtiva, estabelece relações causais entre as formas de organização da produção e a geração de desemprego, caracterizando este último, ainda, como uma ameaça à cidadania.

Na base da ANPAD, portanto, se constatou uma situação semelhante à encontrada na base *Scopus*, de poucos artigos que tratam das relações entre as novas formas de organização do trabalho e a geração de desemprego estrutural.

### **3. A Dinâmica Histórica do Capitalismo e do Trabalho**

A evolução histórica das formas de organização do trabalho esteve condicionada ao desenvolvimento do próprio sistema capitalista, mas isso não implica que a recíproca não se aplica. A própria forma de organização da produção e do trabalho acaba por revolucionar, também, como processo de inovação, a produção social.

A inovação organizacional e tecnológica rompe o invólucro da firma e, ao alterar o processo de trabalho, fomentar novos investimentos e permitir o acesso a novos mercados e assim, afeta o desenvolvimento econômico e a própria estruturação do tecido social.

Para que se possa entender o desenvolvimento histórico das formas de organização da produção é necessário o estudo da relação simbiótica entre desenvolvimento econômico e organização do trabalho desde a transição do feudalismo para o capitalismo, onde a expropriação do trabalhador dos seus meios de produção condiciona o nascimento do trabalho assalariado.

#### **3.1. Gênese do Trabalho Assalariado, Divisão do Trabalho e a Primeira Revolução Industrial**

No processo de concentração e centralização do capital mercantil, que viabilizou o que Marx (2013) chama de “Acumulação Primitiva”, o ponto-chave para se alterar a lógica de acumulação do sistema de mera discrepância entre preços de venda e compra e capital usurário se dá, certamente, na gênese do trabalho assalariado.

Os estreitos laços entre a burguesia mercantil, cada vez mais fortalecida, e o clero das monarquias mercantilistas, sob a ameaça de uma revolução burguesa, permitiram a utilização da superestrutura burocrática absolutista para viabilizar algumas necessidades da burguesia. Se a eliminação das barreiras tarifárias feudais foi uma grande vitória da burguesia, a expropriação do campesinato promoveu a reforma mais importante para viabilizar o nascimento do sistema capitalista. Ao promover a polarização entre produtor e meios de produção, lançava-se ao mercado uma massa de homens juridicamente livres que não possuíam outra opção a não ser a venda da sua força de trabalho. Assim

nasce a relação central ao sistema capitalista: o trabalho assalariado (DOBB, 1988; MARX, 2013).

Sob as formas de *putting-out*, cooperação e manufatura, começam a se desenvolver as formas sociais ou coletivas de trabalho. Na forma do *putting-out*, o emprego de vários trabalhadores sob o mesmo teto permite ao proprietário dos meios de produção a obtenção de ganhos de escala advindos da utilização simultânea da mesma infraestrutura. Sob a cooperação, o aumento das potencialidades de extração de lucro se dá pela “animação dos espíritos” induzida pelo trabalho em grupo, pela divisão do trabalho - ainda que menos desenvolvida - entre os artesãos e pela possibilidade de trabalho em um objeto simultaneamente por vários lados. A exemplo disso, pode-se citar a construção de uma casa onde cada construtor ergue um muro. Não existe divisão do trabalho entre eles, cada um executa sua tarefa de forma isolada, porém simultânea (MARX, 2013).

Estes processos amplificam o resultado do trabalho. Porém, é na manufatura que começa a se desenvolver o processo de divisão do trabalho mais aprofundado, que começa a ser conduzido para sua forma especificamente capitalista, que é a atuação de cada trabalhador isolado como um órgão do processo produtivo. A dissolução do trabalho complexo entre várias etapas simplifica, aprimora e agiliza sua execução (MARX, 2013). Para Smith (1988), são três os fatores pelo qual o desenvolvimento da divisão do trabalho potencializa a produtividade do trabalho: o desenvolvimento de maior destreza nos trabalhadores, a economia do tempo que costumeiramente seria perdido na passagem de uma função para outra e, por fim, a invenção de máquinas e ferramentas específicas para o trabalho que possibilitam a uma única pessoa a execução de um trabalho anteriormente executado por várias.

Marx (2013) destaca como o desenvolvimento da divisão do trabalho é o ponto inicial do modo de produção capitalista. A produção capitalista se inicia, portanto, quando o mesmo capital individual emprega de forma simultânea um número maior de trabalhadores, ou seja, quando o processo de trabalho aumenta em volume e fornece produtos em uma escala maior. Portanto, a produção capitalista se inicia com o emprego do trabalho em sua forma coletiva, em um mesmo local, por um mesmo capitalista e para a produção do mesmo tipo de mercadoria.

Ainda é importante o entendimento de, como modo de produção, a manufatura, em sua forma inicial, pouco se diferencia da corporação de ofício artesanal se não pela ampliação do número de trabalhadores empregados pelo mesmo capital (MARX, 2013).

Com o aprofundamento da divisão do trabalho na manufatura aumentasse, também, o uso coletivo dos instrumentos de trabalho, o que propicia novos ganhos de escala ao capitalista. O aprofundamento da divisão do trabalho lança as bases para o nascimento da “maquinofatura”. (MARX, 2013, p.397).

Na manufatura, apesar de seu trabalho ser desvalorizado e desqualificado<sup>2</sup>, o trabalhador ainda era um operário especializado e, dada a inexistência de um mercado articulado de trabalhadores especializados, este ainda detinha poder de resistência em relação ao capital. A base técnica da manufatura ainda é estreita, configurando mais um obstáculo ao domínio do capital sobre o processo de trabalho, limitando a acumulação. Desta forma a dinâmica do processo produtivo ainda era dominada pelo trabalhador, pois este ditava o ritmo do processo produtivo e ainda comandava os instrumentos de trabalho. Para a viabilização de novos ganhos de produtividade, esta barreira à acumulação teria de ser rompida (MARX, 2013; OLVEIRA, 2003).

Outra variável de importância central para o sistema capitalista é o valor da força de trabalho, que é igual ao nível de subsistência<sup>3</sup>. Os bens de consumo, que ditam o valor do nível de subsistência, assim como os instrumentos de trabalho eram ainda produzidos sob bases produtivas mais arcaicas. Desta forma, era necessária para a acumulação o emprego de longas jornadas de trabalho e um nível de exploração do trabalho exacerbado. A lógica da extração de mais-valor absoluto impera sob a ainda pouco desenvolvida extração de mais-valor relativo (MARX,2013; DAINEZ, 1997).

---

<sup>2</sup>O artesão deveria aprender a produção da mercadoria como um todo, com a manufatura (e posteriormente, a maquinofatura), este aprendizado se torna desnecessário. O trabalhador passa a realizar tarefas mais simplificadas, e a necessidade de aprendizagem se converte em necessidade de mero adestramento da força de trabalho.

<sup>3</sup>Para Marx (2013), o valor de uma mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Da mesma forma, portanto, o valor da força de trabalho é o valor (medido, para o autor, na forma de tempo de trabalho socialmente necessário) necessário à reprodução da força de trabalho, ou seja, que permita ao trabalhador o mesmo dispêndio de músculos e nervos (trabalho abstrato) dia após dia na produção. Por esta razão, corresponde ao nível de subsistência, sendo o valor desta cesta de bens, em horas de trabalho socialmente necessário para sua produção, a medida utilizada.

Dada esta dinâmica, um aumento do ritmo da acumulação poderia levar a aumentos, mesmo que temporários - a redução da produção posterior levaria à inflexão do aumento salarial -, do nível dos salários, inviabilizando a acumulação (MARX, 2013). Ademais, o grau extensivo de exploração da força de trabalho, sob a lógica da dominância da mais-valia absoluta, suscita constantes movimentos rebeldes, que poderiam dar vazão a revoluções. Com a progressão da sociedade, tornam-se, portanto, necessárias formas mais veladas de apropriação do excedente produtivo (DAINEZ, 1997).

Todos estes fatores anteriores impediam a manufatura de destruir pela concorrência as formas anteriores de produção. Sua expansão acabava por gerar demanda por instrumentos de trabalho e bens de consumo que, como vimos, eram produzidos pelo artesanato e a agricultura pré-capitalista (MARX, 2013; OLVEIRA, 2003).

É, portanto, neste contexto de possibilidades limitadas de ganhos de produtividade e estreiteza da base técnica, que surge a maquinofatura. Porém, como mostra Weber (1992), os fatores da dialética materialista, apesar de centrais, não são suficientes para explicar em sua totalidade o nascimento do capitalismo, menos ainda seu pioneirismo na Inglaterra. Há de se levar em conta o nascimento do espírito capitalista, fruto da ascese protestante, do processo de desencantamento do mundo, racionalização e da secularização dos conceitos da teologia da prosperidade.

Para Weber (1992), uma empresa apenas será racionalmente capitalista, quando esta controla sua rentabilidade por meio de um balanço contábil, um ajustamento de seus lucros ao investimento. O capitalismo moderno envolve uma progressiva racionalização da vida e, quão mais racional se torna o sistema, mais este se baseia na venda de mercadorias em massa e na possibilidade de abastecimento de crescentes mercados. O fato de este tipo de capitalismo, que se eleva a categoria de um sistema, apenas se desenvolver no ocidente, nos fins da Idade Média, leva o autor a concluir que o pioneirismo deste sistema no ocidente deve ser explicado pela adoção da lógica racional, pela progressiva racionalização da vida.

Neste sentido, o sistema capitalista surge por meio da empresa racional e do direito racional, ou seja, da ideologia racional, da racionalização da vida e da ética racional da economia (WEBER, 1968).

Antes da racionalização da busca pelo lucro, ou seja, no que Weber (1992) chama de período pré-capitalista, a vida após a morte era de maior importância que a vida objetiva. Em um mundo povoado por tradicionalismos e pela magia, mudanças no modo de vida geravam temor de provocar a ira dos deuses ou dos espíritos. Esta conduta impedia a interiorização da racionalidade e dos ideais capitalistas nesta sociedade. É esta presença da magia que obstruiu o desenvolvimento do capitalismo racional no Oriente.

A força da magia só foi quebrada com o surgimento de profecias racionais que, rompendo o encanto mágico do mundo, possibilitaram as fundações da ciência moderna, da técnica e do capitalismo.

É neste contexto que o surgimento do protestantismo, que ao contrário do cristianismo em sua fase anterior a da Reforma Protestante, com a supressão do mecanismo confessional, destruiu a separação implícita entre a ética das massas e a ética monacal. Os fiéis agora seriam obrigados a uma vida ascética e é neste contexto, entre outros, como procura mostrar Weber (1992) que a superestrutura<sup>4</sup> social contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo.

Ou seja, para Weber (1992) a motivação da expansão do capitalismo moderno não se apoia na origem de somas de capital disponíveis para uso no processo de acumulação, mas no desenvolvimento do que o autor chama de espírito do capitalismo. Onde este espírito aparece e se desenvolve, ele determina a acumulação de capital como um meio para seu fim. Mais do que mero processo de acumulação de capital, o capitalismo tem uma face determinante que é cultural e ideológica.

Desta forma, a dialética materialista histórica, bem como fatores da superestrutura, apontavam a tendência à consolidação plena do modo de produção capitalista. E este momento se dá com a consolidação da maquinofatura.

A maquinofatura, à medida que delega ao trabalhador a mera função de apêndice das máquinas, de supervisor, supera os limites à acumulação

---

<sup>4</sup>A infraestrutura consiste na relação dialética entre as forças produtivas (a forma como os homens modificam a natureza para produzir) e as relações sociais de produção (a forma como os homens se organizam para produzir). A superestrutura consiste nos organismos responsáveis pela produção ideológica (religião e política, por exemplo), cultural, as instituições etc. A estrutura ou infra-estrutura, para Marx (1991), consiste na base real sobre a qual se levanta a superestrutura.

encontrados na manufatura. O trabalho é desvalorizado e desqualificado e a substituição do trabalhador é facilitada.

Como afirma Marx (2013), dentro do sistema capitalista, as variáveis têm de ser internas à lei de movimento do capital. Neste sentido, ainda restava um obstáculo importante: se a maquinofatura retira do trabalhador a determinação do ritmo do processo produtivo e permite o controle do capital sobre a demanda por trabalho, o lado da oferta ainda estaria sendo determinado pelo crescimento vegetativo da população. Isso não garantiria o livre suprimento de força de trabalho ao preço adequado ao processo de acumulação. A oferta de força de trabalho teria de ser determinada por algum movimento interno ao processo de acumulação de capital.

Contribui, de forma coadjuvante, para a redução do valor da força de trabalho, o aumento da produtividade da maquinofatura. O preço dos bens de consumo é reduzido e, portanto, o nível de subsistência cai, caindo o valor da força de trabalho. No lado do aumento da oferta de trabalho, o fim da necessidade de força física para o trabalho, ou seja, a substituição da força física humana pelo vapor permite a utilização de mulheres e crianças na produção. Além do aumento da oferta de trabalho advindo deste último fato, o salário não mais teria de corresponder ao nível de subsistência da família. Como as mulheres e crianças poderiam ser utilizadas, o salário passa a corresponder ao nível de subsistência do indivíduo (MARX, 2013).

Porém, o fator que liberta o capitalismo deste último movimento natural, exógeno ao processo de acumulação, é o que Marx (2013) chama de Exército Industrial de Reserva.

O aumento da composição orgânica do capital - capital constante dividido por capital variável<sup>5</sup> -, que consiste na substituição de trabalhadores (capital variável) por maquinário (capital constante), destrói postos de trabalho, abastecendo o mercado de trabalho de trabalhadores desempregados. A esta população excedente Marx dá o nome de Exército Industrial de Reserva. Este

---

<sup>5</sup> Trata-se de um conceito marxista, capital constante faz referência aos bens de capital e insumos, que passam seu valor à mercadoria final conforme seu desgaste, ou seja, de forma constante, não cria valor. Capital variável diz respeito à força de trabalho, que cria valor enquanto é consumida, a mais-valia, que é apropriada pelo capitalista pela diferença entre valor do trabalho e valor da força de trabalho. Capital variável abrange uma parte relativa ao valor da força de trabalho e a outra relativa ao valor que é criado e apropriado pelo capitalista, a mais-valia (MARX, 2013).

excedente populacional exerce o papel estratégico de manter o nível salarial baixo e a oferta de força de trabalho abundante (MARX, 2013).

Desta forma, o mercado de trabalho como um todo se torna endógeno ao processo de acumulação de capital, com a maquinofatura. O capital industrial se liberta da esfera mercantil e subjuga o capital mercantil à circulação das mercadorias, atuando como dinamizador dos lucros. O capital usurário, forma irmã da outra forma antediluviana de capital, o capital mercantil, se transforma em capital a juros, agora atrelado ao capital produtivo. Ainda, a lógica do processo de extração de mais-valia absoluta se desloca para a extração da mais-valia relativa. O aumento da composição orgânica do capital incrementa a produtividade do trabalho e a substituição da força motriz humana pelo vapor elimina a necessidade do uso de força física no processo de trabalho. Por fim, a simplificação do trabalho torna o trabalhador facilmente substituível (DAINEZ, 1997, OLIVEIRA, 2003)

Com a maquinofatura nasce também o modo especificamente capitalista de produção, ainda que não, em sua primeira fase, plenamente autodeterminado.

Este processo, configurado pela generalização do uso das máquinas no processo produtivo, pela substituição do homem pelo vapor enquanto força motriz e pelo enorme aprofundamento da divisão do trabalho, a partir da segunda metade do século XVIII, é chamado de Primeira Revolução Industrial (DAINEZ e DAINEZ, 2014).

### **3.2. Segunda Revolução Industrial e Imperialismo: do Capitalismo Concorrencial ao Monopólico.**

Após a Primeira Revolução Industrial, temos a consolidação das forças produtivas especificamente capitalistas, porém restava um importante obstáculo ao processo de acumulação de capital: a produção do setor de bens de capital ainda ocorria sobre bases manufatureiras. Ou seja, a produção de máquinas continuava subordinada ao ritmo de produção dominado pelo trabalhador, relativamente especializado (OLIVEIRA, 2003).

O processo de acumulação de capital só se encontra autodeterminado e plenamente constituído a partir do momento em que máquinas passam a produzir máquinas, ou seja, a partir do momento que temos um setor produtor de bens de capital maquinizado. Isto ocorre a partir do processo, que se inicia na segunda metade do século XIX, chamado Segunda Revolução Industrial. Este processo marca, também, a transição do padrão de concorrência internacional do capitalismo concorrencial para a etapa oligopólica do capitalismo, como veremos a seguir (DAINEZ, 1997; OLIVEIRA, 2003).

A partir de 1870, com a Segunda Revolução Industrial, a produção tecnológica muda do homem prático para a ciência, a submetendo a favor do capital. O processo de inovação tecnológica, a partir dos grupos de pesquisa e desenvolvimento, é internalizado pela empresa. A inovação desloca-se da lógica pulverizada e casual para a lógica do planejamento estratégico e é usada, como mostra Schumpeter (1988) com seu conceito de Destruição Criativa, como estratégia da concorrência intercapitalista. A inovação tecnológica, além do caráter de poupadora de mão de obra, é ferramenta para a expropriação de capitalistas por capitalistas (OLIVEIRA, 2003; MARX, 2013).

O capital bancário, a fusão entre capital financeiro e industrial, torna-se de suma importância para o processo de centralização de capitais necessário à viabilização das gigantescas plantas industriais desta nova fase do capitalismo. É importante notar que o próprio agigantamento das plantas industriais, ao se caracterizar como barreira de entrada aos pequenos capitalistas e forma de liquidação de pequenos capitais, dada suas enormes economias de escala, acaba alimentando novamente o processo de concentração de capitais. Nesta nova etapa, tornam-se necessários grandes volumes de capital concentrado para viabilizar novos investimentos produtivos (DAINEZ E DAINEZ, 2014; OLIVEIRA, 2003).

Desta forma, em resumo, pode-se apontar como três as grandes transformações centrais advindas da Segunda Revolução Industrial: substituição do vapor, como força motriz, pelo motor a explosão; complexificação da tecnologia e submissão da ciência, principalmente, a química e a física ao capital; e, por fim, o agigantamento das plantas industriais e da escala lucrativa mínima de produção. Estes três fatores viabilizaram a produção de máquinas por máquinas e, desta forma, a autodeterminação do processo de acumulação de

capital e a plena constituição do modo de produção capitalista (DAINEZ, 1997; DAINEZ e DAINEZ, 2014; OLIVEIRA, 2003).

A partir desta nova etapa dos capitalismo nacionais, em que a técnica facilmente reproduzível e as pequenas barreiras de capital mínimo para o ingresso na indústria deixaram de existir, o capitalismo internacional se altera também.

Se a industrialização pioneira inglesa a permitiu gozar da hegemonia internacional, o *catch-up* tecnológico dos países de industrialização atrasada<sup>6</sup> e a absorção ligeiramente tardia da Inglaterra do *cluster* de inovações da Segunda Revolução Industrial em relação aos de capitalismo atrasado fez com que a unicidade da hegemonia inglesa fosse questionada. Surgiam agora várias potências aptas a disputar a hegemonia comercial e financeira da economia mundial e, neste processo, o livre comércio perde lugar frente ao protecionismo e às estruturas de mercado oligopólicas. O capitalismo passa de sua fase concorrencial para a monopólica (DAINEZ e DAINEZ, 2014; OLIVEIRA, 2003).

Após a Segunda Revolução Industrial, surgem potências (EUA, França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Japão) que passam a disputar a hegemonia comercial e financeira da economia mundial (DAINEZ, 1997).

A forma de disputa da hegemonia se dá via a busca de mercados externos e, para isso, são adotadas medidas protecionistas e incentivos às exportações, buscando assim minimizar ao máximo as importações e expandir ao máximo as exportações (DAINEZ, 1997). Os países voltavam, então, sua política externa para a obtenção de um saldo positivo da Balança Comercial. Isto se dava porque esse saldo positivo permite a absorção de demanda externa, ou seja, leva a um incremento da demanda efetiva por produtos domésticos, o que conduz a um aumento do lucro realizado e, mais importante que isso, um aumento do lucro esperado pelos empresários, que Keynes (1991) denomina de Eficiência Marginal do Capital. Este aumento do lucro realizado e esperado leva a um aumento dos investimentos, colocando a economia numa espiral de crescimento (DAINEZ e DAINEZ, 2014). O saldo comercial positivo com o exterior acaba por

---

<sup>6</sup>Aqueles que se industrializaram após a Inglaterra, mas ainda na fase concorrencial do capitalismo mundial. Este fato permitiu que seus processos de industrialização ocorressem ainda sem a necessidade de grandes saltos tecnológicos e pudessem gozar de algumas “vantagens do atraso” - a tecnologia estava pronta, sendo necessária sua internalização e não criação (OLIVEIRA, 2003).

incentivar todos os elementos da equação da demanda agregada, exceto os gastos do governo, em uma economia aberta e com governo ( $Y=C+G+I+X-M$ )<sup>7</sup>: consumo, investimento, exportações, com redução das importações e ampliação do saldo comercial, e, fora isso, podemos postular que a necessidade de investimentos em infraestrutura, criada pela expansão do nível de investimentos privados, de longa maturação, bem como o aumento da arrecadação, que é função da renda nacional, que tende a crescer, levem o governo a expandir seus gastos (FROYEN, 1999).

Se os efeitos desta política do saldo comercial positivo, em teoria, se mostram virtuosos, na prática, o resultado obtido foi um baixo nível de comércio entre as potências. Para que um país possa exportar o máximo impossível é necessário que exista demanda internacional pelos seus produtos, ou seja, é necessário que alguém importe.

As potências, então, transpuseram seu olhar para os mercados dos países pré-capitalistas e os países de capitalismo retardatário<sup>8</sup>. Estes últimos apoiavam seu crescimento em dois setores, um produtor de bens de consumo não duráveis, voltado ao mercado interno, e outro setor produtor de produtos primários, voltado ao mercado externo. A dinâmica da economia destes países dependia deste último, levando a economia nacional a um ciclo de crescimento quando a demanda externa era favorável e gerando divisas para a importação de produtos dos bens manufaturados, que não eram produzidos no país. Por este último fator, eram mercados que possibilitavam às potências “imperialistas” expandir suas exportações (LÊNIN, 1987).

Na disputa por estes mercados, as potências se utilizavam de incentivos fiscais, cambiais e outros subsídios ao setor exportador, *dumping* e exportação de capital. No caso da exportação de capital, a potência emprestaria dinheiro

---

<sup>7</sup> Y= Renda Nacional; C= Consumo; G; Gasto do Governo; I= Investimento; X= Exportação; M= Importação.

<sup>8</sup>Países de passado colonial, cuja industrialização se iniciou após a Segunda Revolução Industrial, ou seja, na fase oligopolizada do capitalismo mundial. Pela maior complexidade do padrão tecnológico vigente, maior necessidade de concentração de capital para viabilizar investimentos novos e maior escala lucrativa mínima, estes países enfrentaram maiores dificuldades em seus processos de industrialização, necessitando, devido à descontinuidade tecnológica e a maior necessidade de concentração e centralização de capitais, do apoio estatal para a viabilização de tal “salto”. Também, tiveram de lidar com vários problemas decorrentes do atraso, ao contrário do que ocorreu com os países de capitalismo atrasado, onde foi possível uma incorporação bem sucedida do padrão tecnológico vigente na época, significativamente mais simples (OLIVEIRA, 2003; MELLO, 1987).

para o país, mas este último deveria se comprometer a consumir mercadorias do país credor. Os incentivos à exportação e a disputa pelos mercados não encerrou, porém, a disputa: as potências resgatam a antiga política colonialista, tomando posse das áreas "desocupadas" do planeta: parte da África e a Polinésia (DAINEZ e DAINEZ, 2014; LÊNIN, 1987).

A estratégia pós-colonialista, como ferramenta de acumulação de capital, guarda uma estreita relação com o colonialismo da época da descoberta das Américas: tinha como objetivo central a acumulação de capital da metrópole e, nesta lógica, a colônia se constituía como instrumento de acumulação, por meio do pacto colonial. A colônia deveria possuir uma economia complementar à da metrópole, fornecendo mercados os mais dinâmicos possíveis a esta, alimentos baratos, a fim de baratear o nível de subsistência e, portanto, o salário na metrópole e insumos (barateando parte do capital constante da produção metropolitana) (DAINEZ, 1997; LÊNIN, 1987; MELLO, 1987).

Então, após a Segunda Revolução Industrial ocorre um processo de concentração industrial, com a formação de oligopólios e oligopsônios. Posto isso, a concorrência entre as indústrias nacionais não ocorreria apenas na esfera dos preços. Desta forma, o controle das fontes de insumos e a contenda pelos mercados externos se torna uma ferramenta estratégica para a superação dos concorrentes (DAINEZ, 1997). Esta disputa pela hegemonia determina, por meio da política colonialista, a expansão territorial e das áreas de influência política. Esta política externa ficou conhecida como política imperialista, ou Imperialismo. (DAINEZ e DAINEZ, 2014; DAINEZ, 1997).

O Imperialismo trouxe à tona dois grandes fatos: o tensionamento das relações entre as nações, corroendo os laços de cooperação entre elas e a exacerbação das contradições capitalistas. O primeiro fato levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial e ao fim do padrão-ouro (grande reduto simbólico da cooperação entre os países centrais ao sistema capitalista e do liberalismo econômico). O segundo motivou, ainda mais, movimentos como a Revolução Russa de 1917, ou seja, o nascimento do Socialismo Real ou Estatismo<sup>9</sup> como

---

<sup>9</sup>O uso da palavra Estatismo para designar as experiências socialistas reais está alinhado com a ideia de Wright (2006) de que o Socialismo Real é uma negação simbólica da teoria da trajetória histórica de Marx, pois se desenvolve em países saindo do feudalismo, enquanto na teoria marxista o socialismo deveria se desenvolver em países capitalistas altamente desenvolvidos, devido ao germe de morte presente no capitalismo e suas contradições internas, que se

opção de modo de produção ao capitalismo. Mais ainda, a planificação econômica como alternativa ao mercado capitalista (DAINEZ, 1997).

A ameaça do Socialismo se torna maior ainda com o golpe da maior crise da história do capitalismo, a Crise de 1929/33. Enquanto o mundo capitalista estava abalado com a crise, a URSS continuava crescendo (HOBBSAWM, 1995).

### **3.3. Do Capitalismo Regulado ao Neoliberalismo.**

A Crise de 1929/33, como violenta inflexão de um grande ciclo de prosperidade na economia norte-americana, liderado pelo crescimento do setor de bens duráveis, mostrou os perigos do liberalismo econômico típico do padrão-ouro e da desregulamentação financeira. Melhor explicando, o padrão-ouro era caracterizado pela ausência de barreiras ao movimento de capitais e transações reais entre as nações, bem como taxas de câmbio fixas e defesa ferrenha da paridade da moeda nacional ao ouro, tratava-se da materialização, portanto, da ideologia do liberalismo econômico. Neste cenário, o ciclo de crescimento deu origem a uma mania especulativa na bolsa de valores de *Wall Street*, processo em que a determinação do preço dos ativos perde qualquer relação com parâmetros racionais e se ancora unicamente nas expectativas demasiadamente otimistas dos especuladores. A reversão das expectativas, deflagrada pelo aumento da taxa de juros americana ou, anteriormente, pelo surgimento no mercado de agentes vendendo ações, teve as consequências mais nefastas possíveis na economia americana e mundial, via o efeito contágio (DAINEZ e DAINEZ, 2014).

É neste contexto de receio de uma nova crise e da “ameaça socialista” que devemos entender o pacto de classes da social democracia e, também, as

---

agudizam com o desenvolvimento do sistema. O autor também aponta que o Estadismo, por representar uma hipertrofia da burocracia estatal e, na prática, uma silenciamento da oposição das massas, acaba por negar o objetivo central da teoria socialista e comunista de Marx, que seria a produção e distribuição do excedente social da forma mais igualitária possível. Ainda, ao não permitir às pessoas o controle sobre os aspectos decisórios e de controle que influenciam suas próprias vidas, o sistema perde o seu cunho social e se afasta do “social-ismo”. O termo Estadismo permite uma separação mais acurada, portanto, entre os países que adotaram a planificação econômica e o Socialismo Científico marxista.

ditaduras nos países subdesenvolvidos (onde ainda era possível uma reafirmação capitalista por meios fascistas) (PRZEWORSKI, 1989). A social democracia surge como uma mostra de que os ganhos de produtividade do desenvolvimento capitalista poderiam, em alguma medida, ser repartidos entre as classes e que a intervenção estatal, tanto na economia como na institucionalidade legal e na seguridade social, tinha um papel central. A Social Democracia surge, desta forma, como um fruto da ameaça socialista e dos horrores das duas Grandes Guerras e serve de negação ao Liberalismo (DAINEZ, 1997).

No pós-guerra assiste-se, no bojo do acordo de Bretton Woods, à regulação da Economia Internacional, via a criação de instituições e regras internacionais que evitavam o ajustamento recessivo, via a utilização de taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis e o direcionamento das políticas econômicas de cada país para o crescimento dos níveis de produção, emprego e renda (DAINEZ e DAINEZ, 2014).

É dentro deste contexto que surge o *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, nos países europeus, com suas políticas econômicas ao estilo do *New Deal*, plano econômico de inspiração *keynesiana* adotado pelo governo Roosevelt para conter a Grande Depressão de 1929/33. Neste período, o capitalismo dos países centrais vivencia um período de grande estabilidade e prosperidade, sendo possível, inclusive, o repasse de ganhos de produtividade à classe trabalhadora, conciliando-se aumento dos lucros e dos salários, dado o dinamismo da taxa de crescimento destes países (EICHENGREEN, 2000).

No pós-guerra, portanto, tem-se um período de regulação ativa do Estado sobre as economias nacionais e a economia internacional - chamado de período do capitalismo organizado ou regulado – expressivo crescimento das economias nacionais e da produtividade do trabalho – ainda ancorada na maturação do fordismo – e de ampliação dos mecanismos de proteção social. Para a classe trabalhadora destes países centrais, foi um período próspero, onde foi possível a incorporação de parte dos ganhos de produtividade na forma de aumento de salários e, nos países do *Welfare States* especialmente, o aumento da proteção social e da regulação pública nas formas de contratação de trabalho e no contrato de trabalho (BALTAR e KREIN, 2013; EICHENGREEN, 2000).

A partir da década de 1980, porém, o ciclo de prosperidade, caracterizado pela regulação estatal na economia e o fomento da criação de um aparelho massivo de prestação de serviços sociais, bem como da construção dos sistemas nacionais de produção, começa a se esgotar. A maturação destes investimentos que, dada sua magnitude, permitiram o sustento do ciclo virtuoso do pós-guerra, começa a dar lugar a uma desaceleração do PIB que, em conjunto com a elevação abrupta do preço do petróleo nos anos de 1973 e 1979, deu lugar a um cenário de desaceleração do crescimento e aumento da inflação e do desemprego (BALTAR e KREIN, 2013; DAINEZ e DAINEZ, 2014).

Este cenário minou a base das políticas sociais e da política de conciliação dos interesses de classe do *Welfare State* e corroe os laços de cooperação entre os países. Mais ainda, corroe a base ideológica da necessidade de regulação das economias nacionais. Esta inflexão se materializa de forma definitiva com o choque causado pela elevação da taxa de juros básica americana em 1979. Esta alteração na condução da política monetária americana - dada a brutal contração da liquidez em dólares no mercado internacional, ao passo que estimulou a absorção por parte dos EUA dos fluxos de capitais internacionais e, portanto, a fuga de capitais nos outros países - teve consequências drásticas para os outros países e, em especial, os periféricos. Além do choque dos juros, os EUA reagiram ao novo paradigma internacional via o crescente estímulo da internacionalização da produção e da globalização financeira. Todos estes fatores determinam o surgimento de uma nova ordem internacional (BALTAR e KREIN, 2013; DAINEZ e DAINEZ, 2014).

Contribui adicionalmente, como determinante da ascensão da nova ordem internacional, o longo período de estabilidade sob o capitalismo regulado, que permitiu uma diluição das memórias dos horrores das guerras e da Grande Depressão. O liberalismo, então, retomou sua força sob a pele do neoliberalismo e da globalização financeira, voltando a pregar a divisão internacional do trabalho e agora com enfoque maior na submissão do capital produtivo ao financeiro. Assiste-se, na hegemonia do capital financeiro, portanto, a um processo mais avançado de fetichização do dinheiro (DAINEZ, 1997; CHESNAIS, 1996).

A partir da década de 1980, assiste-se, portanto, ao aprofundamento da globalização financeira e ao estabelecimento do neoliberalismo, caracterizado pela livre conversibilidade das contas de capital e de transações correntes, a

desregulamentação financeira, o baixo nível de intervenção estatal na economia e o direcionamento das políticas econômicas domésticas para a estabilidade dos preços e a garantia do ambiente institucional adequado para os investimentos financeiros.

O receituário macroeconômico neoliberal é imposto aos países periféricos pelo Consenso de Washington<sup>10</sup>, primeiramente como uma forma de estabilização inflacionária, via a abertura dos mercados nacionais, ou seja, choque de concorrência, e a utilização da âncora cambial, o atrelamento da paridade da moeda nacional a uma moeda forte, no caso, o dólar. Afirma-se, desta forma, tanto o valor externo quanto o interno da moeda nacional, este último sendo a constância do poder de compra da moeda nacional em relação a uma determinada cesta de bens (CARNEIRO, 2002). Passada a fase da estabilização, dada a instabilidade do cenário internacional e dos fluxos de capitais, o câmbio retorna a flutuar, regime mais compatível com a liberdade de movimentação de capitais em âmbito internacional. Instaure-se, assim, o “tripé macroeconômico” caracterizado por câmbio flexível, metas de inflação e superávit primário (CARNEIRO, 2002 e CARNEIRO, 2005/2006).

Adicionalmente, a imposição do receituário neoliberal aos países periféricos se dá na forma de suposto instrumento para a superação do subdesenvolvimento. Este último apoia-se no mito de que o subdesenvolvimento é uma condição passageira rumo ao desenvolvimento, ignorando que na verdade o subdesenvolvimento dos países periféricos é determinado historicamente e estruturalmente pelo passado colonial – via pacto colonial, os países periféricos serviram como instrumentos de acumulação aos países centrais – e pelo atraso nas suas industrializações, que ocorrem na etapa oligopólica do capital internacional, após a Segunda Revolução Industrial, fator que, como mostrado acima, determinou grandes dificuldades para a superação da descontinuidade tecnológica a estes países (MELLO, 1987).

Ignora-se, ainda, o fato de que existe uma hierarquia de moedas no sistema internacional. As moedas dos países centrais, conversíveis, pelo fato de

---

<sup>10</sup> Receituário de propostas econômicas de caráter ortodoxo e liberal para os países subdesenvolvidos, com o suposto propósito de superação da condição de subdesenvolvimento, que passa a ser proposto por entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de década de 1990 (CARNEIRO, 2012).

possuírem um maior grau de confiança, estão sujeitas a menores flutuações, dado o comportamento menos volátil dos ciclos de capital internacional. Nos países periféricos, como há um menor grau de confiança em suas moedas, há a necessidade da manutenção de altos diferenciais de juros com o exterior. Nos países de moedas não-conversíveis, portanto, crises de confiança ou movimento de juros dos países centrais determinam um processo de fuga de capitais, levando estes a constantes crises cambiais e a necessidade de aumento exacerbado dos juros nacionais, comprometendo a política econômica doméstica. A conversibilidade da conta de capitais tem efeitos prejudiciais aos países periféricos, portanto (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002).

A adoção das políticas neoliberais significa o esvaziamento do poder de intervenção do Estado na economia, a ampliação da violência e periodicidade das inflexões dos ciclos econômicos, o aprisionamento das políticas fiscal e monetária, a redução da renda do trabalho e a precarização do contrato de trabalho e da condição do trabalhador frente ao capital.

Ao minar a intervenção do Estado na economia, perde-se a constância da demanda efetiva propiciada pelo gasto e pelo investimento estatal, que não necessariamente se pauta pela lógica do lucro. A corrosão progressiva do pacto social do *Welfare States* incentiva a concentração de renda. Dada a menor propensão marginal a consumir dos agentes econômicos mais ricos, como demonstrado por Keynes (1991), surgem dificuldades para se viabilizar um crescimento sustentado dos níveis de demanda efetiva. Ainda, a menor propensão do Estado neoliberal de praticar políticas anticíclicas para tentar evitar e amenizar as crises econômicas e a desregulamentação do mercado financeiro, o sistema neoliberal é sujeito a frequentes e acentuadas crises econômicas. Como contraste do período do pós-guerra, o período do neoliberalismo é marcado pela instabilidade (DAINEZ e DAINEZ, 2014).

Para os países periféricos, em especial, a abertura da conta de capital, ou seja, a permissão da livre entrada e saída de fluxos de capital do país, cria um problema de dominância do câmbio na determinação das taxas de juros. Dada a menor confiança em suas moedas, o nível das taxas de juros passa a ser determinado pela necessidade ou não de atração de fluxos de capitais para a possibilidade de manter determinada paridade da taxa de câmbio. A fixação da taxa básica de juros não mais é utilizada como instrumento de política monetária

doméstico. Como, na prática, a abertura do mercado destes países e a manutenção de paridades sobrevalorizadas determinaram amplos déficits em transações correntes - com as importações superando em muito as exportações, portanto, como regra geral – a manutenção de altas taxas de juros é necessária para sustentar a paridade valorizada do câmbio que, por sua vez, é utilizada para, em economias amplamente dependentes de importações, conter pressões inflacionárias. O nível elevado da taxa básica de juros, por sua vez, aumenta sobremaneira o serviço da dívida pública (CARNEIRO, 2005/2006).

Para fazer frente ao problema da dívida pública, são abandonadas as políticas fiscais expansionistas e os gastos sociais para dar lugar à política de manutenção de superávits fiscais primários – arrecadação subtraindo-se os gastos, porém sem levar em conta as despesas com juros - para compensar parte dos déficits nominais – que levam em conta as despesas com juros. O Estado, com a livre conversibilidade da conta de capital, perde a supremacia sobre as políticas monetária e fiscal, ou seja, sobre a determinação da política econômica nacional (CARNEIRO, 2005/2006).

Para o mundo do trabalho, o neoliberalismo significa um deslocamento do jogo de poder entre capital e trabalho para o lado do primeiro. Com o acirramento da concorrência internacional, dado tanto pela abertura dos mercados, quanto pela internacionalização produtiva, as empresas cada vez mais buscam formas de corte de custos e racionalização da produção para adaptá-la às flutuação de demanda (BALTAR e KREIN, 2013).

A estrutura empresarial também se altera no neoliberalismo: o domínio do capital financeiro sobre as economias nacionais se estende para a estrutura empresarial por via dos mecanismos de governança corporativa, que permitem, via a ideologia da proteção dos direitos dos acionistas minoritários e os instrumentos que asseguram a prestação de contas e a transparência, o controle do processo decisório gerencial pelos acionistas, deslocando as decisões gerenciais para os interesses do acionista, em detrimento dos interesses dos trabalhadores. São ampliadas, mais ainda, as pressões por lucros de curto prazo (GOSPEL e PENDLETON, 2003; GRÜN, 2003).

Dentro deste bojo de acirramento da competição internacional, necessidade de flexibilização da produção e da obtenção de lucros de curto prazo, o paradigma de organização fordista começa a dar lugar a um novo

paradigma, caracterizado pela flexibilização da produção, inspirada pelo modelo ohnista ou toyotista de produção, que se desenvolveu no Japão, dada a necessidade do país de produção de poucos produtos variados, sem a possibilidade de realização de vultosas economias de escala via a produção de grandes quantidades de bens homogêneos. A competitividade do sistema ohnista se baseia, portanto, na redução máxima de custos e na adaptação da produção ao nível e perfil da demanda. Lança-se mão da redução de pessoal efetivo, dos estoques e de capital fixo, ilustrado pelo conceito de fábrica mínima. Aos funcionários restantes, é exigida uma maior produtividade, multifuncionalidade e engajamento. Tensiona-se o processo produtivo. (CORIAT, 1994).

É importante, porém, enfatizar que, apesar do sistema de produção ohnista ser frequentemente definido como sistema de produção “estoque zero”, esta definição não capta seu cerne mais íntimo. O sistema toyotista só se materializa porque “*atrás do estoque há um ‘excesso de pessoal’*” (CORIAT, 1994, p.32-33) e, portanto, a redução dos estoques só importa ao sistema na forma de uma redução do pessoal efetivo (CORIAT, 1994).

Desta forma, reduz-se da produção a quantidade de empregos e sua capacidade de geração destes. São necessários níveis cada vez maiores de crescimento para se sustentar um determinado nível de emprego.

Amplia-se a flexibilidade do trabalho por dois lados: flexibilidade quantitativa e funcional. A primeira se materializa pela contratação de trabalhadores temporários e terceirizados. A segunda pela exigência crescente de multifuncionalidade e engajamento aos trabalhadores efetivos restantes, ampliando-se a pressão por resultados e o envolvimento emocional (BALTAR e KREIN, 2013).

Neste cenário, a regulação pública do contrato de trabalho, aos moldes do pós-guerra sob a égide do capitalismo regulado, se corrói. As formas de contratação de trabalho se flexibilizam e descentralizam com o atrofiamento da regulação pública e da participação dos sindicatos, enfraquecidos pelo crescente desemprego e a dificuldade de mobilização por profissão, dado o esvaziamento da noção de profissão em prol do trabalhador multifuncional. A contratação de força de trabalho se assemelha, cada vez mais, à compra de uma cesta de bens quaisquer. Assim, as condições de trabalho se precarizam, a rotatividade no

emprego se eleva e dispersam-se os níveis de remuneração do trabalho e a duração da jornada de trabalho (BALTAR e KREIN, 2013).

O avanço do capitalismo para esta nova etapa neoliberal, portanto, corrói o poder de barganha obtido pela classe trabalhadora no pós-guerra, a capacidade do Estado de intervir visando mitigar a violência dos ciclos econômicos e a tendência à concentração de renda. Gesta-se uma sociedade em que o capital financeiro domina as mais diferentes esferas da sociedade, assegurando seu ciclo de valorização independente das consequências sociais, e ao Estado é relegado o papel de assegurar o clima institucional adequado para os investimentos financeiros e a defesa da propriedade privada, esvaziando-se de sua função social. Aproxima-se da caracterização plena da alegoria do *Night-watchman State* (WRIGHT, 2006).

E não basta a constatação de Freud (2011) de que o avanço da produção material não foi capaz de amenizar o mal-estar na civilização e o sofrimento humano, pois a produção de mercadorias de consumo, como valor de uso, no capitalismo avançado, deixa de ser o objetivo da evolução das forças sociais de produção e torna-se, mais ainda, um obstáculo a ser superado, dada a comparativa limitação das possibilidades de criação de novas necessidades humanas e as restrições orçamentárias dos agentes individuais, quando comparados à velocidade do processo de reprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 1989).

Melhor explicando, por mais que se utilize das mais variadas técnicas de propaganda, e as vezes mesmo manipulação, para se elevar as necessidades humanas para um novo patamar historicamente construído, o capital, como dinheiro que se valoriza, sofre das restrições da lentidão e limitado alcance da criação destas necessidades historicamente construídas e, mais ainda, ao lançar mão destes artifícios, esbarra em uma de suas maiores contradições: o caráter poupador de trabalho do desenvolvimento tecnológico sob o sistema. Ou seja, quanto mais se avança a produção, maior a tendência ao desemprego tecnológico, estrutural, e, por mais que se tente separar no plano teórico a figura do consumidor da do trabalhador, o consumo dos trabalhadores configura-se como um importante componente da demanda efetiva do processo de reprodução social do capital e, portanto, o aumento do desemprego resultaria

numa tendência estrutural ao subconsumo, ou superprodução (MÉSZÁROS, 1989).

A saída encontrada para o capital é, via os mais variados métodos, como a obsolescência planejada propiciada pelo progresso tecnológico ou mesmo a produção de bens menos duráveis, reduzir a taxa ou tempo de consumo dos bens, visando o aumento da velocidade do ciclo de consumo. Isto é possível pela diferença entre produção e auto-reprodução, ou seja, o que importa à acumulação é a auto-reprodução do capital e, sob este enfoque, o consumo só importa na forma de transação comercial, de venda, de realização da produção. Desta forma, produção destrutiva, ou seja, produção para o desperdício de bens com a menor taxa de uso possível, e consumo real se equivalem e são substituíveis. A redução da taxa de uso, por si só, não é suficiente e esbarra nas mesmas contradições citadas acima. Então, o capital, aliado ao Estado, utilizando a mídia para manipular a opinião pública na direção da ideologia do interesse nacional, estimula o desenvolvimento do complexo militar-industrial, pelo qual é possível o escoamento de toda a produção excedente, não importa o quão próxima de zero seja a taxa de consumo, e forçar, desta forma, o tão idealizado pela economia ortodoxa equilíbrio entre oferta e demanda, só que desta vez não pelas forças do mercado, mas sim pelo domínio ideológico sobre as mais variadas faces da sociedade. Assim, é possível o desperdício conviver com a pauperização de grande parte da população mundial (MÉSZÁROS, 1989).

Não basta que o processo de acumulação de capital não mais se pautem, mesmo que parcialmente, no atendimento das necessidades materiais humanas, ele, em sua auto reprodução, invade os mecanismos de regulação estatal, estimula o desperdício e um setor cujo desenvolvimento pode resultar na erradicação da humanidade em si (MÉSZÁROS, 1989).

#### **4. Organização da Produção e Trabalho.**

No capítulo anterior, foram apontadas as formas como o desenvolvimento do capitalismo impacta o processo de trabalho e o trabalhador. Neste capítulo, aproxima-se a análise da fábrica, buscando a análise das formas como os diferentes paradigmas de organização da produção, em seu desenvolvimento histórico, afetaram o mundo do trabalho.

Para isso, serão analisados os dois paradigmas dominantes na organização do trabalho: o taylorista/fordista, que dominou a produção industrial desde a transição do século XIX para o século XX até meados da década de 1970 e o toyotista ou ohnista, que se desenvolve a partir da década de 1970. Busca-se analisar a forma como organizam o processo de trabalho mas, principalmente, entendê-los, de forma crítica, como instrumentos da acumulação de capital, ou seja, como formas de aumentar a produtividade do trabalho e a obtenção de lucro. Esta forma de análise permite entender os paradigmas de organização da produção não apenas como um receituário para organização da firma, mas sim como modelos historicamente determinados, que são, de certa forma, objetivações de tendências históricas que já podem ser observadas em períodos anteriores. Por fim, busca-se problematizar como cada um destes, ao afetar o processo de trabalho, impacta na forma de contratação e exploração da força de trabalho, ou seja, os impactos no trabalhador.

##### **4.1. Organização do Trabalho e Acumulação de Capital: o paradigma taylorista/fordista.**

Entre o final do século XIX e início do século XX, com a maturação do ciclo de inovações deflagrado pela Segunda Revolução Industrial, começam a surgir os primeiros teóricos da Administração Científica, buscando, pelo estudo e modificação da estrutura organizacional da empresa e da divisão do trabalho, proporcionar um aumento dos ganhos de produtividade, ou seja, um aumento da extração de mais-valia. As formas gestantes de organização da produção devem ser entendidas, portanto, como instrumentos de acumulação de capital. (MAZZUCHELLI, 2009; MORAES NETO, 1986)

Enquanto Fayol dá seu maior foco na organização da estrutura da empresa, ou seja, nas relações de poder e na estrutura organizacional, Taylor foca-se principalmente na questão do ritmo da fábrica: busca reduzir ao máximo o tempo gasto na execução de cada tarefa, simplificar e parcelar ao máximo cada tarefa e minimizar ao máximo a perda de tempo ao se passar de uma tarefa para outra. Ao fazer isto, Taylor cria um novo paradigma de organização da produção que, como veremos a seguir, na sua forma aperfeiçoada, o fordismo, dominou a produção industrial até meados da década de 1970 (MORAES NETO, 1986; SÁ, 2013).

Este paradigma taylorista, no entanto, como teoria, não parece nada essencialmente novo a qualquer estudioso da área da organização do trabalho que tenha acompanhado os autores do século XVIII, nomeadamente, Adam Smith (1988) e Karl Marx (2013). Como mostra Moraes Neto (1986) o taylorismo e o fordismo são materializações de tendências imanentes do capitalismo já apontadas por Marx e, pioneiramente, por Adam Smith. Esta analogia permite a construção de uma visão crítica e embasada historicamente do paradigma taylorista/fordista.

Adam Smith (1988), em sua análise da divisão do trabalho (e como já apontado no capítulo anterior), enumera três fatores pelo qual o desenvolvimento da divisão do trabalho propicia um aumento da produtividade do trabalho: o parcelamento das tarefas leva ao desenvolvimento de uma maior destreza do trabalhador, a divisão das diferentes tarefas entre trabalhadores parciais economiza tempo que costumeiramente seria perdido na passagem de uma tarefa para outra e o esmiuçamento das tarefas na fábrica incentiva a criação de máquinas e ferramentas específicas para o trabalho, possibilitando a uma única pessoa executar o trabalho antes executado por muitas.

Marx (2013), em sua análise da gênese do capitalismo e da mudança das formas de trabalho do artesanato para a cooperação, manufatura e, por fim, para a maquinofatura, deixa clara a utilização da divisão do trabalho, pelo capital, como artifice para extração de mais-valia relativa, ou seja, como forma de amplificar os ganhos da acumulação de capital. O esmiuçamento das atividades não só permite o aumento da produtividade, mas um maior domínio do capital sobre o processo produtivo: o artesão qualificado, de salário relativamente mais alto e dificilmente substituível dá lugar ao trabalhador parcial, desqualificado e

cujo salário pode ser rebaixado tanto quanto a vontade do empregador, enquanto se manter abundante a oferta de força de trabalho no mercado de trabalho, tendendo, portanto, a corresponder ao nível de subsistência do trabalhador. Se antes era necessária a qualificação do trabalhador agora é necessário apenas o mero adestramento da força de trabalho, que perde a centralidade dentro do processo produtivo e se torna apêndice da máquina.

O método taylorista de produção consiste, portanto, na parcelarização das funções dentro da fábrica, ou seja, no extremo aprofundamento da divisão do trabalho. Por este mesmo motivo Coriat (*apud* Moraes Neto, 1986, p. 31) afirma que “tudo o que Marx anuncia em relação às características especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento de tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção), o realiza Taylor, ou, mais exatamente, lhe dá uma extensão que até então não havia tido”.

O fordismo se configura, posteriormente, como um aprofundamento do método taylorista com a invenção da linha de montagem, onde, via a esteira mecânica, se permite que o objeto de trabalho venha até o trabalhador. Consiste, portanto, numa objetivação do elemento subjetivo, o trabalhador, no processo de trabalho. Importante salientar, porém, que se ao observador desatento pode parecer que a esteira mecânica dita o ritmo da linha de produção, na verdade, este é ditado pela negociação com o trabalhador coletivo. Isto é evidente nas afirmações de Ford (2012) sobre o ajuste de caráter empírico da velocidade da esteira mecânica, via negociação com os trabalhadores (MORAES NETO, 1986).

Como mostra Moraes Neto (1986), a análise da manufatura de Karl Marx guarda grandes semelhanças com a análise de Ford sobre a linha de produção: a elevação da produtividade do trabalho pela via do aprofundamento da divisão do trabalho, o aumento da intensidade do trabalho pela interdependência direta das tarefas dos trabalhadores parciais – exacerbado, aqui, a toda sua potencialidade pela introdução da esteira mecânica - e, por fim, o caráter empírico característico de qualquer processo de trabalho que tenha como base o trabalho manual.

Neste último, o paradigma taylorista/fordista esbarra em uma de suas contradições. Por um lado, o desenvolvimento da organização da produção no seu paradigma taylorista/fordista é a materialização das tendências já

observáveis no capitalismo em suas fases iniciais, com o aprofundamento da divisão do trabalho, com o conseqüente aumento da produtividade do trabalho, da extração de mais-valia, com o aumento da composição orgânica do capital – proporção entre capital fixo e capital variável, ou seja, a redução da utilização de força de trabalho – e a “apendicização” do homem à máquina. Todos estes fatores contribuem para o deslocamento da força da “queda de braço” na fábrica para o lado do capital, ou seja, reduzem o poder do trabalhador individual pela desqualificação de seu trabalho e fácil substituição. Porém, por outro lado, dada a dependência do método de produção taylorista/fordista do trabalho manual, ao mesmo tempo dota-se o trabalhador social de poder frente ao capital (MARX, 2013; MORAES NETO, 1986; SILVA, 2006).

Como reação ao trabalho esmiuçado e repetitivo, aos baixos salários e às longas jornadas de trabalho, o paradigma taylorista/fordista de organização da produção sofre com o absenteísmo, o elevado *turnover*, as greves e a sabotagem na forma de trabalho mal feito. Se a tendência é a favor da acumulação, a contra tendência a obsta. O paradigma taylorista/fordista, assim, esbarra em uma de suas contradições: em seu desenvolvimento, acaba por reforçar a dependência do capital para com o trabalho, o contrário do que acontece com o desenvolvimento da maquinofatura, a forma mais adequada para a acumulação capitalista (MARX, 2013; MORAES NETO, 1986; SILVA, 2006).

O fordismo se apoia na produção em larga escala, na verticalização da produção – com a produção e padronização das peças - e na popularização do consumo. Basta-se lembrar da obsessão de Ford pela possibilidade de barateamento do preço do automóvel e de seus custos de produção. Este padrão estimula e depende de um tipo característico de organização social. Por exemplo, se, por um lado, o automóvel permitiu a expansão dos limites da cidade com a habitação dos subúrbios, por outro lado, a massificação do consumo do fordismo e a produção em larga escala só são viáveis com um nível de demanda efetiva alto, típico das políticas de consenso do pós-guerra, onde o governo atuava via políticas keynesianas de demanda para perseguir o pleno emprego (FORD, 2012; MAZZUCHELLI, 2009; PERES, 2004).

O acirramento da competição interempresarial e a corrida pelo rebaixamento dos custos de produção, como citado acima, fazem com que o

desenvolvimento do padrão de produção fordista impeça a destinação de recursos para a melhoria das condições de trabalho, conduzindo, portanto, a uma deterioração das condições de trabalho cada vez maior. Este fator, na forma de crescente descontentamento da classe trabalhadora e pauta da luta sindical, caracteriza mais uma das contradições do sistema fordista, contradições estas que, em conjunto, serão responsáveis por sua crise (PERES, 2004).

Completando o desenho da crise do sistema fordista, temos a contradição que diz respeito à queda na taxa de lucro e na viabilidade da escala do sistema. A luta sindical, no período de prosperidade do Estado do bem-estar social, suprimiu a capacidade do sistema fordista de rebaixamento dos salários e deterioração das condições de trabalho, obstando um de seus mecanismos de aumento do lucro e determinando, portanto, uma queda da taxa de lucro. Por outro lado, como já apontado no capítulo anterior, a inflexão do ciclo virtuoso do pós-guerra, com o esgotamento do ciclo de investimentos que se apoiou, em grande parte, na construção de todo um aparelho estatal de serviços sociais nos países europeus, leva a uma desaceleração do crescimento econômico, que, aliado à elevação abrupta do preço do petróleo no mercado internacional nos anos de 1973 e 1979, deflagrou uma crise fiscal nos Estados e determinou a derrocada do *Welfare State*, em um cenário de aumento do desemprego e desaceleração econômica. Este último fator derruba um dos grandes pilares do fordismo: a produção em massa, que é dependente de níveis sempre crescentes de demanda efetiva (BALTAR e KREIN, 2013; DAINEZ e DAINEZ, 2014; PERES, 2004).

A última linha de análise que explica a derrocada do sistema taylorista/fordista é aquela que diz respeito ao sofrimento psicológico oriundo do trabalho esmiuçado e repetitivo e das condições precarizadas de trabalho sob a égide do sistema de produção massificada e as possibilidades de motivação e captura da subjetividade do trabalhador.

Como visto, o método taylorista/fordista consiste, essencialmente, na objetivação do elemento subjetivo da produção, o trabalho, através do aprofundamento da divisão do trabalho, do controle despótico de todos os movimentos do trabalhador e pela redução máxima do chamado “serviço de transporte” - o tempo necessário para mudar de uma tarefa para outra -, possibilitada pela introdução da linha de produção com a esteira mecânica.

O homem, porém, como aponta Marx (2013, p. 450) “(...) é um instrumento muito imperfeito para a produção de um movimento contínuo e uniforme”. De tal fato, pode-se concluir que tamanha objetivação do processo de trabalho, que se torna uma aplicação tecnológica da ciência a serviço do processo de acumulação de capital, só pode se configurar como um processo civilizatório violento para o trabalhador. O trabalho esmiuçado, repetitivo e a separação entre trabalho intelectual e manual torna o trabalho insuportável de forma que, muitas vezes, o trabalhador só o pode suportar mantendo o “espírito a deriva”, ou seja, o trabalhar pensando em outra coisa, sem a necessidade de prestar atenção no trabalho (MORAES NETO, 1986; PERES, 2004; SILVA, 2006).

Neste quadro, os incentivos salariais por tarefa ou peça tornam-se insuficientes para a motivação da força de trabalho e são necessários novos métodos de captura da subjetividade do trabalho (SILVA, 2006).

É nesse contexto de entendimento, portanto, da crise do método taylorista/fordista de produção que podemos entender sua derrocada e a ascensão de um novo método, como uma readequação do processo de acumulação frente aos seus novos entraves, quase como uma “linha de menor resistência” para o capital, nos termos de Mészáros (1989).

O novo método de produção, para restaurar a viabilidade do processo de acumulação e conter a crescente materialização das contradições da produção industrial, deveria dar conta de lidar com o novo modelo de sociedade que surge após a derrocada do *Welfare State*. Ou seja, é necessário adaptar a produção a uma demanda mais volátil, sujeita a frequentes crises, restaurar o domínio do capital sobre o trabalho e resolver o crescente descontentamento da classe trabalhadora frente ao modo de trabalho parcelar fordista e as condições precarizadas de trabalho, buscando novas formas de motivação do trabalhador e economia de força de trabalho.

Desta forma, o capitalismo se reorganiza para amenizar os problemas emergentes da crise do método de produção fordista e o novo método de produção se materializa como uma forma objetiva de solução das contradições apontadas acima, exacerbadas com a crise do fordismo. Surge um novo modelo de sociedade, com o qual o novo método de produção não é apenas compatível, mas também uma peça que o sustenta, caracterizado pelo neoliberalismo, a privatização do Estado, a financeirização crescente da riqueza, a corrosão dos

direitos do trabalho e da geração de empregos, tudo isto permitindo, portanto, uma restauração do ciclo reprodutivo do capital, porém sem alterar seus pilares centrais. Surge uma nova estrutura social que permite a reafirmação do poder do capital frente ao trabalho, eliminando os entraves que este representou temporariamente para o processo de acumulação, na crise do modo de produção taylorista/fordista. Assim, com esta restauração do ciclo reprodutivo do capital, desloca-se o lado da queda de braço (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

#### **4.2. Flexibilização da Produção: a reorganização produtiva pela via da acumulação flexível.**

Se a crise do fordismo no ocidente deixava clara a demanda do capital por uma nova forma de acumulação que pudesse superar as contradições geradas pelo aprofundamento do método de produção fordista, as especificidades da economia japonesa no pós-guerra e os obstáculos que estas especificidades impuseram para o desenvolvimento do “fordismo japonês” moldaram o nascimento da acumulação flexível<sup>11</sup> na forma do método de produção toyotista.

No ano de 1933 surge a primeira fabricante de automóveis japonesa, a Datsun (que posteriormente se tornaria a Nissan), cuja forma de organização da produção é, basicamente, uma tentativa de reprodução do método fordista/taylorista ocidental. Em 1936, como um dos pontos estratégicos do projeto de expansão do governo totalitário japonês, é editada a lei da indústria automobilística, se utilizando de medidas protecionistas para desestimular as importações de automóveis e tentar contrabalancear a enorme vantagem competitiva dos automóveis americanos e - esta medida de central importância - proibindo a produção de automóveis estrangeiros no país, levando à retirada das montadoras internacionais do país (GOUNET, 1999).

---

<sup>11</sup> A acumulação flexível, segundo Harvey (1992), é uma contraposição à rigidez do método fordista, baseada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e na intensificação dos processos de inovação, comercial, tecnológica e organizacional, bem como em um estreitamento do horizonte temporal do processo decisório.

Após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de crescente internacionalização da produção e após a derrota japonesa, houve um aumento da intervenção americana no país no campo ideológico, militar e da produção, fato que suscitou que o projeto da indústria automobilística nacional autônoma volte a entrar em discussão (Gounet, 1999). É neste contexto, da necessidade de competição com a indústria automobilística norte-americana, que se desnudam os grandes obstáculos estruturais da economia japonesa que impediam a internalização do fordismo com o mesmo nível de produtividade do ocidente.

Como anteriormente exposto, o fordismo, no que tange ao perfil de demanda, se apoia no consumo de massas e na produção de grandes quantidades de bens homogêneos. O perfil da demanda do mercado interno japonês inviabiliza esse método de produção no aspecto quantitativo e qualitativo. O nível de renda do povo japonês no pós-guerra inviabiliza a possibilidade do consumo de massas, implicando que a demanda é quantitativamente restrita e, mais que isso, que os produtores locais deveriam, desde o início, produzir com custos equivalentes ao da produção em massa. O perfil da demanda, também, se mostrava favorável a pequenos veículos - pelo seu menor custo e melhor adaptação ao país, de território bastante reduzido – e bastante diversificado, com implicações desfavoráveis à realização da produção de grandes quantidades de bens homogêneos e, por fim, a restrição territorial implica maiores custos imobiliários para a instalação de grandes plantas industriais. Todos estes fatores apontavam para o surgimento de alguma outra forma de organização da produção, que obtivesse os ganhos de produtividade de uma forma diferente. Acrescenta-se a este ambiente propício a determinação do governo em desenvolver a indústria automobilística como estratégia de desenvolvimento nacional. (GOUNET, 1999).

Desta forma, pode-se afirmar que, se as demandas por uma alternativa ao método de produção fordista, em nível mundial, eram claras, no Japão elas adquirem o invólucro que as permitem ser percebidas na forma empírica, não como estratégia de acumulação, muito embora se trate disso, mas como soluções pragmáticas a demandas pontuais da economia japonesa.

Antes de partir para a análise do método toyotista, resta esclarecer um ponto. Pode-se destacar, como aponta Antunes (2002), na literatura sobre o

tema, duas linhas absolutamente divergentes e uma de certa forma intermediária no entendimento da transição do paradigma fordista para o pós-fordista.

A primeira linha de análise entende o toyotismo como uma ruptura radical com o fordismo, gestando uma nova forma de organização da produção e uma nova relação entre capital e trabalho, mais favorável ao trabalhador que a anterior, defendendo que as inovações toyotistas permitiram a superação das contradições básicas do capitalismo (ANTUNES, 2002).

A outra linha, radicalmente oposta, analisa a acumulação flexível como uma intensificação de tendências já existentes, não existindo, portanto, ruptura radical com o padrão fordista que configure uma nova organização da produção, mas sim um aprofundamento de suas tendências permitindo uma reconfiguração do jogo de poder muito mais vantajosa para os empregadores do que os trabalhadores (ANTUNES, 2002)

A terceira linha de raciocínio, como pode ser observada em Antunes (2002), Coriat (1994), Gounet (1999), Peres (2004) e Silva (2006), mostra que existiram elementos de ruptura e de continuidade, porém que as tendências gerais, intrínsecas à relação social dentro da qual a produção está inserida, não se alteram. Em outras palavras, a acumulação flexível, originada com o método toyotista de produção, apesar de se constituir um parcialmente novo paradigma da organização da produção, é uma resposta à crise fordista e, mais que isso, está inserida dentro da relação de produção capitalista, cujas contradições ainda habitam sua constituição mais íntima e se configura como um processo, ainda que mais velado, de intensificação de exploração da força de trabalho e redução de pessoal efetivo. Quanto a este último, vale repetir que a caracterização, como apontado por Coriat (1994), do toyotismo como sistema de estoque zero, só se aplica à medida que, com a redução dos estoques existe, por trás, uma redução de pessoal efetivo. O cerne do sistema não é a mudança na gestão dos estoques, mas sim a intensificação do trabalho e a redução de pessoal efetivo. Configura-se, para se usar um termo de Castillo (1996 *apud* Antunes, 2002), como um processo de “liofilização organizativa”.

Desta forma, o regime de acumulação flexível, uma vez consolidado mundialmente, é uma resposta à crise fordista e uma adaptação da produção à nova conjuntura internacional, marcada pelo neoliberalismo, pela volatilidade da demanda, pelo domínio do capital financeiro e pelo desemprego crônico.

A produção flexível, que se inicia com o paradigma toyotista, surge como resposta aos problemas da crise estrutural do fordismo: como apontado acima, o seu carácter manufatureiro, que leva a um empoderamento do trabalho frente à “disciplina da fábrica”, a necessidade da produção verticalizada e de larga escala do consumo de massa - ou seja, de altos níveis de demanda, não mais compatíveis com a transição para o neoliberalismo - e o aumento da pressão sindical contra o rebaixamento dos salários e das condições de trabalho como forma de competição interempresarial (MORAES NETO, 1986; PERES, 2004; SILVA, 2006).

Juntando-se aos elementos da crise fordista no mundo a necessidade histórica e estruturalmente determinada da economia japonesa no pós-guerra: organizar a produção de forma que seja possível produzir pequenas quantidades de bens heterogêneos a custos e produtividade do trabalho equivalentes ao da produção em massa, podemos ver como ambas as demandas são, de certa forma, complementares e como o regime de acumulação flexível toyotista consegue atender a ambas.

O regime de acumulação flexível, então, se utiliza de uma fábrica de alto padrão tecnológico, da larga introdução de computadores no processo produtivo, da introdução das técnicas de gestão da força de trabalho da era informacional e na automação de várias etapas do processo produtivo. Só esta esfera já elimina um alto número de postos de trabalho. Porém, tudo isto é aliado a novas técnicas de captura da subjetividade que buscam a “integração do espírito” do trabalhador à firma, ou seja, rompe-se a divisão entre trabalho manual e intelectual típica do fordismo, se intensificando a exploração do trabalho. É dentro deste bojo que se deve entender, por exemplo, os Círculos de Controle de Qualidade, onde os trabalhadores são estimulados a discutir formas de aperfeiçoamento de seu trabalho, em função do aumento da produtividade da empresa (ANTUNES, 2002; SILVA, 2006).

O novo sistema não elimina o trabalho esmigalhado e repetitivo, mas cria um novo pano de fundo ideológico que previne a sabotagem da produção, como no fordismo. Cria novas demandas pela qualificação (dentro do bojo da qualidade total), incentiva (ao mesmo tempo) o espírito de equipe (*teamwork*) e a competição entre funcionários - pois, com o ideário da qualidade total, a empresa desloca o treinamento da força de trabalho de sua responsabilidade,

sendo o trabalhador responsável por sua qualificação e empregabilidade e, no contraponto lógico, o responsável pelo seu desemprego. Tudo isto coroado pelo desenvolvimento da psicologia aplicada à administração, que cumpre a dupla função de buscar o engajamento (ou servidão) máximo do trabalhador e, ao mesmo tempo, mascarar as origens políticas, sociais e econômicas do conflito de classe, como aponta Silva (2006). Ou seja, cria-se uma nova forma de gestão de recursos humanos e incentivos que deixam o trabalhador absorto pela ideologia da empresa, obtendo sua máxima servidão e “embaçando” o seu posicionamento de classe (ANTUNES, 2002; SILVA, 2006).

Conforme mostra Antunes (2002) a fábrica típica do toyotismo permite, então, uma produção extremamente vinculada à demanda - para usar uma expressão de Coriat (1994): o pensar ao avesso – com a possibilidade de produzir pequenas quantidades de produtos heterogêneos, apoiada no trabalho em equipe, multifuncional, no princípio do *just in time*, - que consiste no melhor aproveitamento possível do tempo de produção e na produção exata das quantidades vendidas, ou seja, uma produção acionada pela demanda e com o estoque mínimo - na utilização do *kanban*, método de sinalização para reposição de peças e estoque – pulverizando a função de controle de estoques e poupando emprego neste setor, também - e na adoção de uma estrutura horizontalizada de produção. Este último fator advém da chamada “teoria do foco”, que consiste na empresa focar sua atividade na sua especialidade central na produção. A terceirização do restante da produção, dentro do contexto da qualidade total, implica uma transferência ágil dos métodos de produção toyotistas para toda a rede de fornecedores. Assiste-se, portanto, a uma enorme intensificação do trabalho e da eliminação de cargos de controle e monitoramento da produção pela incorporação destas funções no cotidiano do trabalhador, dentro do ideário da qualidade total (ANTUNES, 2002).

Tudo isto ocorrendo conjuntamente com a desregulamentação do trabalho, com o aumento das formas mais precárias de contratação como trabalho temporário e terceirizado (flexibilidade quantitativa), e um aumento da exigência pela multifuncionalidade do trabalhador (flexibilidade funcional), esta última tanto no sentido de funções como do operário operar simultaneamente várias máquinas (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013).

Neste contexto, a ação sindical é fortemente restringida, dado o aumento do desemprego e da fragmentação da classe trabalhadora. Este último tanto pelo esvaziamento do sentido de profissão, fruto da flexibilização funcional, quanto pela redução da noção de pertencimento de classe, dada pela ideologia litúrgica da fábrica moderna, pela psicologia aplicada à administração e pela luta do trabalhador contra o trabalhador no contexto da era da qualidade total (e da escassez dos empregos do neoliberalismo). O enfraquecimento sindical é uma das formas que permitem à produção flexível a flexibilização do trabalho, haja vistas a organização dos sindicatos japoneses em sindicatos de empresa, menos combativos (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; CORIAT, 1994; SILVA, 2006).

Ilustra este fato a grande greve de 1950 na fábrica da Toyota, que resultou na demissão de 1600 funcionários efetivos, bem como na demissão do próprio presidente da empresa, Kiichiro Toyota. A esse evento segue-se a derrota do sindicato em 1952, mudando a organização sindical de sindicato de indústria para sindicato de empresa, interno, ou seja, corporativo. A derrota, que deu lugar a esta forma de negociação mais dócil, eliminou as greves dentro da empresa, em troca de contrapartidas implícitas e explícitas, como a consolidação mais efetiva do emprego vitalício e do salário por antiguidade para alguns operários das grandes empresas (CORIAT, 1994).

A questão do emprego vitalício, do salário por antiguidade e dos ganhos salariais por produtividade, como salienta Antunes (2002), é restrita a uma pequena parcela dos trabalhadores das grandes empresas, com frequente exclusão da população feminina em sua implantação. Aos trabalhadores das empresas mais distantes da empresa matriz na estrutura horizontalizada de produção típica da acumulação flexível, o sistema da “qualidade total” impõe a precarização das formas de contratação de trabalho, altos níveis de exploração do trabalho e longas jornadas de trabalho. Tão contraditório é este fator quanto a correlação entre qualidade total e taxa de uso decrescente: quão maior a “qualidade total” de um produto, tão mais curto seu período de consumo, garantido pela obsolescência tecnológica e tantas outras técnicas, como a obsolescência planejada, para aumentar as potencialidades da realização da produção via a redução da taxa de uso das mercadorias. Precariza-se o emprego para se estimular uma produção voltada ao desperdício (ANTUNES, 2002).

É importante, também, salientar que, se a adoção do método de produção flexível permite ganhos de produtividade mais que significativos, isto não significa o abandono das longas jornadas de trabalho. Como mostra Mészáros (1989), a acumulação capitalista tende a explorar a linha de menor resistência até que se encontre obstáculos que a impeçam. Neste sentido, se a mais-valia relativa é uma forma mais velada e socialmente aceita de exploração, enquanto ainda for possível, os ganhos de produtividade da mais-valia relativa convivem com as técnicas de extração de mais-valia absoluta, no caso, longas jornadas de trabalho (ANTUNES, 2002).

O aumento brutal da competitividade da indústria japonesa com o sistema toyotista e sua maior compatibilidade com as economias de lento crescimento, - como afirma o próprio Taiichi Ohno (1989 *apud* Gounet, 1999), criador do método dentro da fábrica da Toyota - conjuntura típica do neoliberalismo, dá logo lugar a experimentos (e a posterior adoção) do novo paradigma da produção flexível no ocidente. É ilustrativa a narrativa das tentativas de adoção do método de produção da acumulação flexível pela General Motors em Gounet (1999), especialmente no que diz respeito ao plano inicial que visava a ampliação do número de robôs da empresa de 302, em 1980, para 5 mil em 1985 e 14 mil em 1990 e, por fim, na conclusão, em 1986, após o fracasso do investimento apenas na alta tecnologia de que a competição do sistema se baseia na organização da produção, sendo apenas o aparato tecnológico insuficiente se não acompanhado de novas formas de gestão da força de trabalho, significando o aumento da intensidade do trabalho. A partir daí desenvolve-se a ocidentalização do método de produção toyotista adaptado às particularidades de cada país - a exemplo a questão da existência do sindicato de classes, um entrave a flexibilização nos Estados Unidos - e a consolidação da produção flexível em nível global (Gounet, 1999).

É possível concluir, portanto, que, apesar das características peculiares japonesas, a adoção da produção flexível, adaptada a cada particularidade nacional, obedece a uma lógica global de aprofundamento da exploração do trabalho. Sob a pele do sistema da “qualidade total”, assiste-se, portanto, à precarização do trabalho, ao aumento da exploração do trabalho, à corrosão da ação sindical e ao incentivo da produção destrutiva, ou seja, da produção para o desperdício. A acumulação flexível reestrutura a organização da produção e o

aparato ideológico frente à crise do fordismo, restaurando as potencialidades da acumulação capitalista e do projeto de domínio societal do capital. As demandas da classe trabalhadora da crise do fordismo apenas são absorvidas na esfera das aparências. Na realidade, assiste-se a um deslocar de forças, mais uma vez, para o lado do capital (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

A luta contemporânea da classe trabalhadora deve, portanto, obrigatoriamente, passar pelo entendimento das inovações organizacionais como formas de intensificação do trabalho e redução do quadro de funcionários efetivos, mas também como aparato ideológico que reafirma a dominação ideológica do capitalismo nas mais diversas esferas da sociedade. O desemprego tecnológico é uma realidade violenta ao mostrar que, cada vez mais, são necessários níveis maiores de crescimento para sustentar um determinado nível de emprego, buscando compensar a redução de postos de trabalho gerada pelas inovações da produção, o desemprego estrutural. A lógica se mantém mesmo nas novas formas de concorrência intercapitalista. É neste sentido que o capitalismo é um sistema dissipador e excludente, pois é ilimitado em sua essência mais íntima e visa, como única finalidade objetiva, o lucro, e não a inclusão social.

#### **4.3 Possibilidades Contemporâneas da Luta do Trabalho: desemprego tecnológico e as novas formas de estranhamento.**

As inovações organizacionais se configuram como um aspecto endógeno ao desenvolvimento capitalista, que é antagônico entre as classes em sua própria essência, pois se apoia na produção da riqueza pelo trabalho e na transferência desta, de forma desigual, pelas relações de propriedade.

À medida em que as novas tecnologias e formas contemporâneas de organização do trabalho avançam, elas relegam ao sonho do pleno emprego do Estado do Bem-Estar Social um lugar mais distante no horizonte da utopia.

Essa percepção pode se apoiar nos dados do *Employment Strategy Department* da *International Labour Organization* (Departamento de Estratégia para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho) presentes em Kapsos (2005): a elasticidade da taxa de emprego em relação ao crescimento

do Produto Interno Bruto – que mede a variação da taxa de emprego conforme variações no crescimento do PIB, ou seja, a capacidade do crescimento econômico de geração de empregos – cai de forma mais que significativa nos países desenvolvidos: nos Estados Unidos a elasticidade do emprego em relação ao PIB parte do valor de 0,71, no período 1991-1995, se reduz para 0,43, no período de 1995-1999, e chega finalmente a 0,20, entre 1999-2003. No Japão a queda é mais vertiginosa, ainda, partindo da ordem de 0,34, entre 1991 e 1995, para -0,24, no período 1999-2003. Ou seja, no período entre 1999 e 2003 no Japão, nota-se uma correlação inversa entre crescimento econômico e geração de emprego.

Diante destes fatos, a questão do desemprego tecnológico não pode deixar de ser levada em conta na luta da classe trabalhadora e na pauta sindical, enquanto a principal forma de inserção social for o trabalho assalariado.

Aglutina-se a isto o fato de que o desenvolvimento contemporâneo das forças produtivas e da concorrência intercapitalista, materializado nas novas técnicas de gestão do trabalho, têm gerado novas formas de alienação e estranhamento.

Antes de prosseguir com a explicação, porém, é oportuno explicar porque nesta seção opta-se por utilizar a palavra estranhamento no lugar do termo alienação, mais utilizado e consagrado na bibliografia tradicional marxista.

Ranieri (2006) mostra que na obra original de Karl Marx existe uma distinção entre as palavras alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) e que estas têm significados diferentes.

A alienação seria um fenômeno o qual não é possível de ser eliminado na atividade humana, consistindo na objetivação do ser humano na história, em sua exteriorização e atividade, ou seja, na objetivação da subjetividade humana através do trabalho, independentemente das formas de apropriação do trabalho. É um ato que se assenta na dupla transformação produzida pelo trabalho humano: a transformação da natureza, exterior – com a transformação desta em objetos de trabalho, ou seja, em natureza humanizada pelo trabalho - e a transformação da natureza do homem – o produto do trabalho aparecendo como objetivação do gênero humano, como fruto do trabalho de um ser objetivo. (CHAGAS, 1994; RANIERI, 2006).

O fenômeno do estranhamento já decorre das formas históricas de apropriação do trabalho e as insuficiências para a realização do gênero humano que estas formas, materializadas na relação de produção e na propriedade privada, determinam. O estranhamento surge à medida em que se tem a apropriação da produção por uma parcela da população que não aquela que produz e emerge, de acordo com Ranieri (2006), em sua forma última na posição do trabalho dentro da relação de produção capitalista, onde este, para poder existir, é apropriado pelo próprio trabalho acumulado, na forma de capital. Como apontado por Marx (2013) na sua explicação sobre o fetichismo da mercadoria, a relação social de trabalho é obscurecida por uma relação reificada, onde as relações entre os homens são substituídas por relações entre coisas, entre mercadorias. Melhor explicando, os produtos do trabalho só se tornam mercadorias à medida que são produzidos por indivíduos ou grupos de indivíduos que trabalham de forma isolada entre si e posteriormente trocam os produtos de seu trabalho. E é neste ato de troca que o trabalho destes produtores ou grupos de produtores isolados entre si manifesta seu caráter social, estabelecendo, mesmo que de forma indireta, uma relação social entre estes produtores que se confrontam no ato de troca, ou seja, o trabalho individual ou dos grupos se manifesta como parte do trabalho total da sociedade neste momento. Porém, o caráter fetichista da mercadoria no capitalismo obscurece essa relação social dos produtores e ela se reduz a uma relação de troca entre coisas, estabelecendo uma reificação desta relação social e, mais que isso, atribuindo-se um poder independente às coisas, mistificando e obscurecendo as relações sociais sob as quais se assenta o sistema. Independente de sua classe social, todos passam a se confrontar no mercado como compradores e consumidores de mercadorias, iguais um perante o outro, e é sobre estas falsas premissas que muitos dos constructos teóricos de economistas liberais e outros teóricos que consideram as relações capitalistas naturais relações entre homens livres se desenvolvem (Marx, 2013; Ranieri, 2006; Sweezy, 1985).

Estabelece-se uma separação entre o trabalhador e sua força de trabalho e é relegada ao trabalhador uma existência estranhada, em que este estranha a si mesmo, estranha os outros homens e seu próprio trabalho, com os produtos do trabalho se tornando estranhos e hostis ao próprio trabalhador, com o próprio trabalho acumulado se tornando uma ferramenta de apropriação de si mesmo.

Desta forma, enquanto a alienação é decorrente da própria atividade de trabalho inerente ao ser humano, o estranhamento surge como fruto da relação social de apropriação do trabalho.

Como mostra Ranieri (2006), o estranhamento penetra, em sua forma genérica, em todas as esferas da sociabilidade humana, refletindo-se na forma de embrutecimento do ser, da perda da consciência de si, da perda da consciência de classe, da convivência com a crise e o desemprego estrutural e da aceitação do estado das coisas como algo inelutável, o que acaba se configurando, inclusive, como um entrave à luta sindical. Aceitando-se a inevitabilidade do capitalismo, a luta da classe trabalhadora acaba por ter que fazer grandes concessões ao capital, muitas vezes assumindo uma postura dócil, e muitas vezes abandonando a luta por uma sociedade verdadeiramente emancipadora e radicalmente igualitária.

As novas formas de organização da produção, do paradigma da acumulação flexível, apesar da redução dos níveis hierárquicos dentro da fábrica e da redução da separação entre a elaboração e a execução, não eliminam o estranhamento. Pelo contrário, a maior participação e engajamento exigidos do trabalhador o levam a manifestar uma subjetividade estranhada em relação ao que se produz e para quem, pois a subjetividade do trabalhador deve estar sempre alinhada com os objetivos da empresa e mesmo as estratégias para atender os desejos dos consumidores na verdade acabam por se configurar como uma estratégia de autopreservação da empresa. As técnicas de captura da subjetividade, se na aparência permitem um florescer da subjetividade do trabalhador dentro da empresa, na realidade transformam esta subjetividade em um instrumento da acumulação e transformam cada vez mais as personificações do trabalho em personificações do capital (ANTUNES, 2002).

O mundo do trabalho se torna repleto de reificações e fetichizações que impedem a manifestação de uma autêntica subjetividade humana. Na vida fora do trabalho, o trabalhador se encontra cada vez mais imerso na ideologia do capitalismo, seja pelo consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, estruturado em grande medida pelo capital, seja pelos serviços públicos sendo crescentemente privatizados e seja mesmo pelo estímulo do tempo de lazer se transformar em tempo de consumo, em shoppings e em atividades turísticas

crescentemente mercantilizadas. Assiste-se a um grande domínio do capital inclusive na vida fora do trabalho (ANTUNES, 2002).

A era da acumulação flexível, com a simultânea vigência da ideologia da qualidade total e do desemprego estrutural e das formas precarizadas de emprego, acaba por dividir dois grandes grupos de trabalhadores: aqueles que atuam nas atividades de ponta, cujos empregos não foram suprimidos pela tecnologia, trabalhadores cuja subjetividade está em constante interação com as máquinas inteligentes informatizadas e aqueles trabalhadores precarizados, que convivem com as formas precarizadas de emprego, a instabilidade e mesmo o desemprego constante (ANTUNES, 2002).

Estas duas formas ampliam o estranhamento, seja pelas reificações e fetichizações daqueles que exercem o trabalho intelectual abstrato, que passam por um aprofundamento e interiorização do estranhamento, e aqueles precarizados, que convivem com o sentimento de impotência do desemprego em uma sociedade em que a inserção social se dá por meio do trabalho e com o embrutecimento e a desumanização do seu ser (ANTUNES, 2002).

O avanço da acumulação, com o desenvolvimento da tecnologia e o crescimento do desemprego estrutural, aumenta as desigualdades e relega a classe trabalhadora a uma existência estranhada e inautêntica, desintegrando os laços sociais e tendendo a sociedade a uma condição próxima da barbárie, gravitando entre a apatia, isolamento e inação de alguns e a revolta e violência de outros. Tende-se a um aumento da “racionalidade” no setor produtivo e das contradições e “irracionalidade” na sociedade (ANTUNES, 2002).

As palavras de Weber (1992, p. 131) soam de forma quase profética:

Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas - a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os 'últimos homens' desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como 'especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado.

O desenvolvimento das forças produtivas a serviço da acumulação do capital, que determina as novas formas de organização da produção, não tem por objetivo a inclusão social de toda a população, a emancipação humana e

nem o desenvolvimento de uma democracia radicalmente igualitária, onde todos poderiam usufruir dos frutos do avanço da produtividade do trabalho e decidir de que forma seria aplicado o excedente da produção. Pelo contrário, a dinâmica do sistema é ditada pelas necessidades do capital que precisa constante se expandir, o que impõe efeitos contraditórios entre as classes, marginalizando a parte da população que trabalha, os obrigando a conviver com as formas precarizadas de emprego, o desemprego estrutural e uma existência inautêntica e estranhada. Ainda, a necessidade constante de expansão da produção gera efeitos perversos sobre a própria natureza. Como tal, a crítica acadêmica deve ser realizada de forma rigorosa, porém não perder seu diálogo com os movimentos sociais e a luta da classe trabalhadora, assim talvez seja possível contribuir para a luta da classe trabalhadora se reorganizar frente aos novos desafios impostos pelas constantes mudanças na organização da produção e no mundo do trabalho.

#### **4.4- Sindicalismo e Representação de Classe: Horizonte e Desafios**

Neste momento da análise, em que se discutem os horizontes da luta dos trabalhadores frente às novas formas de organização do trabalho que emergem com a chamada reestruturação produtiva, é oportuna a análise da instituição pela qual será conduzida a parte empírica da pesquisa, o sindicato.

Os sindicatos podem ser definidos como organizações de trabalhadores com o objetivo de defesa de seus interesses – interesses que podem ser imediatos, como a melhora das condições de emprego e aumento da renda do trabalho e interesses históricos, como, por exemplo, a defesa de um projeto político que envolva a própria abolição da sociedade baseada na relação de trabalho assalariado, o capitalismo. A organização do trabalho na forma de sindicatos é uma forma de amenizar a fragilidade do trabalhador individual frente ao capitalista na negociação dos termos do contrato de trabalho, ou seja, busca compensar o “poder de mercado” do capitalista frente à abundante oferta de trabalho no mercado de trabalho (BORGES, 2006; KREIN, DIAS E COLOMBI, 2015).

Os sindicatos são, ao mesmo tempo, um produto histórico da sociedade de classes e uma contestação desta mesma como princípio organizador da sociedade e de suas tendências intrínsecas. A sua criação está condicionada, portanto, à constituição do mercado de trabalho “livre” e da sociedade de classes e da urgência por alguma forma de controle da venda da força de trabalho dentro desta sociedade que surge com a separação do produtor de seus meios de produção. Surgem, portanto, como uma forma de conter a tendência liberal de igualar a venda da força de trabalho à de qualquer outra mercadoria e a necessidade de estabelecer alguma forma de regulação deste mercado para contrariar as tendências ao despotismo patronal e redução do valor da força de trabalho. (ANDERSON, 1980; KREIN, DIAS E COLOMBI, 2015; MARX, 2013).

A venda da força de trabalho, dentro do mercado de trabalho, está estruturalmente em posição desvantajosa, dada a inelasticidade da oferta de força de trabalho, em contraposição à relativa vantagem que o lado da compra da força de trabalho tem de ajustar sua demanda, por meio de inovações tecnológicas, influenciando inclusive, via desemprego, o aumento da oferta de força de trabalho no mercado (OFFE, 1989).

Esta inelasticidade decorre do fato de que a oferta de força de trabalho é dependente de processos demográficos não planejados e pela forma que a organização social vigente impede a existência do trabalhador fora do mercado de trabalho. Ainda, a oferta de força de trabalho tende a aumentar com o declínio de seu preço, dada a impossibilidade de existência de alguns grupos (geralmente a família do trabalhador) de existir fora do mercado de trabalho. Ademais, existe uma desvantagem qualitativa para o lado da oferta de força de trabalho, que cada trabalhador é treinado para realizar funções específicas dentro do processo de trabalho, uma limitação de difícil resolução no curto prazo e que impõe restrições qualitativas para que a venda da força de trabalho ocorra. Isto contrasta com a posição do capitalista que, necessariamente, para a realização da produção passa pela fase em que o capital se torna líquido, forma esta que permite a compra de outra categoria de meios de produção que demande uma categoria qualitativamente diferente de força de trabalho (OFFE, 1989).

Lukács (2003) mostra que a organização dos trabalhadores no sindicato é um importante mecanismo de desenvolvimento da identificação e consciência de classe, um dos grandes desafios da ação sindical para aumentar seu poder

de mobilização e defesa dos interesses dos trabalhadores (Cardoso, 2015). Os sindicatos, portanto, como organização de trabalhadores, devem expressar os interesses da classe trabalhadora e são, ao mesmo tempo, um instrumento para o reconhecimento destes indivíduos como pertencentes a esta classe.

O principal instrumento utilizado pelos sindicatos para a reivindicação de seus direitos é a greve, porém podem ser utilizadas algumas táticas diferentes, como a ocupação das fábricas. Para a reivindicação de objetivos históricos da classe trabalhadora, é comum a formação ou aliança com partidos políticos para a transcendência do poder de ação mais setorizado, característico da organização sindical de fábrica tradicional, engajando-se em um projeto político na luta econômica – como melhores salários e redução da jornada de trabalho sem redução salarial - e política – um projeto de sociedade emancipatória (ANDERSON, 1980; BORGES, 2006).

A efetividade na defesa dos interesses da classe trabalhadora depende da liberdade e autonomia sindical, ao contrário do que se observa geralmente em regimes totalitários, como foi o caso, por exemplo, da ditadura militar brasileira, que exercia rigorosa vigilância e controle sobre a ação sindical (ANDERSON, 1980; BORGES, 2006).

Durante o período do capitalismo regulado do pós-guerra, a ação coletiva dos trabalhadores, pelas instituições sindicais, floresceu em um ambiente de aprofundamento da democracia e emergiu, junto ao projeto social do Estado do Bem-Estar Social, um maior grau de desmercantilização da força de trabalho com o aumento da regulação pública do trabalho, a execução de políticas econômicas visando o aumento do emprego e a melhora na distribuição de renda e a ampliação da oferta dos serviços públicos e todo o aparato estatal de seguridade social, num contexto de política conciliatória de classes dada a ameaça que o socialismo, representado pela URSS, exercia sobre os países capitalistas ocidentais (BALTAR e KREIN, 2013; KREIN, DIAS e COLOMBI, 2015; DAINEZ, 1997).

O oposto ocorreu com a transição em direção ao neoliberalismo a partir da década de 70 e a ascensão das novas formas flexíveis de organização do trabalho sob o discurso da reestruturação produtiva. A captura da subjetividade operária, o desemprego estrutural, a especificidade das funções de cada trabalhador, as novas formas de estranhamento e o discurso da qualidade total,

pulverizam as profissões, corroem a consciência de classe e constroem as possibilidades de ação coletiva e o poder de mobilização e combate dos sindicatos, que passam a assumir, no geral, uma posição defensiva e sendo relegados ao sindicalismo propositivo, negocial, em face do ambiente adverso à ação coletiva (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; BORGES, 2006; KREIN, DIAS e COLOMBI, 2015).

Na era da organização flexível do trabalho e do *lean manufacturing*, impõem-se novos obstáculos à ação coletiva trabalhadora, como as novas formas de estranhamento, a corrosão da identidade e consciência de classe, a ascensão do sindicalismo de fábrica, menos combativo que o sindicato de classe, porém, também o surgimento de sindicatos de classe mais dóceis, da linha do sindicalismo propositivo, negocial e com posições consonantes muitas vezes com as posições patronais (ANTUNES, 2002; ANDERSON, 1980; BORGES, 2006).

Faz-se necessário, portanto, um aprofundamento da discussão sobre a função do sindicato como entidade defensora dos interesses da classe trabalhadora no local de trabalho, mas também na luta por uma sociedade mais justa, com uma adequada regulação do contrato de trabalho e a luta por uma distribuição mais justa da renda nacional com um avanço da seguridade social, num contexto de aprofundamento radical da democracia. Há de se ter em pauta o problema do desemprego estrutural e as possíveis formas de compensação desta tendência, via a promoção de políticas econômicas geradoras de emprego e a discussão sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, dado o imenso avanço da produtividade do trabalho com as novas formas de organização do trabalho (ANDERSON, 1980; BALTAR e KREIN, 2013; BORGES, 2006).

## 5. Metodologia

Neste capítulo apresenta-se a classificação metodológica da pesquisa, bem como são explicitados os procedimentos metodológicos adotados nesta.

De acordo com Collins e Hussey (2005), as pesquisas podem ser classificadas de acordo com quatro dimensões: quanto a seu objetivo, quanto ao processo de pesquisa, quanto à lógica utilizada e quanto ao resultado. Os motivos que levam à realização da pesquisa, ou seja, o objetivo permite defini-la como exploratória, descritiva, analítica ou preditiva; o processo de pesquisa permite classificá-la entre quantitativa ou qualitativa; a lógica utilizada na pesquisa determina se ela é dedutiva – parte do geral para o específico – ou indutiva – parte do específico para o geral. Por fim, o resultado da pesquisa a diferencia entre contribuição teórica para aumentar o entendimento sobre determinado assunto, ou seja, pesquisa básica, também chamada de fundamental ou pura, ou resolução de um problema existente, caracterizando-a como pesquisa aplicada.

A presente pesquisa trata-se, conforme a classificação de Collins e Hussey (2005), de uma pesquisa analítica, à medida que busca estabelecer as relações causais entre os fenômenos, ou seja, busca o entendimento dos fatores determinantes do desemprego dentro da organização da produção e, além disso, quais os determinantes e demandas que fazem surgir novas formas da organização da produção. No instrumento de pesquisa, busca-se mensurar o entendimento do trabalhador frente às mudanças de seu trabalho e da organização da produção.

Na parte teórica, que busca estabelecer as relações historicamente determinadas do movimento da economia capitalista e as formas de organização da produção e de inserção do trabalhador, predomina a análise qualitativa, envolvendo reflexões e percepções sobre a esfera social e humana. Porém, o processo de pesquisa envolverá a coleta de dados via questionário aplicado a trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico, utilizando escala de concordância. Trata-se, portanto, da coleta e análise de dados numéricos, caracterizando uma pesquisa quantitativa (COLLINS e HUSSEY, 2005).

Quanto à lógica, desenvolve-se, primeiramente uma análise histórica e geral dos determinantes históricos, econômicos e sociais que afetam e envolvem

a inserção do trabalhador na sociedade e no processo produtivo e o processo de organização da produção em si. Posteriormente, aplicou-se um questionário para confirmar ou não a percepção delineada no constructo teórico. Desta forma, de acordo com Collins e Hussey (2005) utiliza-se o método dedutivo, partindo do geral para o específico, ou seja, de uma estrutura conceitual e teórica para seu teste empírico.

Por fim, quanto ao resultado, apesar da pesquisa ser iniciada com elementos da pesquisa básica, pois se busca aumentar o entendimento sobre o tema da organização da produção e suas relações com os aspectos sociais e econômicos, ela se configura como pesquisa aplicada por meio de estudo de caso. Isto se dá, pois, ao se aplicar o questionário com o objetivo de identificar as demandas da classe trabalhadora frente às novas formas de organização da produção e suscitar a discussão dessas com o sindicato visando à proposição de pautas de enfrentamento para o mesmo, a pesquisa se volta à descrição e abordagem de um problema específico, caracterizando-se, de acordo com Collins e Hussey (2005), como pesquisa aplicada.

### **5.1 Universo da Pesquisa: caracterização**

O universo de pesquisa consistiu de trabalhadores do setor metalúrgico sindicalizados, filiados a um sindicato da categoria dos metalúrgicos do ABC Paulista, ligado a uma das grandes centrais sindicais nacionais. A escolha pela instituição se explica pela abertura desta à pesquisa, a relevância do setor metalúrgico - o primeiro em que se gestam as transformações na organização do trabalho nos paradigmas taylorista/fordista e da produção enxuta - e pela representatividade do sindicato, dado o grande número de associados. A direção foi procurada e aceitou realizar a parceria para a aplicação do questionário. O universo de pesquisa é estimado em torno de 70.000,00, número aproximado de sócios do sindicato, conforme foi possível apurar em conversa informal.

No Brasil os impactos das novas formas de organização do trabalho não foram diferentes da de outros países, de forma que se pode afirmar que a amostra do presente trabalho, que consiste em funcionários do setor metalúrgico filiados a um sindicato da categoria dos metalúrgicos do ABC, é representativa.

As reestruturações produtivas, na forma das novas formas de organização do trabalho, em conjunção com as políticas neoliberais da década de 1990, aumentaram o desemprego estrutural, a terceirização e precarização do trabalho e enfraqueceram os sindicatos, colocando estes em posição defensiva e os levando a negociar as reestruturações produtivas com o patronato, deixando de lado o caráter mais combativo de ação de vários destes em períodos anteriores, a exemplo da situação ocorrida no ABC paulista, centro de grande concentração de montadoras, onde a ofensiva das novas formas de organização do trabalho colocou os sindicatos a uma participação de “concertação” e negociação para redução dos prejuízos aos trabalhadores (BORGES, 2006).

A estrutura sindical brasileira encontra-se extremamente pulverizada, com vários sindicatos, e poucas grandes centrais sindicais, cuja existência fora reconhecida apenas em 2008, o que lhes conferiu acesso ao imposto sindical e acirrou a concorrência entre estas, dado que o imposto é dividido de acordo com o número de associados dos sindicatos filiados a estas centrais. De acordo com levantamento das centrais sindicais de 2015, com base em dados de 2014, o Brasil contava com 10.813 sindicatos de trabalhadores registrados no Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2014. Esta fragmentação da base gera um problema no poder de representação destes sindicatos (CARDOSO, 2015).

Após a crise política de 2005, instaura-se um ambiente de descrença no sindicalismo, dada a origem sindical do presidente Lula, e de descrença nas instituições no geral, o que impulsiona a tendência à queda na filiação dos sindicatos. Esta queda na filiação, embora não seja indicador de uma crise sindical, afasta os trabalhadores das instituições que os representam e, dado o fato de que somente filiados participam das eleições nos sindicatos, leva a uma oligarquização da representação sindical, ainda mais num contexto em que o acordo coletivo firmado pelo sindicato não vale apenas para os sindicalizados, mas sim para toda a categoria (CARDOSO, 2015).

A vigência do imposto sindical<sup>12</sup> – contribuição sindical obrigatória, que forma um fundo que é distribuído aos sindicatos e às centrais sindicais de acordo

---

<sup>12</sup> É importante assinalar que, 10 dias antes da defesa da presente dissertação, com a aprovação da chamada “reforma trabalhista”, que entrou em vigor a partir de 11 de novembro de 2017 e é caracterizada na verdade como uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a contribuição sindical deixa de ser obrigatória (CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO, 2017; WELLE, 2017).

com seu número de associados – causa uma dupla problemática. Em primeiro lugar, porque é contraditório com o princípio de garantia da autonomia e liberdade sindical, à medida que obriga o cadastro das entidades sindicais no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) e implica que o governo possa pedir acesso ao extrato da conta corrente pela qual o sindicato recebe o imposto sindical. E segundo que, em conjunção com a regra na Constituição que determina que só pode existir um sindicato para cada categoria em cada base regional (unicidade), incentiva o desdobramento de sindicatos em categorias mais específicas (como soldadores, mecânicos entre outras) para que mais entidades possam ter acesso ao imposto sindical, dada esta regra da unicidade que também rege o CNES. Vários sindicatos contrários ao imposto sindical, o considerando uma afronta ao princípio da liberdade sindical, passaram a devolver o imposto sindical. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) orienta os sindicatos filiados a ela a devolverem o imposto sindical (CARDOSO, 2015).

A Central Única dos Trabalhadores surge em 1983 como uma proposta de oposição ao sindicalismo corporativo, em prol de um sindicalismo combativo, de repúdio à exploração do trabalho e assumindo em sua agenda a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Participou da luta pelo fim da ditadura militar e das discussões na égide da redemocratização do país. A instituição defende a liberdade sindical, onde os trabalhadores podem escolher livremente a forma de sua organização e sua filiação, de forma independente do Estado, dos partidos, do patronato e quaisquer instituições no geral, onde a consciência e vontade política dos trabalhadores determinaria a luta coletiva. (BORGES, 2006, CUT, 2017).

A CUT tem como bandeiras históricas o não pagamento da dívida externa, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o já citado fim do atrelamento das organizações sindicais ao Estado, entre outras. Algumas dessas bandeiras foram deixadas de lado algumas vezes, pelas sucessivas crises econômicas e políticas, especialmente a partir da década de 1990 com a reestruturação produtiva e a submissão do Brasil ao neoliberalismo. Durante o governo Lula, um dos fundadores da central, a CUT arrefece suas críticas a algumas das políticas ortodoxas adotadas pelo governo, entendendo que a defesa do governo estava aliada à defesa de um projeto político do qual a própria central fez parte, junto com outros movimentos sociais. Porém, apesar do

governo ter se mostrado aberto ao diálogo com os sindicatos - como na ativação de vários conselhos consultivos e deliberativos das quais participavam as centrais e também na nomeação de lideranças sindicais para cargos estratégicos do governo – o fato é que algumas das bandeiras mais fortes foram deixadas de lado em alguns momentos e retomadas em outros, mais favoráveis (BORGES, 2006; CUT, 2017; CARDOSO, 2015).

As centrais sindicais em sua maioria apoiaram a eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, apesar de progressivamente irem aumentando as críticas ao governo, tanto pela falta de abertura do governo ao diálogo, quanto pela substituição da orientação desenvolvimentista por uma política econômica claramente ortodoxa, após o início da crise política que resultaria na deposição de Dilma. A CUT, como várias outras centrais, apesar de tecer críticas à política econômica do governo, entende que a defesa do governo Dilma era a defesa do voto popular e da democracia, mantendo sua postura em defesa do governo. Os protestos de junho de 2013 surpreendem a CUT e as centrais no geral e estas tentam aumentar seu diálogo com as manifestações, buscando retomar seu protagonismo nas manifestações nacionais (KREIN, DIAS e COLOMBI, 2015).

## **5.2 Instrumento de Pesquisa**

O questionário (Apêndice 1), em sua primeira parte, é constituído de uma breve caracterização do respondente, para obter as informações quanto à idade, escolaridade, faixa de renda, tempo de trabalho e função na empresa. Segue-se a esta a parte do questionário em si, que consiste em vinte questões objetivas, separadas, cinco a cinco, em quatro enfoques de análise. O primeiro busca mensurar a forma como a relação do trabalhador com seu próprio trabalho se transformou, ou seja, o sentimento do trabalhador sobre as mudanças em sua função, nas exigências de seu trabalho e na estafa causada por este. Esta seção permite a verificação empírica do pressuposto apontado na primeira parte do trabalho, na análise teórica: que as novas formas de organização do trabalho, para aumentar a produtividade do trabalho dentro da fábrica e reduzir a necessidade de trabalhadores, se valem do tensionamento do processo

produtivo e da crescente exigência de engajamento e multifuncionalidade por parte do trabalhador.

Nas próximas cinco questões, o objetivo é a análise da postura do trabalhador frente à mecanização da linha de produção, a substituição de trabalho vivo no processo produtivo e, portanto, frente às novas formas de organização da produção. Ou seja, busca verificar se o trabalhador percebe a substituição do trabalho vivo pela maquinização da linha de produção, automação dos processos e novas formas de organização da produção que propiciam o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, a economia de trabalho vivo no processo produtivo, traço característico das novas formas da acumulação flexível, conforme observado na parte teórica da dissertação.

Na terceira seção do questionário, busca-se captar a percepção do trabalhador de si mesmo e algum sentimento de insegurança frente à empresa que trabalha quanto a estas tendências antagônicas entre as classes sociais dentro do processo produtivo. Ou seja, se ele se sente amparado pela empresa que trabalha e se sente que seu trabalho é ameaçado pela economia de trabalho vivo propiciada pelas inovações na organização da produção. Neste ponto da análise já será possível avaliar a existência de um “vácuo” de proteção propiciado pelas instituições quanto ao emprego do trabalhador. Se ele sente que seu trabalho é ameaçado, é provável que exista um ponto em que a ação sindical ou a regulação pública do trabalho possa intervir de forma a garantir uma maior estabilidade no emprego.

Por fim, as últimas cinco questões buscam avaliar o entendimento do trabalhador frente à ação sindical. Ou seja, se o sindicalizado se sente representado pelo sindicato e reconhece a importância deste quanto ao problema da estabilidade no emprego, agravado pelas novas formas de organização da produção, e os outros problemas decorrentes destas. É nesta seção que será possível problematizar se há necessidade de novas pautas de ação sindical, que possam propiciar uma maior segurança para o trabalhador em seu posto de trabalho, bem como formas de enfrentar a questão da intensificação do trabalho e no aumento das exigências deste.

Para as respostas, foi utilizada uma Escala de Concordância, composta por cinco respostas, numerada de um a cinco, com grau crescente de concordância: “discordo plenamente”, “discordo parcialmente”, “não concordo

nem discordo”, “concordo parcialmente” e “concordo plenamente”. A utilização desta escala permite medir de forma objetiva a concordância do entrevistado frente às questões colocadas.

O questionário (Apêndice 1) foi aplicado aos trabalhadores por meio das comissões de fábrica das empresas. Os questionários foram entregues ao Secretário Geral da filial de São Paulo da Central Sindical, que encaminhou às comissões de fábrica.

O questionário encaminhado contém 28 questões no total, sendo as primeiras 8 uma caracterização do respondente e as 20 últimas a pesquisa em si, contendo 20 afirmações com uma escala de concordância de 5 pontos para ser preenchida para cada afirmação, onde 1 equivale a “discordo plenamente” e 5 a “concordo plenamente”.

O questionário foi encaminhado por meio do Secretário Geral de uma grande Central Sindical, na sua sede de São Paulo, para o sindicato dos metalúrgicos da região, filiado a esta central, e então foi encaminhado para as comissões de fábrica de 5 empresas, sendo 4 grandes montadoras de veículos e a quinta uma indústria de autopeças. As comissões de fábrica, então, aplicaram o questionário para os trabalhadores. Foram obtidos, excluindo alguns questionários que foram preenchidos por trabalhadores que se declararam não sindicalizados (primeira pergunta do questionário), 232 questionários respondidos, que foram utilizados na análise.

A pesquisa foi submetida a apreciação ética na Plataforma Brasil e aprovada (Apêndice 2).

Os dados então foram processados estatisticamente e analisados, quantitativamente e qualitativamente. Buscou-se as estatísticas descritivas, bem como os cruzamentos entre os dados, mas também foi feito o confronto com a parte teórica de forma a entender as formas com que as novas organizações da produção, como tendências do capitalismo moderno, afetam a percepção do trabalhador sobre si e seu trabalho, de maneira que se possa suscitar uma discussão de novas formas de ação dos sindicatos, bem como das formas de regulação pública do trabalho, de forma a amenizar os efeitos perversos para os trabalhadores. A análise estatística foi feita utilizando o *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

### 5.3 Amostra da Pesquisa e a Estrutura de Análise dos Dados

De acordo com os dados fornecidos pela comissão de fábrica e pelo sindicato, a primeira montadora conta com 1750 trabalhadores na produção de carros e caminhões, 1100 trabalhadores no escritório, aproximadamente 300 executivos (entre supervisores, gerentes, diretores e presidente da planta) e 392 trabalhadores em *lay off*, com contrato suspenso e que não ficam na fábrica. A taxa de filiação ao sindicato em questão é em torno de 95% entre os trabalhadores da produção e 70% entre os do escritório. Desta montadora foram retornados 68 questionários.

Mais uma vez de acordo com os dados fornecidos pela comissão de fábrica, na segunda montadora, tem-se um número em torno de 4695 trabalhadores, 2289 mensalistas; 283 aprendizes e 421 executivos (que não estão na produção), num total de 7688. Dos 4695 trabalhadores, 90% estão associados ao sindicato. Desta montadora retornaram 57 questionários.

Na terceira montadora, de acordo com os dados da comissão de fábrica, trabalham aproximadamente 5000 trabalhadores na produção e a taxa de sindicalização é em torno de 85%. Foram obtidos 49 questionários desta montadora.

Na quarta montadora, mais uma vez conforme informado pela comissão de fábrica, tem-se em torno de 2200 trabalhadores na produção, sendo 70% associados ao sindicato. Desta montadora, foram recebidos 26 questionários.

Por fim, na empresa de autopeças, de acordo com os dados da comissão de fábrica, trabalham em torno de 600 trabalhadores na produção, com uma taxa de sindicalização de, aproximadamente, 85%. Desta empresa foram obtidos 32 questionários.

Os questionários obtidos foram, então, tabulados e analisados por meio do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Foram realizadas a análise de frequência, as estatísticas descritivas e, por fim, a correlação entre 7 perguntas dentro da escala de concordância com 3 variáveis da caracterização do respondente, numa tabela de correlação, onde é possível observar todas as possíveis correlações entre as variáveis escolhidas, a fim de buscar alguma relação entre o perfil do respondente e suas percepções acerca dos processos flexíveis de produção e da crescente automação. Os resultados

serão apresentados na ordem do formulário, separados por pergunta, e no fim segue-se a análise dos resultados obtidos nas correlações.

#### 5.4 Matriz de Amarração: panorama da pesquisa

A forma como o problema e os objetivos da pesquisa são contemplados está explicitada na matriz de amarração - Quadro 2.

**Quadro 2:** Matriz de Amarração.

Problema de Pesquisa:	Quais os impactos das inovações na organização do trabalho para o trabalhador e quais são as novas demandas criadas por este processo para a ação sindical?	2- Com o decorrer dos anos, aumentaram as exigências no dia a dia da minha função. 4- Com o passar dos anos, sinto que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes de meu salário. 7- Com o passar dos anos, tenho notado que mais funções, antes feitas por trabalhadores humanos, estão sendo realizadas por máquinas. 8- Com o passar dos anos, presenciei a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos mais eficientes. 16- Sinto a necessidade da ação sindical sobre o processo de automação dos processos de trabalho e a redução dos funcionários.
Objetivo Geral:	Discutir as formas com que o desenvolvimento das inovações organizacionais, entendidas como formas de aumentar a produtividade do trabalho e de "enxugamento" do pessoal efetivo, impactam a classe trabalhadora e afetam as possibilidades da ação sindical.	4- Com o passar dos anos, sinto que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes de meu salário. 7- Com o passar dos anos, tenho notado que mais funções, antes feitas por trabalhadores humanos, estão sendo realizadas por máquinas. 8- Com o passar dos anos, presenciei a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos mais eficientes. 20- Sinto a necessidade do sindicato de se atentar à questão da automação da produção para proteger os empregos dos trabalhadores.
Objetivos Específicos	Estabelecer um diagnóstico, via análise histórica, da relação de causalidade entre as inovações organizacionais do paradigma da acumulação flexível e o desemprego	Capítulos 3 e 4
	Realizar um levantamento demográfico da amostra composta por trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico.	Caracterização do Respondente
	Investigar, por meio dos trabalhadores sindicalizados do setor metalúrgico, os impactos do processo de inovação e diagnosticar se há uma demanda por formas diferentes de ação sindical frente ao problema.	2- Com o decorrer dos anos, aumentaram as exigências no dia a dia da minha função. 4- Com o passar dos anos, sinto que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes de meu salário. 7- Com o passar dos anos, tenho notado que mais funções, antes feitas por trabalhadores humanos, estão sendo realizadas por máquinas. 8- Com o passar dos anos, presenciei a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos mais eficientes. 16- Sinto a necessidade da ação sindical sobre o processo de automação dos processos de trabalho e a redução dos funcionários. 16- Sinto a necessidade da ação sindical sobre o processo de automação dos processos de trabalho e a redução dos funcionários. 17- Considero importante que o sindicato atue de forma a buscar minimizar as consequências da automação dos processos produtivos e da redução dos funcionários para o trabalhador. 18- Gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o acúmulo de funções para cada trabalhador. 19- Gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o aumento de exigências sobre as funções dos trabalhadores. 20- Sinto a necessidade do sindicato de se atentar à questão da automação da produção para proteger os empregos dos trabalhadores.
	Propor ao sindicato, por intermédio do qual foi aplicada a pesquisa, pautas para enfrentamento do problema.	Resultado da Pesquisa

Com a análise teórica e a aplicação do questionário, vinculada ao problema de pesquisa e os objetivos da pesquisa, busca-se conseguir diagnosticar as carências e demandas dos trabalhadores frente ao sindicato e contribuir para as pautas da ação sindical, buscando romper a algumas vezes reclusa atitude da academia frente aos problemas sociais práticos e contribuir para a luta por uma sociedade mais igualitária e com mecanismos adequados de representação para as diferentes classes sociais.

## **6. Apresentação e Análise dos Dados**

Neste capítulo apresentam-se os dados obtidos com a pesquisa bem como a análise dos mesmos. O capítulo está dividido em caracterização dos respondentes e a análise da postura do trabalhador frente às inovações organizacionais. A análise dos dados mostrou que a amostra é composta, em sua maioria, por trabalhadores sindicalizados entre os 31 a 50 anos, do gênero masculino, que possuem pelo menos o Ensino Médio Completo, cuja renda salarial se situa acima dos R\$ 4000,00 e exerce cargos não administrativos. Os trabalhadores pesquisados, em sua maioria, percebem o aumento das exigências e funções no trabalho, percebem a substituição de trabalho vivo dentro da produção, sentem-se inseguros frente à estabilidade no emprego e quanto à preocupação da empresa em que trabalham frente a esta questão e reconhecem a importância da ação sindical frente a estes problemas.

### **6.1 Caracterização do Respondente**

A primeira pergunta é se o respondente é filiado ao sindicato pelo qual a pesquisa foi encaminhada. Esta pergunta serviu como critério para exclusão de alguns questionários respondidos por trabalhadores não associados, para garantir o escopo da pesquisa. Sendo assim, dentre os questionários utilizados, 100% dos respondentes se declararam filiados ao sindicato em questão.

Pelo fato da amostra ser composta apenas por trabalhadores sindicalizados, isto pode implicar num viés da amostra. Os trabalhadores sindicalizados são hipoteticamente mais protegidos que os não sindicalizados e o grau de conscientização deles pode sofrer influência de uma maior ou menor eficiência do sindicato no seu papel de conscientização dos associados.

Em seguida os respondentes foram caracterizados de acordo com faixas de idade (Gráfico 1). Um indivíduo não respondeu a esta categoria. Dentre os que responderam, 42,9% (99 respondentes) situam-se dentro da faixa dos 41 a 50 anos, 35,9% (83 respondentes) entre 31 a 40 anos e 18,2% (42 respondentes) entre 21 e 30 anos. A mediana encontrada foi 4,00, valor correspondente à

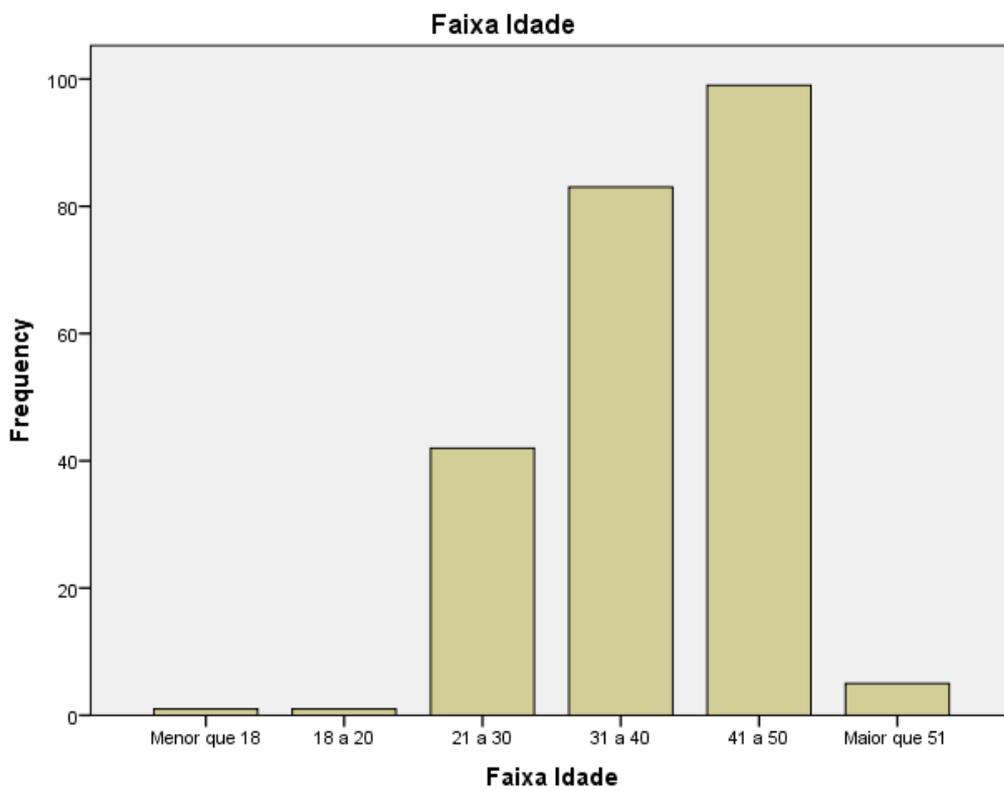
quarta faixa de idade do questionário, 31 a 40 anos. Esta é a faixa que separa a metade menor e maior da amostra, de acordo com a faixa etária, portanto.

A faixa de idade da amostra é, portanto, adequada, pois é composta de trabalhadores que, possivelmente, vivenciaram pelo menos parcialmente a transição do paradigma taylorista/fordista para o da acumulação flexível, ainda mais considerando-se os atrasos entre a consolidação do toyotismo no Japão e seu espraiamento para o ocidente e resto do mundo, a exemplo do citado experimento “toyotista” da General Motors entre 1980 e 1990, ainda não bem-sucedido (GOUNET, 1999). A transição para o paradigma da acumulação flexível, no Brasil, se dá após os processos de abertura comercial e reestruturação produtiva que ocorrem a partir da década de 1990, com a aplicação das políticas neoliberais nos países periféricos. Estes processos eram defendidos como forma de promover um choque concorrencial nos mercados internos, que supostamente ajudaria a conter a inflação, aumentar a competitividade da indústria nacional e modernizar os métodos produtivos (BORGES, 2006; CARNEIRO, 2002).

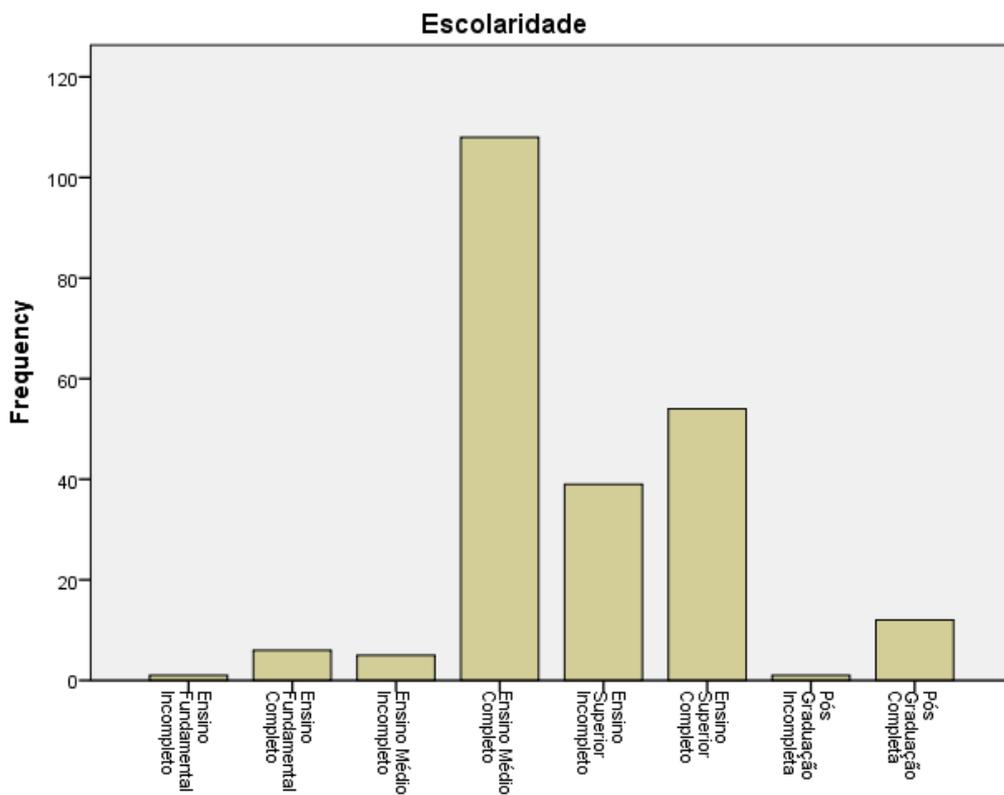
A faixa de idade de maior frequência na amostra, dos 41 a 50 anos, corresponde a indivíduos que, no ano de 1995, se situavam dentro da faixa dos 19 aos 28 anos. É possível afirmar, portanto, que eles já se encontravam em idade ativa para o trabalho na década de 1990 e, provavelmente, estão em melhor posição para formar sua opinião sobre os novos métodos de produção da acumulação flexível.

A pergunta 3 (Gráfico 2) é sobre o grau de escolaridade do respondente. 6 respondentes não responderam esta pergunta. Entre os formulários com esta questão respondida, 47,8% (108 respondentes) possuem Ensino Médio Completo, 23,9% (54 respondentes) Ensino Superior Completo e 17,3% (39 respondentes) Ensino Superior Incompleto.

**Gráfico 1: Tabela de Frequência da Pergunta 2**



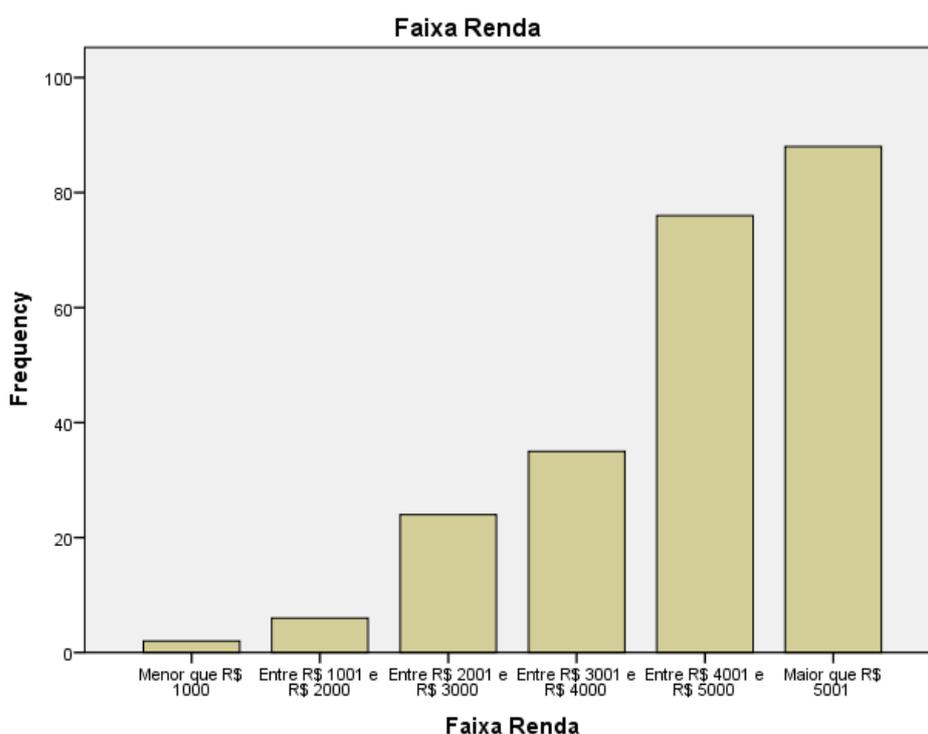
**Gráfico 2: Tabela de Frequência da Pergunta 3**



A amostra é composta, portanto, de trabalhadores qualificados, o que é representativo do paradigma da acumulação flexível, dado que se tratam de grandes montadoras. Sob a ideologia da qualidade total, é cobrada uma maior qualificação da força de trabalho nas empresas centrais ao processo produtivo, enquanto busca-se formas de contratação precárias nas empresas periféricas (“empresas satélite”) do processo produtivo (ANTUNES, 2002). São trabalhadores, portanto, que foram menos precarizados pelas mudanças no processo produtivo e organizacional, conclusão que é reforçada pelos resultados da quarta pergunta, que mostram que a amostra é composta por trabalhadores que, em sua maioria, recebem mais de R\$ 4000,00.

A próxima etapa da caracterização do respondente divide a amostra em faixas de renda (Gráfico 3). Um indivíduo não respondeu. Dentre os que responderam, 38,1% (88 respondentes) recebem um salário maior que R\$ 5001,00 e 32,9% (76 respondentes) recebem entre R\$ 4001,00 e R\$ 5000,00 de salário. A média desta pergunta foi de 4,91, sendo que 5 corresponde à faixa de renda entre R\$ 4001,00 e R\$ 5000,00. A mediana foi de 5, portanto metade dos respondentes estão dentro da faixa de renda dos R\$ 4001,00 e R\$ 5000,00 e da faixa de renda acima dos R\$ 5001,00.

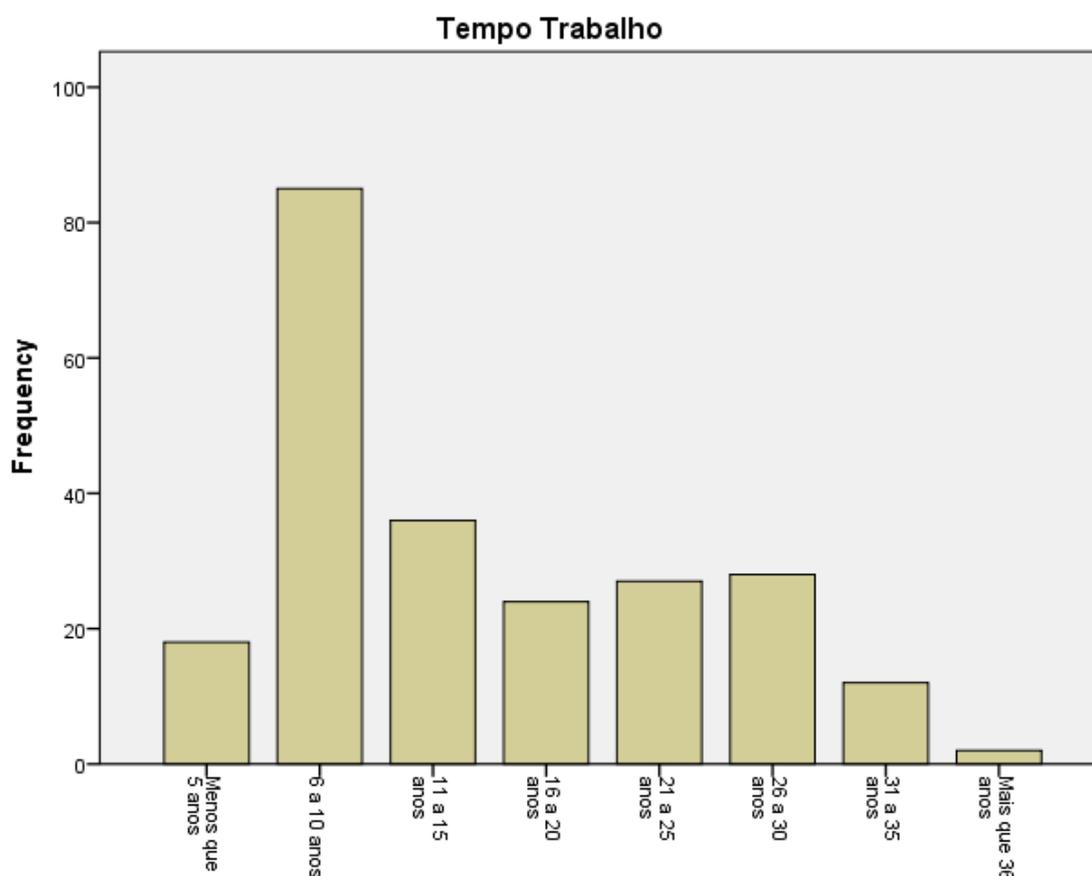
**Gráfico 3: Tabela de Frequência da Pergunta 4**



Na amostra, 92,7% (215 respondentes) dos entrevistados são do gênero masculino, sendo apenas 17 respondentes do gênero feminino.

A sexta questão (Gráfico 4) classifica os respondentes de acordo com o tempo de trabalho. 36,6% (85 respondentes) dos entrevistados declararam estar na faixa dos 6 a 10 anos de trabalho, 15,5% (36 respondentes) dos 11 a 15 anos, 12,1% (28 respondentes) dos 26 a 30 anos e 11,6% (27 respondentes) dos 21 a 25 anos de trabalho. A média da questão foi de 3,43, número que se situa entre as faixas 3 e 4, ou seja, entre as faixas dos 11 a 15 anos e dos 16 a 20 anos. A mediana foi de 3,00, ou seja, a faixa que divide a amostra ao meio, entre os menores e maiores tempo de trabalho, é a dos 11 a 15 anos.

**Gráfico 4: Tabela de Frequência da Pergunta 6**

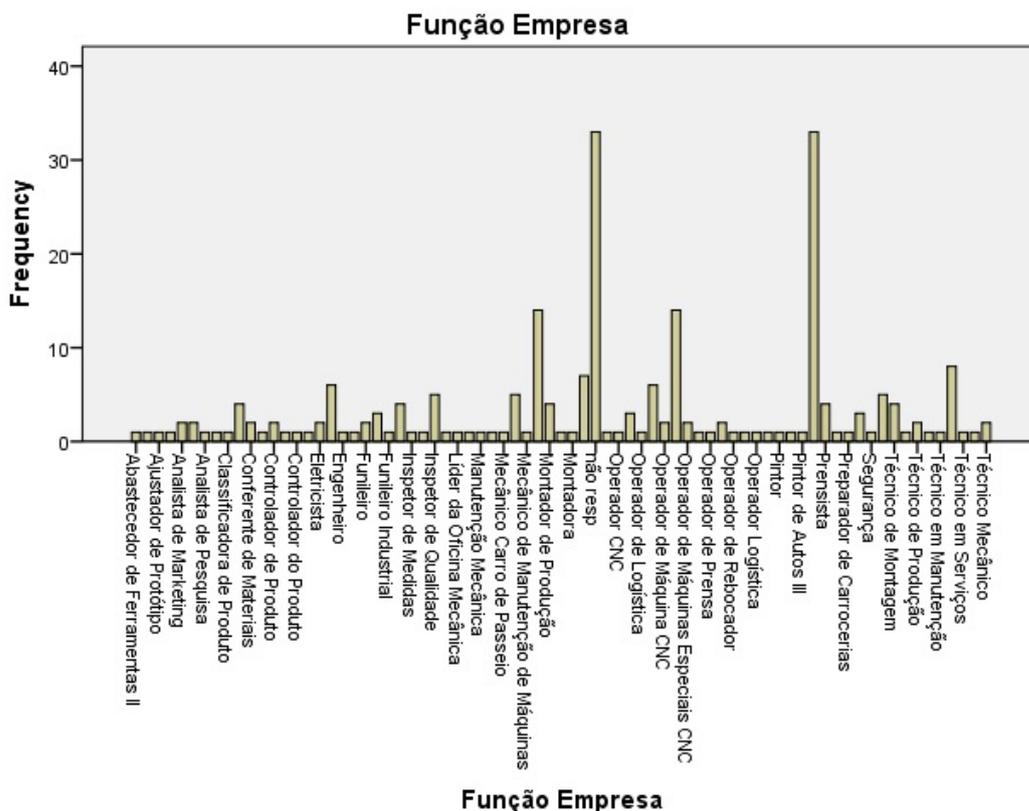


Os trabalhadores da amostra têm, no geral, uma baixa rotatividade no emprego, o que é, à primeira vista, contrário à tendência do neoliberalismo e da acumulação flexível de flexibilização e precarização do contrato de trabalho, que tem como uma das consequências a elevação da rotatividade no emprego, dada

a maior facilidade na contratação e demissão da força de trabalho (BALTAR e KREIN, 2013). Há de se lembrar, porém, que, como já apontado acima, a amostra é composta de trabalhadores de grandes montadoras, centrais ao processo de produção e com empregos menos precarizados, o que é uma tendência na acumulação flexível: a divisão entre trabalho qualificado nas empresas centrais e formas de trabalho precarizadas nas empresas periféricas (ANTUNES, 2002).

A penúltima parte da caracterização da amostra consiste num espaço em branco, para o respondente preencher à mão sua função na empresa (Gráfico 5). Como não consiste em questão optativa e optou-se por reproduzir conforme escrito pelo respondente, sem agrupamentos, esta questão retornou uma grande dispersão.

**Gráfico 5: Tabela de Frequência da Pergunta 7**



É importante ressaltar, conforme apontado na parte teórica, que as formas de produção da acumulação flexível geram uma grande dispersão entre funções do trabalhador, pois buscam a multifuncionalidade e flexibilidade funcional, ou

seja, a adaptação do trabalhador às funções da empresa e não a uma profissão específica (mecânico, funileiro etc.) (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013). Porém, é relevante assinalar que, como optou-se por não agrupar funções similares e reproduzir estritamente como escrito pelo respondente no questionário, a dispersão é maior do que a realidade provavelmente reflete. 33 entrevistados não responderam esta questão. O que se pode destacar desta pergunta é que a maioria dos cargos entre os entrevistados são da produção, e não cargos administrativos, o que está em concordância com a próxima pergunta.

A última etapa da análise demográfica divide os respondentes entre os que exercem cargos administrativos e não administrativos. 9 entrevistados não responderam esta questão. Dos respondentes, 94,6% (211 respondentes) responderam não exercer cargos administrativos e apenas 12 declararam exercer cargo administrativo.

A partir da análise desta primeira parte do questionário, de caracterização do respondente, já é possível traçar um “perfil médio” da amostra da pesquisa. A maioria se situa entre os 31 a 50 anos, possui pelo menos o Ensino Médio Completo, a renda salarial se situa acima dos R\$ 4000,00, é do gênero masculino e exerce cargos não administrativos.

Desta forma, a análise da postura do trabalhador frente às inovações organizacionais deve considerar que a amostra é representativa, porém não atinge os setores mais precarizados das formas de produção contemporâneas do capitalismo. Isto, é necessário dizer, não significa que os trabalhadores da amostra não sofram os impactos das inovações na organização da produção, pelo contrário, dada a idade dos trabalhadores, baixa rotatividade e emprego em grandes montadoras, as respostas destes consistem em importante campo de pesquisa para o entendimento dos impactos das novas formas de organização do trabalho para a classe trabalhadora.

## **6.2. Postura do Trabalhador frente às Inovações Organizacionais**

Nos capítulos 3 e 4 são analisadas as tendências de movimento do capitalismo e da organização do trabalho. A lógica das sucessivas reestruturações da organização da produção é o aumento ou recomposição da taxa de lucro e um aumento da exploração da força de trabalho, o que vem acompanhado da redução da proporção do capital investido que é dispendido na contratação de força de trabalho (ANTUNES, 2002; MARX, 2013). As sucessivas inovações na organização da produção são contraditórias entre as classes dos trabalhadores e proprietários de bens de capital, portanto, reafirmando a dominação do capital sobre o processo produtivo. A segunda parte do questionário visa diagnosticar a percepção do trabalhador frente às inovações organizacionais, se ele percebe estas tendências e se considera a ação coletiva da classe trabalhadora frente a este problema necessária.

Os próximos 20 tópicos do questionário contêm afirmações para serem analisadas pelo respondente, que expressa sua concordância ou não com estas via uma escala de concordância de 5 pontos. Esta parte tem como objetivo mensurar a percepção dos trabalhadores frente ao processo de inovação, o seu emprego e a ação sindical. Buscando, portanto, verificar se o trabalhador percebe as novas formas de organização do trabalho como formas de substituição do trabalho vivo dentro da fábrica e reconhece a importância do sindicato dentro deste contexto.

A análise, assim como o próprio questionário, é dividida em 4 seções de 5 perguntas, cada uma buscando entender uma dimensão da relação do trabalhador com as novas formas de organização do trabalho.

### **6.2.1. O Trabalhador e o Aumento das Funções e Exigências**

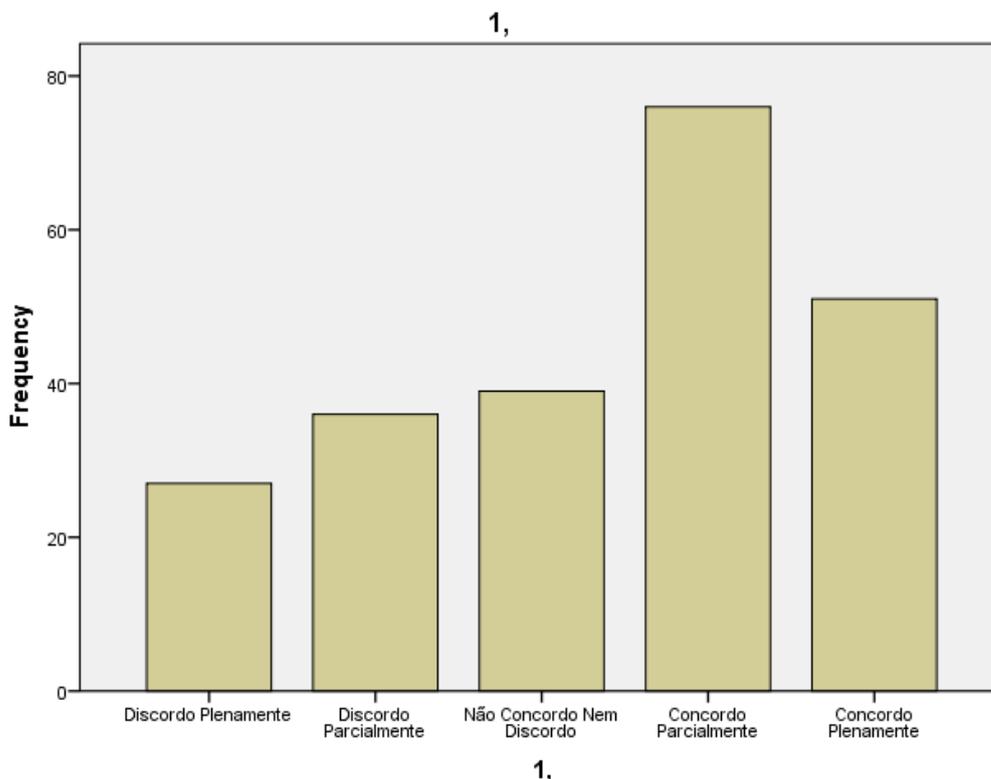
A análise teórica mostra que as novas formas de organização do trabalho se valem de um progressivo “enxugamento” e tensionamento do processo produtivo, aumentando a exigência pela multifuncionalidade e flexibilidade funcional do operariado, implicando em um grande acúmulo de funções e

aumento da exploração do trabalho (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; CORIAT, 1994).

Desta forma, a primeira dimensão da análise envolve a avaliação das percepções do trabalhador sobre o aumento das funções e das exigências no trabalho ao longo do tempo.

O primeiro ponto da análise busca entender, portanto, se o trabalhador percebe um aumento na dificuldade do seu trabalho, ao longo do tempo. A primeira afirmação (Gráfico 6) é “com o decorrer dos anos, sinto que o meu trabalho ficou mais difícil”. Três não responderam esta questão. Dentre os que responderam, 33,2% (76 respondentes) concordaram parcialmente e 22,3% (51 respondentes) concordaram plenamente. A média foi de 3,38 – ou seja, entre o ponto neutro de concordância (não concordo nem discordo) e “concordo parcialmente” – e a mediana 4, o que indica que metade da amostra concorda no mínimo parcialmente com a afirmação. Há um grau considerável de concordância com a afirmação, portanto.

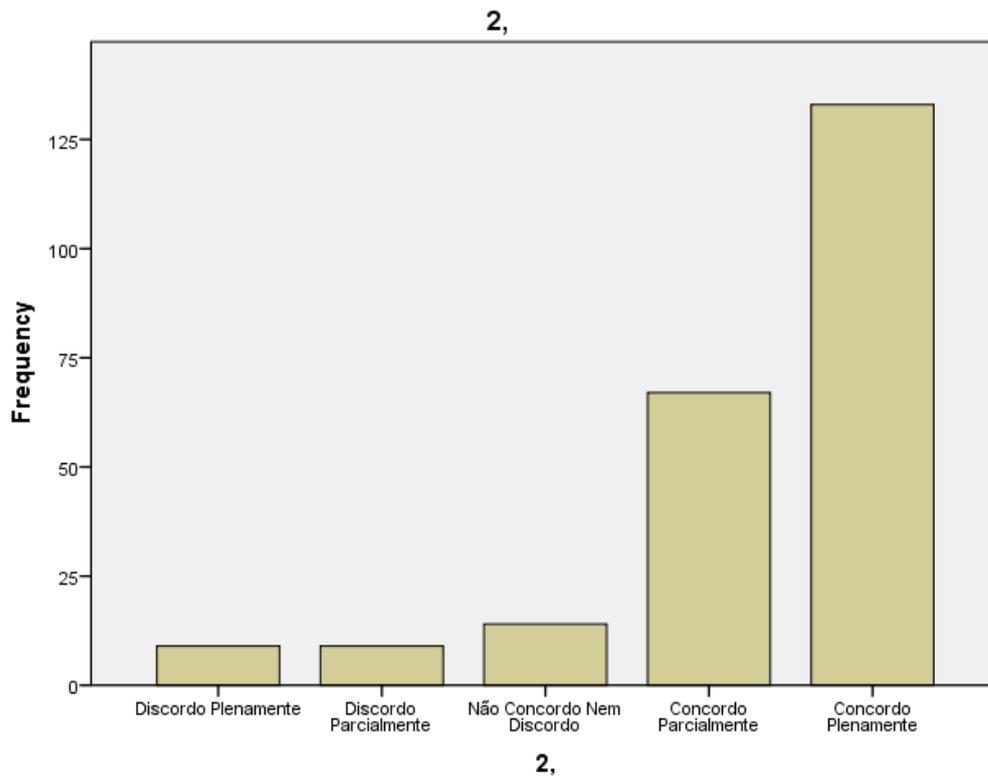
**Gráfico 6: Tabela de Frequência da Afirmação 1**



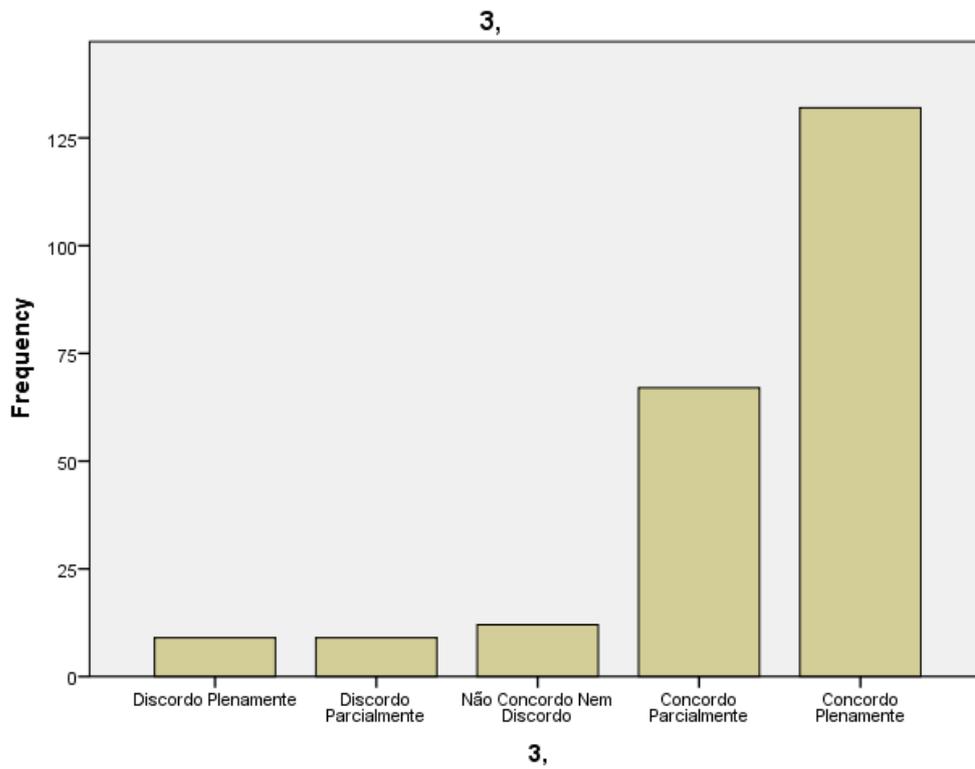
Segue-se, então, a indagação sobre o aumento das exigências dentro do trabalho: “com o decorrer dos anos, aumentaram as exigências no dia a dia da minha função” (Gráfico 7). 57,3% (133 respondentes) concordaram plenamente e 28,9% (67 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi 4,32 e a mediana 5. Estes dados indicam, portanto, um elevado grau de concordância com a afirmação no que diz respeito ao aumento das exigências no trabalho, o que está em concordância com a parte teórica do presente trabalho, no que diz respeito ao aumento da exploração do trabalho e a exigência de multifuncionalidade do trabalhador.

Constatado o fato de que os trabalhadores percebem um aumento na dificuldade e nas exigências do trabalho, ao longo do tempo, segue-se a afirmação 3, que busca compreender se os trabalhadores percebem um aumento no número de funções dentro de seu trabalho: “com o decorrer dos anos, precisei realizar mais funções dentro do trabalho que faço” (Gráfico 8). Três não responderam à questão. Dentre os que responderam, 57,6% (132 respondentes) concordaram plenamente com a afirmação e 29,3% (67 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,33 e a mediana 5, o que indica um grau elevado de concordância com a afirmação e, mais uma vez, confirma o apresentado na parte teórica, sobre a crescente exigência de multifuncionalidade do trabalhador com a ascensão da acumulação flexível.

**Gráfico 7: Tabela de Frequência da Afirmação 2**

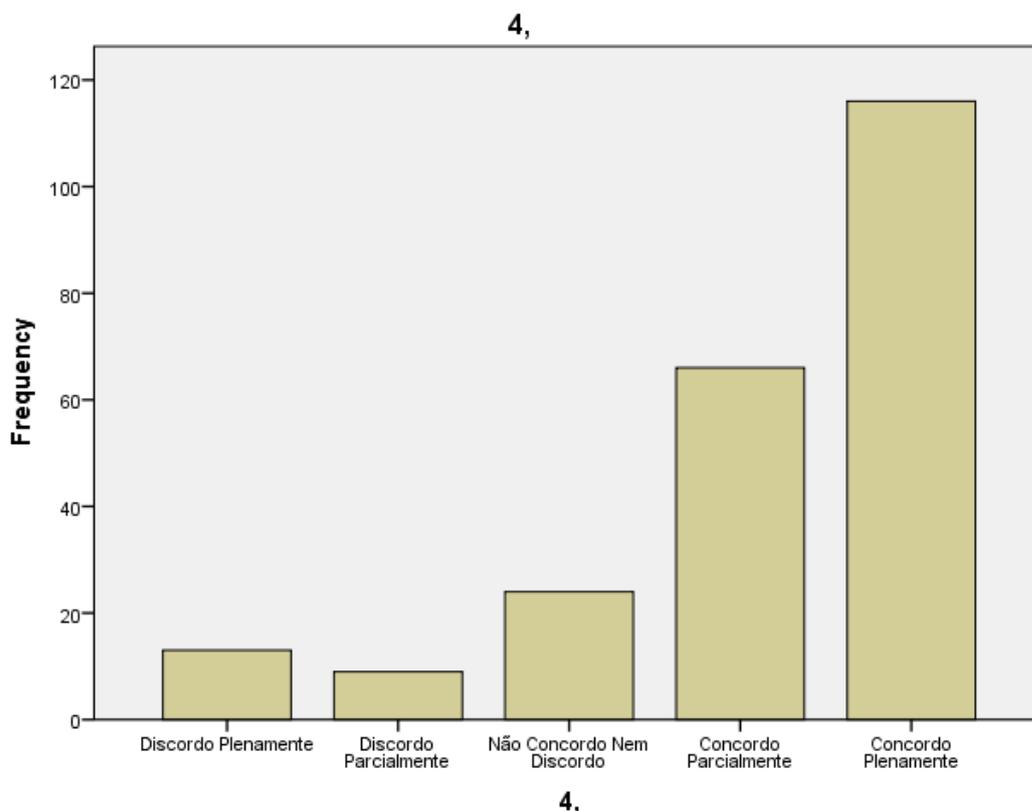


**Gráfico 8: Tabela de Frequência da Afirmação 3**



O aumento da exploração do trabalho consiste no tensionamento do processo produtivo, no aumento da produtividade do trabalho além dos aumentos salariais. Ou seja, ocorre um aumento da extração do valor gerado pelo trabalho sem repasse aos trabalhadores, aumentando a taxa de lucro. Analisa-se então, se os trabalhadores percebem um aumento das exigências no trabalho maior do que os reajustes salariais: “com o passar dos anos, sinto que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes de meu salário” (Gráfico 9). Quatro respondentes não responderam à questão. Dentre os que responderam, 50,9% (116 respondentes) concordaram plenamente e 28,9% (66 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,15 e a mediana foi de 5. O elevado grau de concordância com esta afirmação demonstra que os respondentes percebem um aumento da exploração do trabalho, de um tensionamento do processo produtivo, como já discutido na parte teórica.

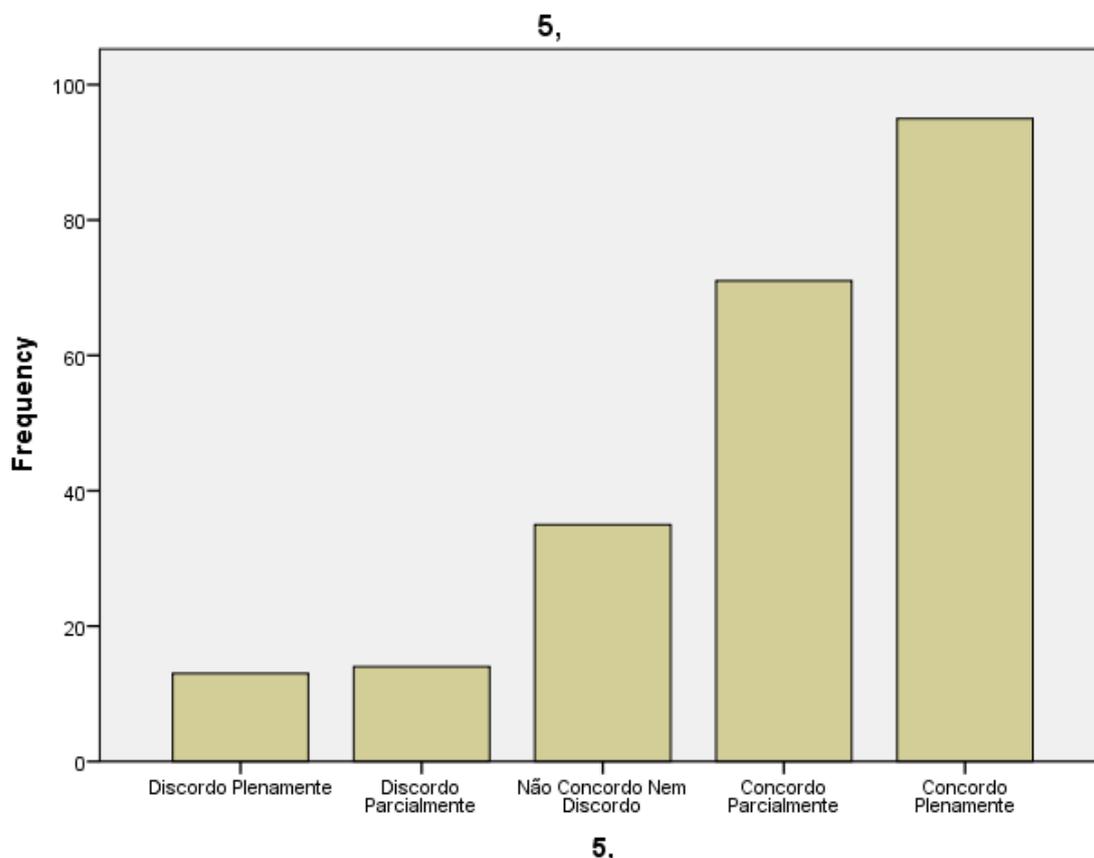
**Gráfico 9: Tabela de Frequência da Afirmação 4**



Na última parte da primeira seção da análise, busca-se entender se o trabalhador considera seu trabalho hoje em dia mais cansativo: “com o decorrer

dos anos, meu trabalho tem se tornando mais cansativo” (Gráfico 10). Quatro não responderam à questão. Considerando apenas os que responderam, 41,7% (95 respondentes) concordaram plenamente, 31,1% (71 respondentes) concordaram parcialmente e 15,4% (35 respondentes) não concordaram nem discordaram. A média foi de 3,97 e a mediana 4, ambas dentro da faixa “concordo parcialmente”.

**Gráfico 10: Tabela de Frequência da Afirmação 5**



A primeira seção do questionário mostra que o trabalhador percebe que, ao longo do tempo, seu trabalho ficou mais difícil, que aumentaram as exigências de sua função, que há mais funções a serem realizadas, que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes salariais e que o trabalho em si tem se tornando mais cansativo. Esta parte está em concordância com a análise teórica de que a acumulação flexível se vale de um progressivo “enxugamento” e tensionamento do processo produtivo, via exigência de crescente

multifuncionalidade e flexibilidade funcional dos trabalhadores, que implica em um grande acúmulo de funções – com o trabalhador inclusive muitas vezes operando várias máquinas ao mesmo tempo – e aumento da exploração do trabalho (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; CORIAT, 1994).

### **6.2.2. O Trabalhador e a Automação na Produção**

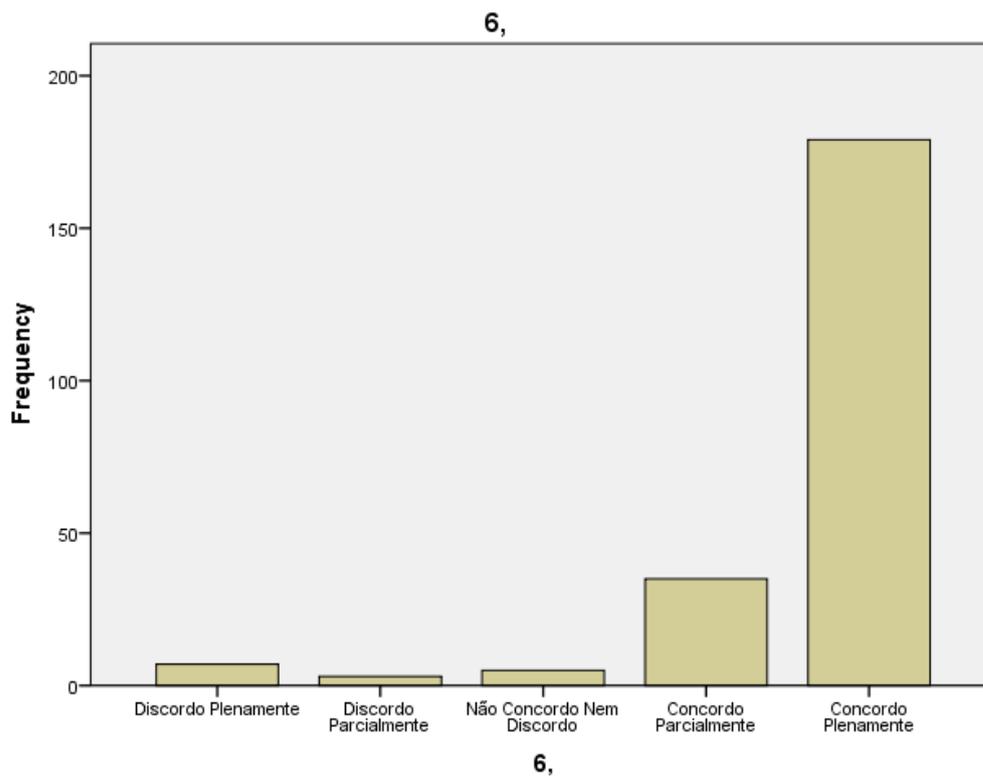
As formas contemporâneas de organização do trabalho, do paradigma da acumulação flexível, se valem de uma fábrica de alto padrão tecnológico, da introdução de computadores na produção e a automação de várias etapas da produção. A lógica por trás destes processos é o enxugamento de pessoal do processo produtivo (ANTUNES, 2002; CORIAT, 1994).

Desta forma, o segundo enfoque da análise busca entender se o trabalhador percebe a crescente mecanização e substituição do trabalho vivo na produção.

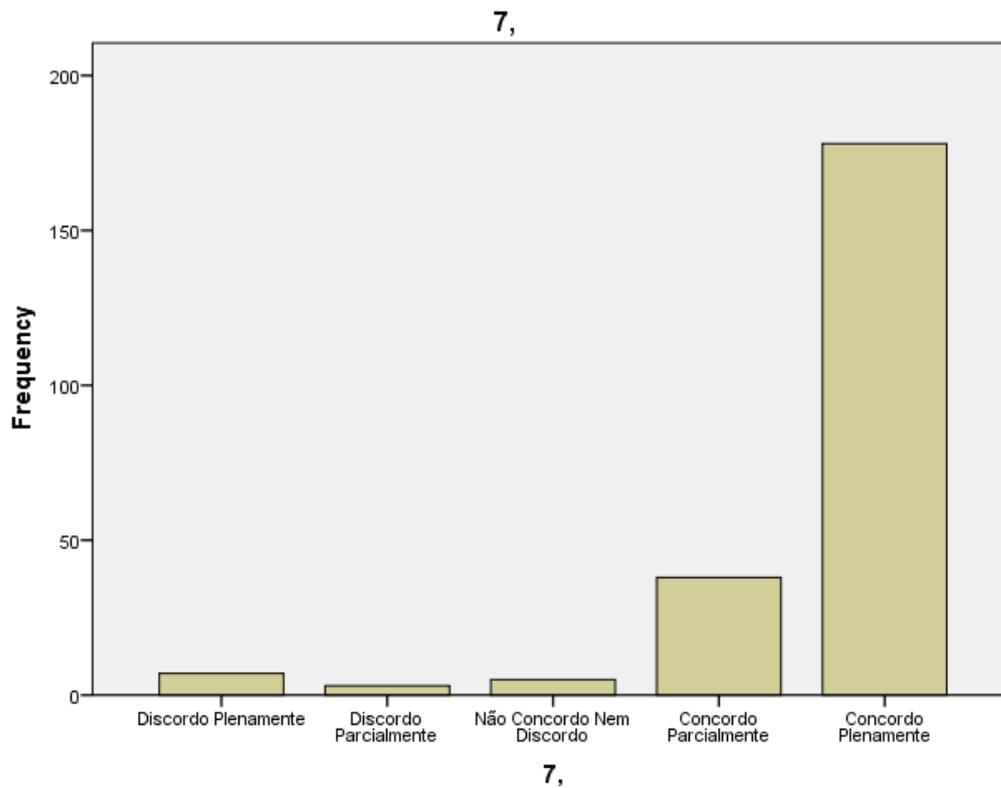
A análise se inicia com a indagação acerca dos processos automatizados: “com o passar dos anos, tenho notado o aumento de processos automatizados na produção” (Gráfico 11). Três não responderam à questão. Dentre os que responderam 78,2% (179 respondentes) concordaram plenamente e 15,3% (35 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,64 e a mediana 5, indicando um alto grau de concordância com a afirmação.

Uma vez constatada, na amostra, uma elevada percepção do aumento dos processos automatizados, segue-se a análise do aumento de funções, antes feitas por humanos, agora realizadas por máquinas: “com o passar dos anos, tenho notado que mais funções, antes feitas por trabalhadores humanos, estão sendo realizadas por máquinas” (Gráfico 12). Um indivíduo não respondeu à questão. Dentre os que responderam, 77,1% (178 respondentes) concordaram plenamente e 16,5% (38 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,63 e a mediana foi de 5. A alta concordância com a afirmação mostra que os trabalhadores da amostra percebem o processo de automação como poupador de trabalho vivo dentro da produção, um dos pilares, como apontado na discussão teórica, tanto do desenvolvimento capitalista como dos métodos de organização do trabalho do paradigma da acumulação flexível.

**Gráfico 11: Tabela de Concordância da Afirmação 6**

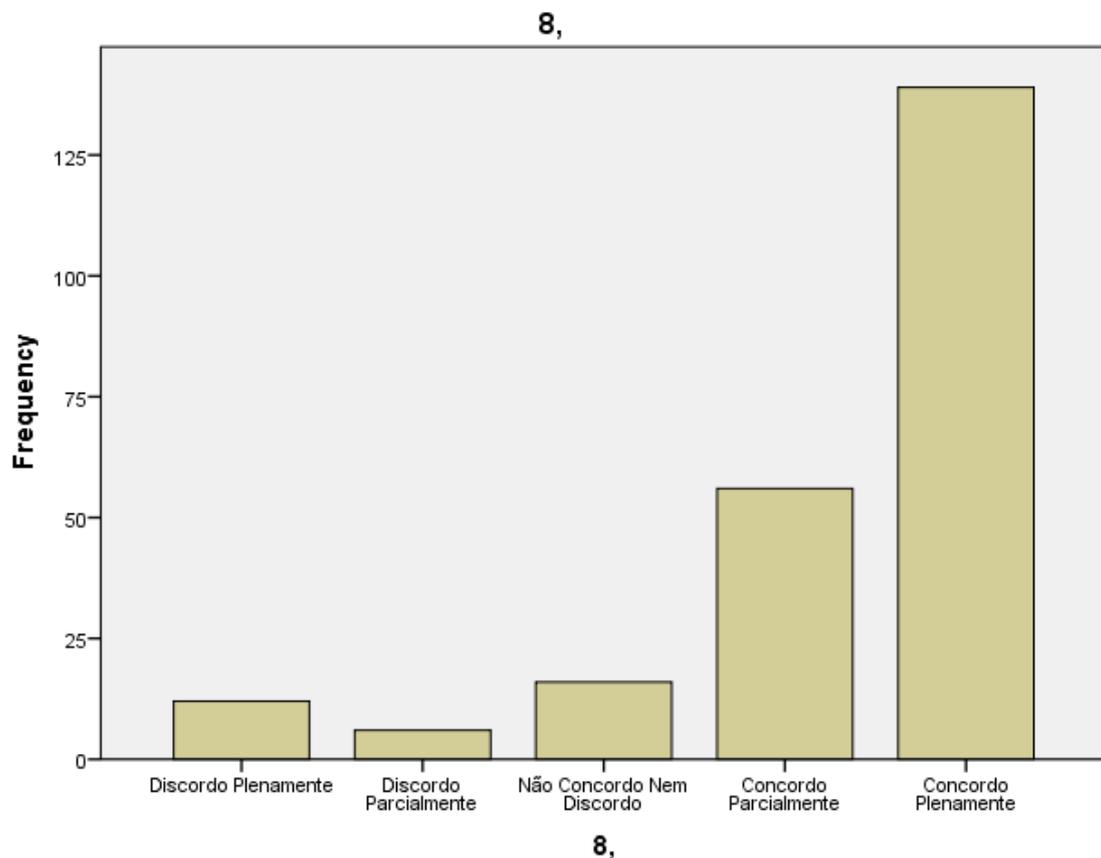


**Gráfico 12: Tabela de Frequência da Afirmação 7**



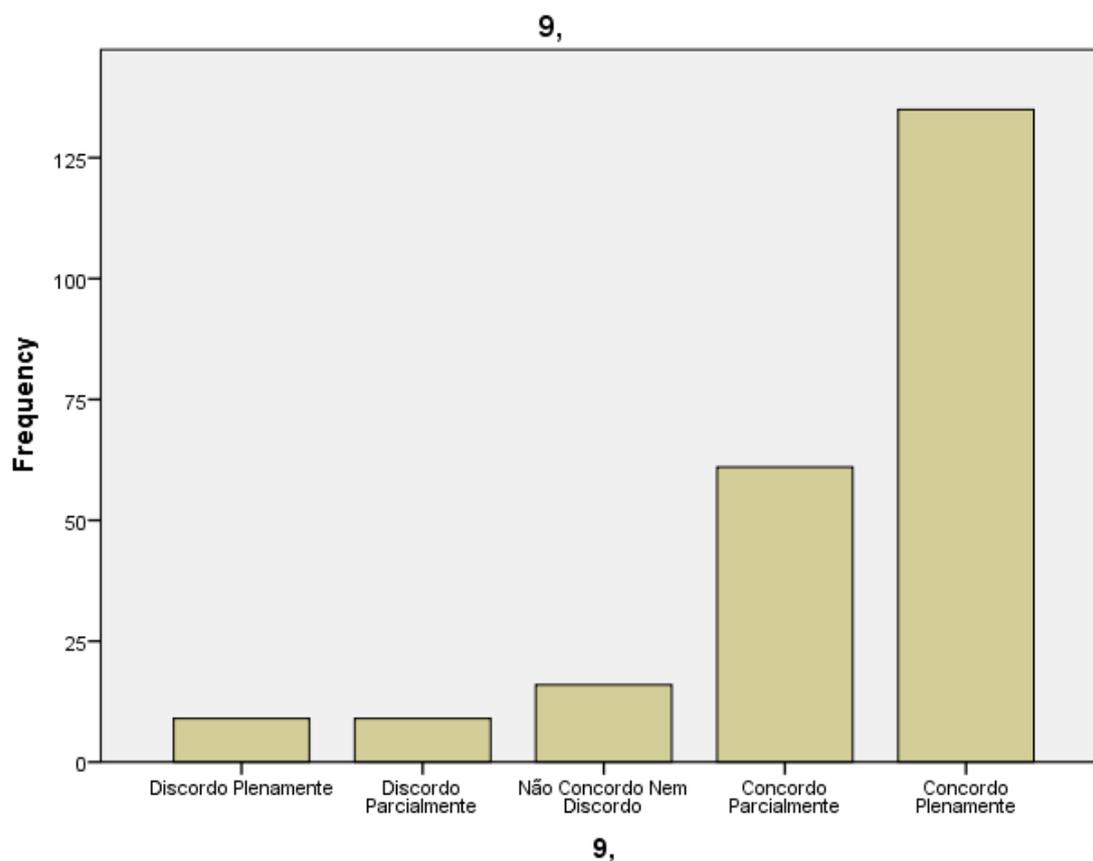
A implicação mais importante da progressiva substituição do trabalho vivo na produção é o aumento do desemprego não conjuntural, ou seja, do desemprego estrutural. Ocorre, portanto, um aumento da resistência da taxa de desemprego a reduzir com o crescimento econômico. Segue-se, então, a análise do desemprego como marcador da substituição do trabalho vivo na produção: “com o passar dos anos, presenciei a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos automatizados” (Gráfico 13). Três não responderam a esta pergunta. Dentre os que responderam, 60,7% (139 respondentes) concordaram plenamente e 24,5% (56 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,33 e a mediana 5. A alta concordância com esta afirmação demonstra, além da percepção do trabalhador sobre os impactos das inovações sobre o seu trabalho, uma face real da substituição do homem pela máquina dentro da produção, em concordância com o apontado na parte teórica.

**Gráfico 13: Tabela de Frequência da Afirmação 8**



Segue-se a análise do sentimento do trabalhador frente ao espaço dos humanos dentro do processo produtivo: “com o passar dos anos, sinto que há menos espaço para humanos no processo produtivo” (Gráfico 14). Dois não responderam. Dentre os que responderam, 58,7% (135 respondentes) concordaram plenamente e 26,5% (61 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,32 e a mediana 5, o que indica um elevado grau de concordância com a afirmação. É possível afirmar, portanto, que os trabalhadores que compõem a amostra percebem a tendência poupadora de força de trabalho da organização do trabalho.

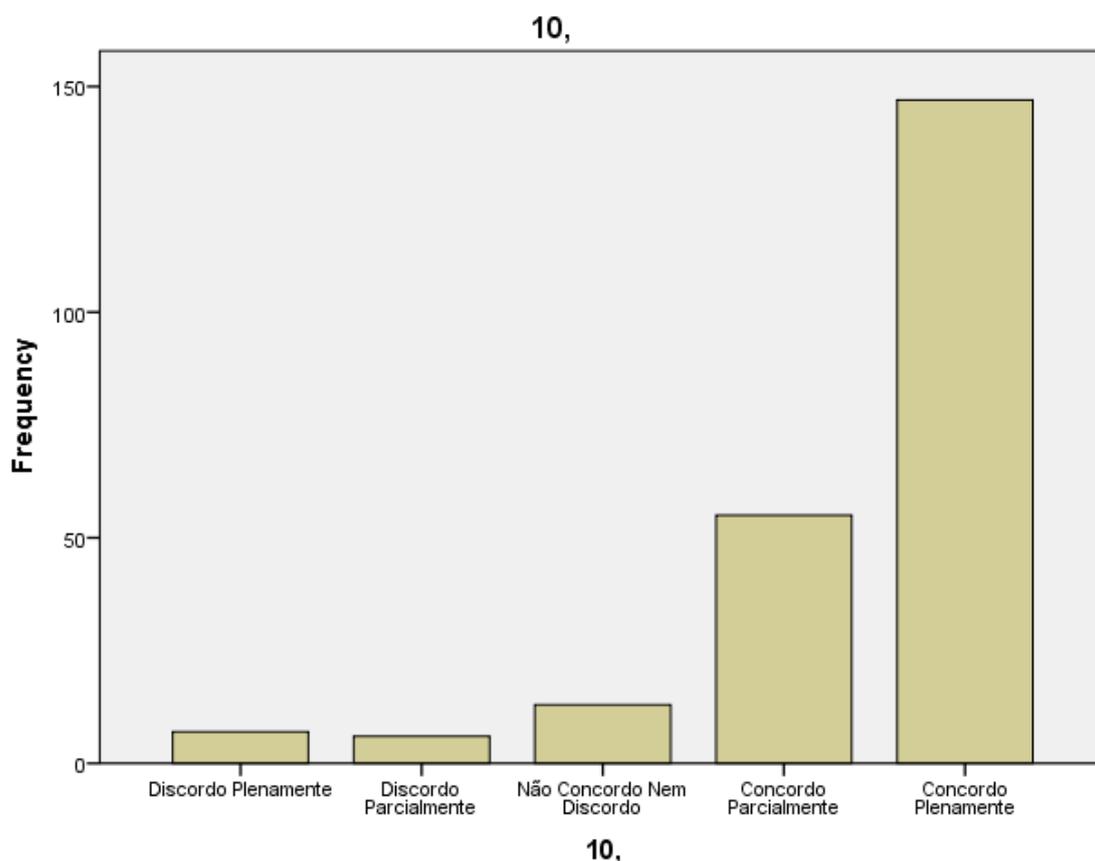
**Gráfico 14: Tabela de Frequência da Afirmação 9**



O último ponto de análise da seção 2 busca fazer uma intersecção com a primeira dimensão de análise. O aumento das funções e exigências na produção, junto com a progressiva mecanização, impõem uma aceleração do ritmo da produção, que cada vez menos passa a depender dos humanos: “com o passar

dos anos, sinto que o trabalho na linha de produção se tornou mais corrido/intenso” (Gráfico 15). Quatro não responderam à questão. Dentre os que responderam, 64,5% (147 respondentes) concordaram plenamente e 24,1% (55 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,44 e a mediana de 5. Mais uma vez, é observado um elevado grau de concordância com a afirmação, que confirma a percepção do respondente sobre as tendências da organização do trabalho apontadas na discussão teórica.

**Gráfico 15: Tabela de Frequência da Afirmação 10**



Marx (2013), no século XIX, já percebe a tendência do capitalismo ao aumento de sua composição orgânica, que consiste justamente no aumento do capital constante em relação ao capital variável (trabalho), bem como o aprofundamento da divisão do trabalho, aumento da produtividade do trabalho e da extração de mais-valia.

Neste ponto, Moraes Neto (1986), mostra que o paradigma taylorista/fordista é um aprofundamento das tendências imanentes do capitalismo já observadas por Marx. Porém, a transição para a acumulação flexível é motivada em grande parte por uma limitação do fordismo: a dependência do trabalho manual e, portanto, do trabalhador coletivo, estando sujeito à cooperação deste – ausência de greves ou sabotagem da linha de produção, por exemplo.

Para superar este entrave, a acumulação flexível, além da busca pelo engajamento psicológico máximo do trabalhador – com a utilização da psicologia aplicada e outras técnicas de captura da subjetividade -, preconiza uma fábrica de alto padrão tecnológico, a introdução de computadores na produção e a automação de várias etapas do processo produtivo (ANTUNES, 2002; SILVA, 2006).

A análise da segunda seção mostra que os trabalhadores da amostra percebem o aumento de processos automatizados na produção, a automatização de funções antes executadas por humanos, a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos automatizados, sentem que há menos espaço para humanos no processo produtivo e que o trabalho se intensificou, se tornando mais corrido. É possível afirmar, desta forma, que os trabalhadores percebem e vivenciam a substituição do trabalho vivo dentro da produção.

### **6.2.3. Insegurança do Trabalhador frente à Empresa e o Emprego**

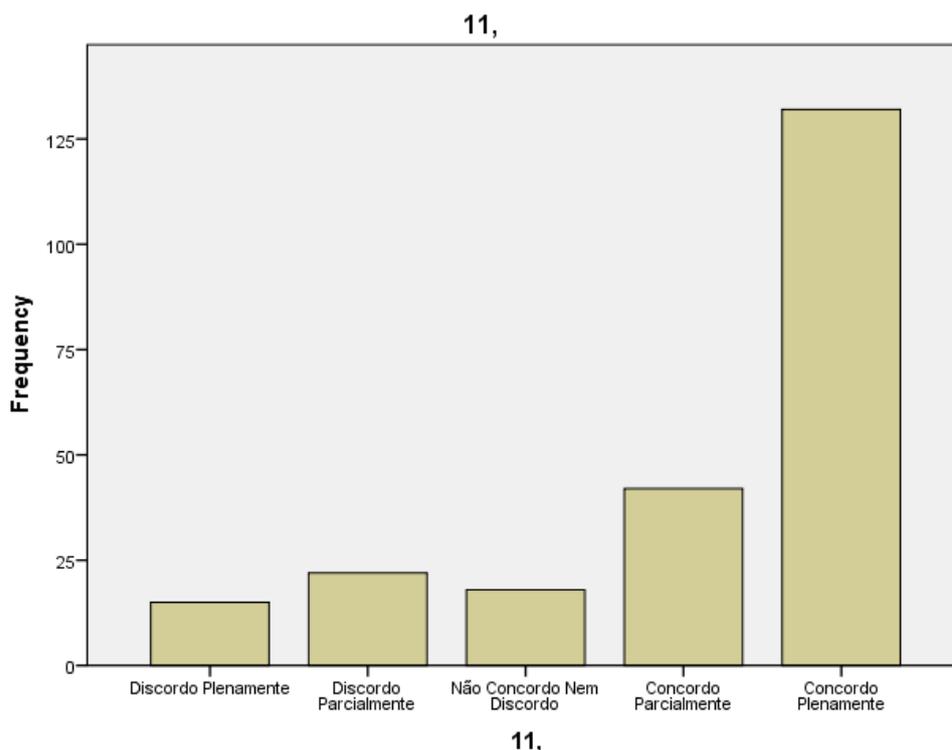
As inovações na organização da produção consistem em uma forma de aumento da exploração do trabalho e redução da utilização de trabalho vivo na produção, buscando aumentar a independência relativa da valorização do capital para com os trabalhadores. Possui, portanto, um caráter conflitivo entre as classes do patronato e dos trabalhadores (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

A terceira seção busca, portanto, avaliar o sentimento de insegurança dos trabalhadores frente à empresa em que trabalham e à sua estabilidade no emprego. Ou seja, se os trabalhadores percebem este caráter conflitivo entre as

classes sociais das inovações na organização do trabalho e se sentem inseguros frente a este fato.

Inicia-se a análise pela avaliação da insegurança do trabalhador frente a seu emprego: “com o passar dos anos, sinto que meu emprego é ameaçado pela mecanização e automação da linha de produção” (Gráfico 16). Três não responderam à questão. Dentre os que responderam, 57,6% (132 respondentes) concordaram plenamente e 18,3% (42 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,11 e a mediana de 5. Há um elevado grau de concordância com a afirmação, o que leva à conclusão de que os trabalhadores que compõem a amostra se sentem ameaçados frente ao processo de mecanização da produção.

**Gráfico 16: Tabela de Frequência da Afirmação 11**

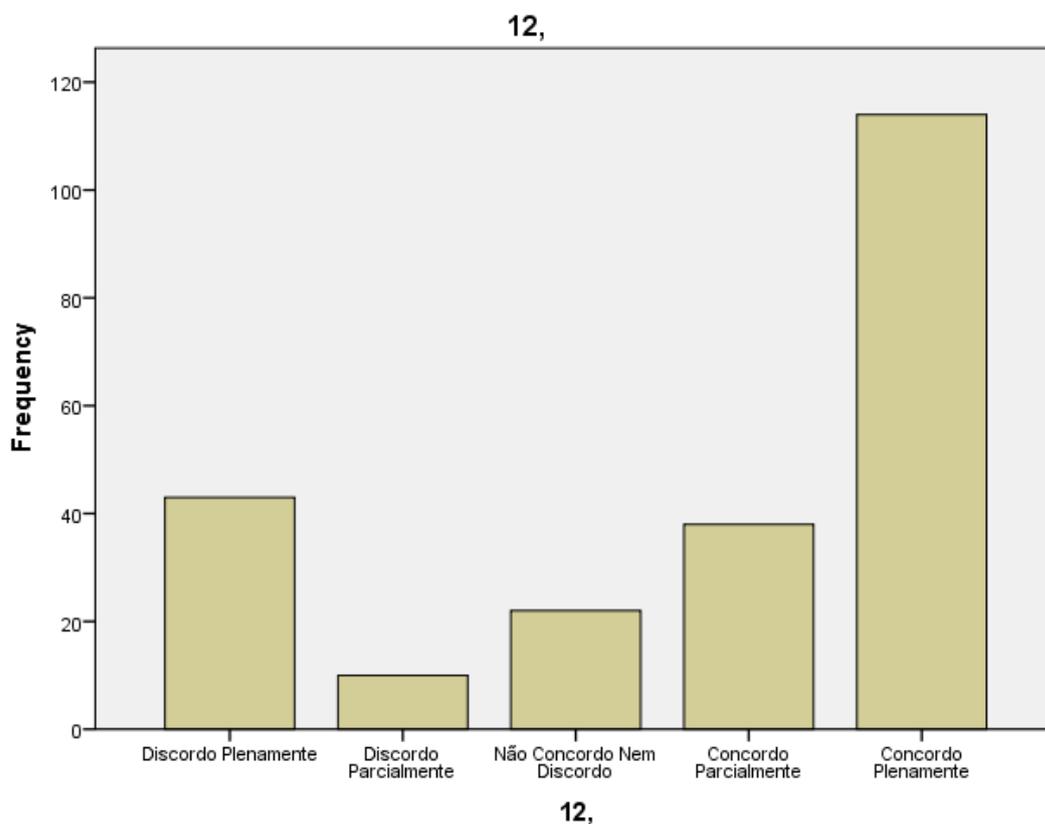


É relevante relatar que, em frente a esta pergunta, um dos respondentes escreveu a palavra “terceirização”. A terceirização, como apontado na parte teórica, é uma das estratégias da acumulação flexível de precarização, flexibilização e aumento da exploração do trabalho. Trata-se de um assunto

relevante, inclusive, para a conjuntura nacional atual, de ofensiva neoliberal e desmonte dos direitos trabalhistas, que assume uma forma mais explícita ainda na dita “reforma” trabalhista, que, na prática, implica numa maior flexibilização e precarização do contrato de trabalho (CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO, 2017).

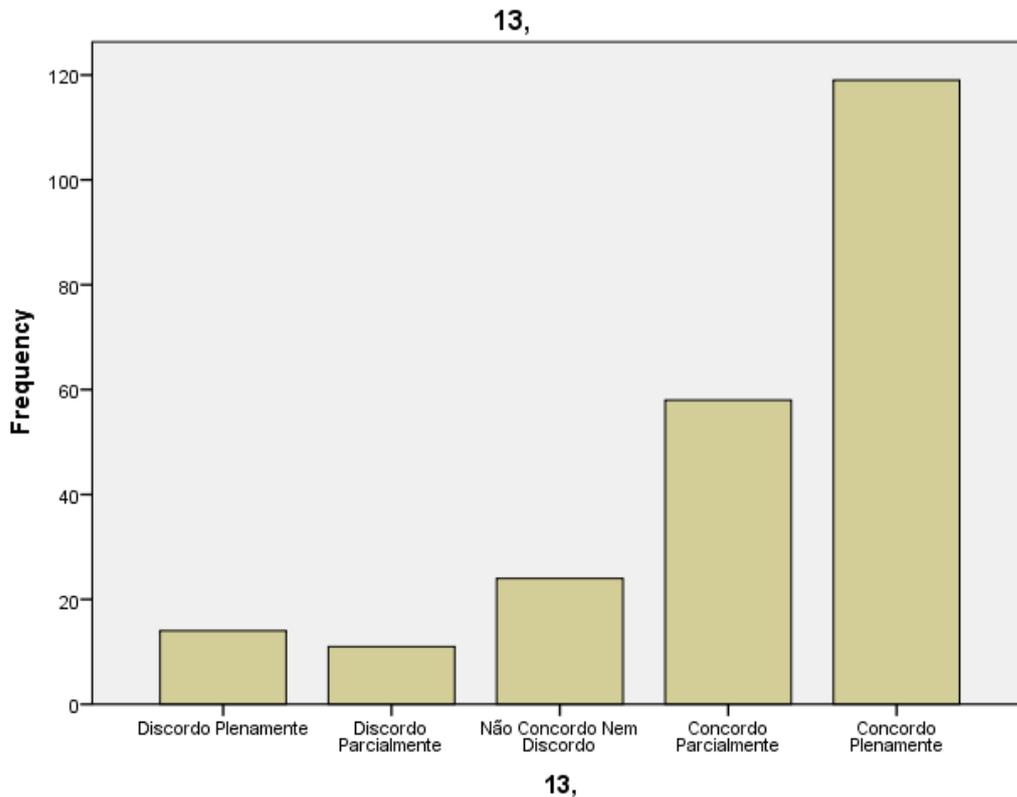
Em seguida, busca-se entender se o trabalhador considera que a empresa está preocupada com o seu emprego: “não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto à redução de pessoal efetivo” (Gráfico 17). Cinco não responderam. Considerando os que responderam, 50,2% (114 indivíduos) concordaram plenamente, 18,9% (43 respondentes) discordaram plenamente e 16,7% (38 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 3,75 e a mediana 5, o que implica que metade da amostra concordou plenamente, porém, o grau de concordância foi menos elevado, como pode se avaliar pela média.

**Gráfico 17: Tabela de Frequência da Afirmação 12**



No que tange aos impactos contraditórios entre as classes sociais das inovações organizacionais, é esperado que seja de interesse do empregador o processo de substituição do trabalho vivo na produção: “sinto que a empresa em que trabalho visualiza a substituição de funcionários pela automatização de processos de forma positiva” (Gráfico 18). Seis não responderam. Dentre os que responderam, 52,7% (119 respondentes) concordaram plenamente e 25,7% (58 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,14 e a mediana 5. Há um alto grau de concordância com a afirmação, portanto.

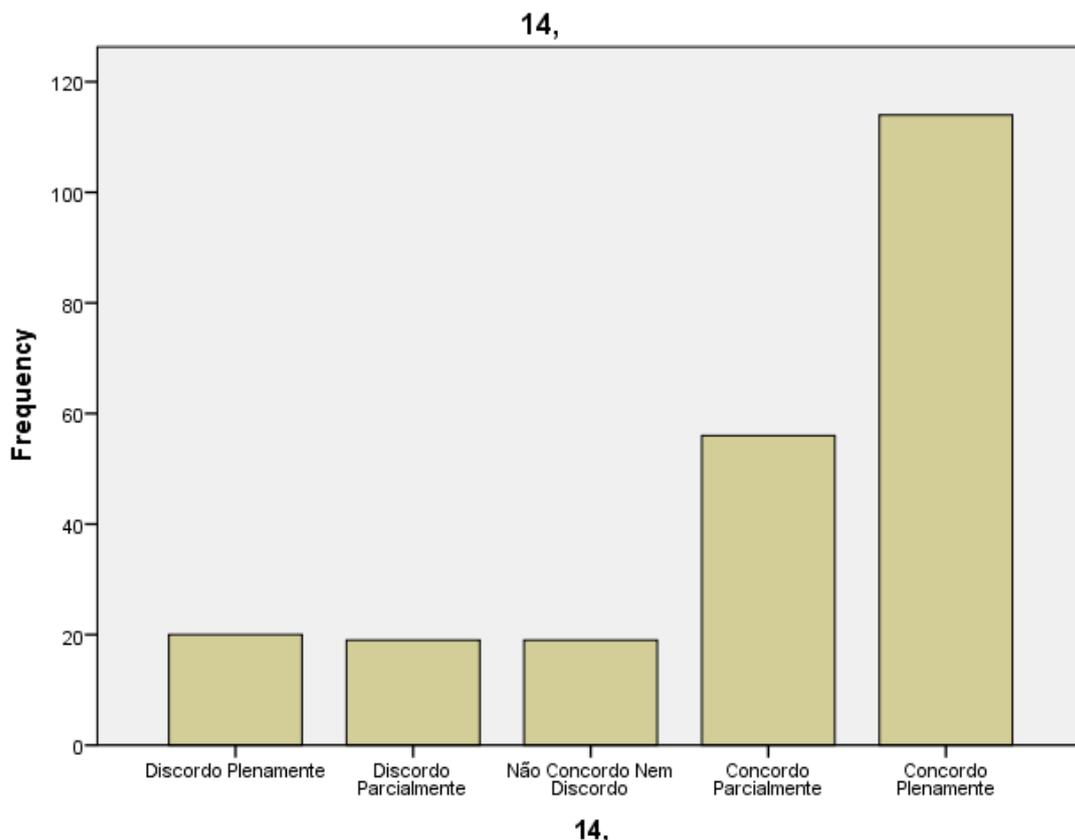
**Gráfico 18: Tabela de Frequência da Afirmação 13**



O tensionamento do processo produtivo, o aumento da exploração do trabalho e a exigência de multifuncionalidade são alguns dos artifícios que possibilitam a redução do pessoal efetivo. Analisa-se então se o trabalhador sente ou não preocupação da empresa quanto ao aumento das funções dos trabalhadores: “não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto ao

aumento de funções de um trabalhador, ao longo do tempo” (Gráfico 19). Quatro não responderam. Dentre os que responderam, 50,0% (114 respondentes) concordaram plenamente e 24,6% (56 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 3,99 e a mediana 4,50. Mais uma vez, há uma elevada concordância com a afirmação.

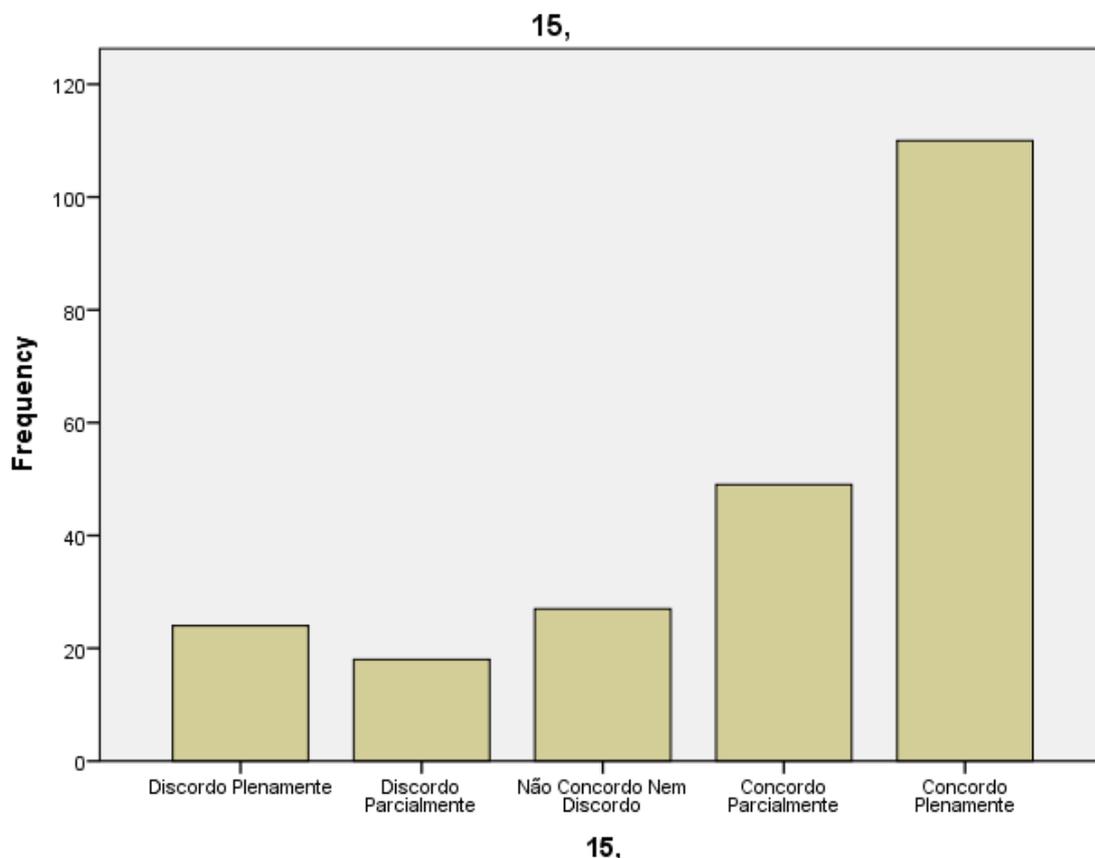
**Gráfico 19: Tabela de Frequência da Afirmação 14**



Completando a questão anterior, indaga-se se o trabalhador sente ou não preocupação da empresa quanto ao aumento das exigências no trabalho: “não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto ao aumento das exigências do dia a dia de cada trabalhador” (Gráfico 20). Quatro não responderam. Dentre os que responderam, 48,2% (110 respondentes) concordaram plenamente e 21,5% (49 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 3,89 e a mediana 4. Há alta concordância com a afirmação, como mostra a análise de

frequência, mas o grau de concordância é menos elevado, girando em torno do “concordo parcialmente”, como pode-se observar na média e mediana.

**Gráfico 20: Tabela de Frequência da Afirmação 15**



Na terceira seção do questionário, é possível, portanto, perceber que os trabalhadores participantes da pesquisa sentem insegurança quanto ao seu emprego frente a automação dos processos produtivos e quanto à visão da empresa em que trabalham sobre este processo de substituição do trabalho vivo pela automação, considerando que a empresa não se preocupa com a redução do quadro de funcionários, encara o processo de automação como positivo e não se preocupa frente ao aumento das funções e exigências do dia a dia do trabalhador. Esta constatação mostra que os trabalhadores que compõem a amostra percebem as tendências apontadas na parte teórica, que as novas formas de organização da produção da acumulação flexível são uma forma de aumento da exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, formas de poupar o

trabalho vivo na produção, possuindo um caráter conflitivo entre as classes do patronato e dos trabalhadores (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

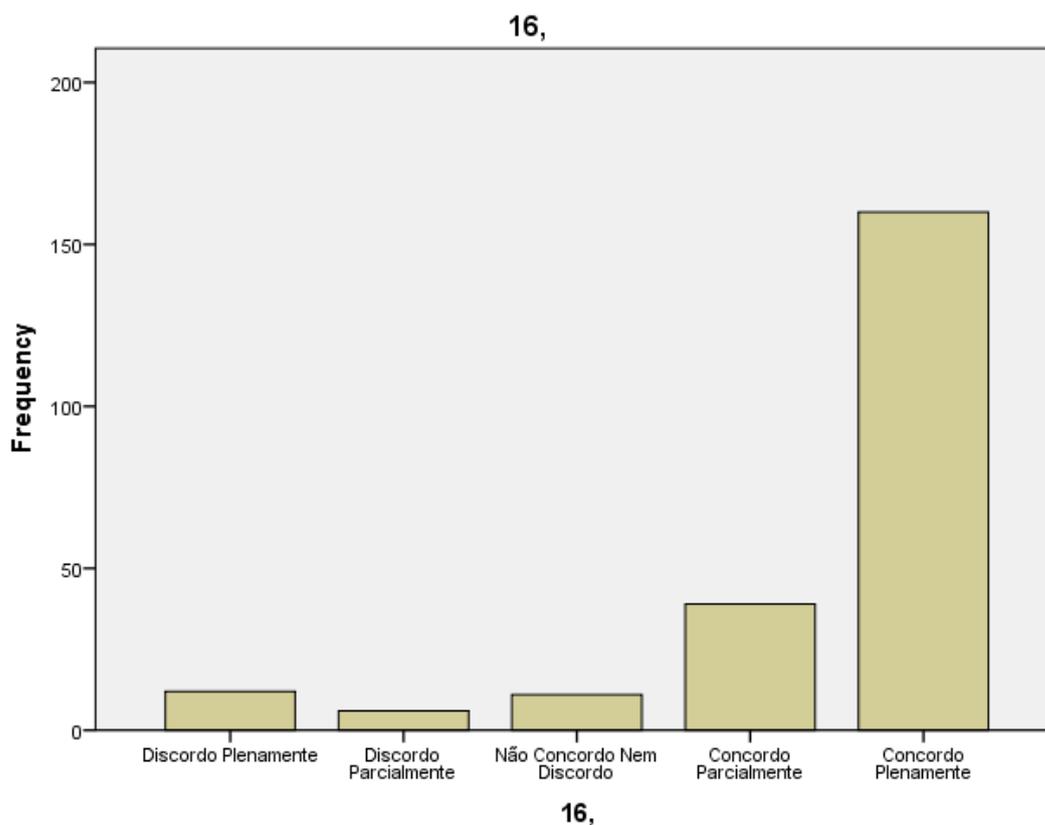
#### **6.2.4. O Trabalhador e o Sindicato**

O sindicato é a entidade representativa dos trabalhadores no local de trabalho e sua ação é caracterizada pela disputa econômica com o capital. Porém, ao se aliar a um projeto político, o sindicato transcende seu poder de ação setorizado e se engaja na luta política da classe trabalhadora por emancipação e igualdade. O sindicato foi e é um importante ator político na conquista de direitos da classe trabalhadora perante as empresas e a sociedade (ANDERSON, 1980).

A quarta e última dimensão da análise avalia o entendimento dos trabalhadores da importância da ação sindical frente aos impactos negativos das inovações na organização da produção que, após a análise das três seções anteriores, é possível afirmar que os trabalhadores estudados percebem.

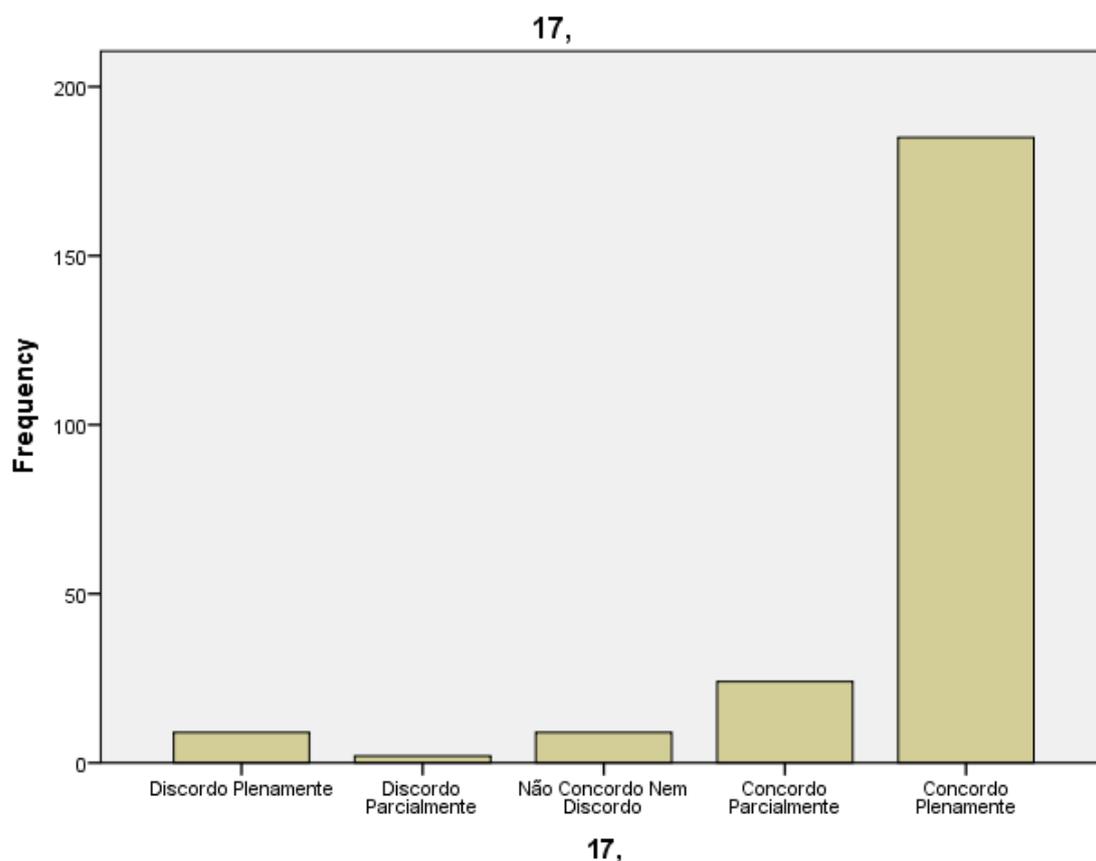
Inicia-se a análise buscando entender se o trabalhador sente a necessidade de o sindicato atuar sobre o processo de automação: “sinto a necessidade da ação sindical sobre o processo de automação dos processos de trabalho e a redução dos funcionários” (Gráfico 21). Quatro não responderam. Dentre os que responderam, 70,2% (160 respondentes) concordaram plenamente e 17,1% (39 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,44 e a mediana 5. Há um elevado grau de concordância com a afirmação e, portanto, um alto grau de percepção, dentro da amostra, da importância da ação coletiva dos trabalhadores frente ao problema da substituição do trabalho vivo dentro do processo produtivo.

**Gráfico 21: Tabela de Frequência da Afirmação 16**



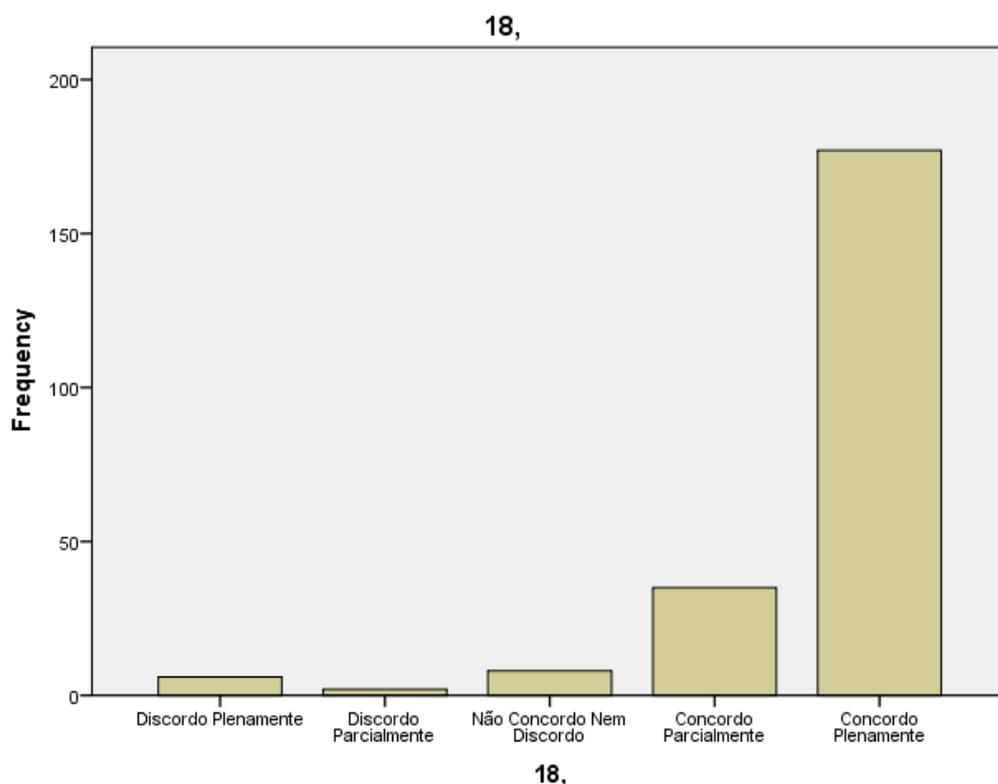
Então, indaga-se se o trabalhador considera importante a atuação do sindicato para tentar minimizar as consequências do processo de automação: “considero importante que o sindicato atue de forma a buscar minimizar as consequências da automação dos processos produtivos e da redução dos funcionários para o trabalhador” (Gráfico 22). Três não responderam. Dentre os que responderam, 80,8% (185 respondentes) concordaram plenamente e 10,5% (24 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,63 e a mediana foi de 5. Mais uma vez, observa-se um alto grau de concordância com a afirmação.

Gráfico 22: Tabela de Frequência da Afirmação 17



O próximo ponto avalia se o trabalhador considera importante a atuação do sindicato frente ao acúmulo de funções característico da acumulação flexível que, como constatado na primeira seção, é percebido pelos trabalhadores da amostra: “gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o acúmulo de funções para cada trabalhador” (Gráfico 23). Quatro não responderam. Dentre os que responderam, 77,6% (177 respondentes) concordaram plenamente e 15,4% (35 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,64 e a mediana 5. Os dados indicam uma elevada concordância com a afirmação.

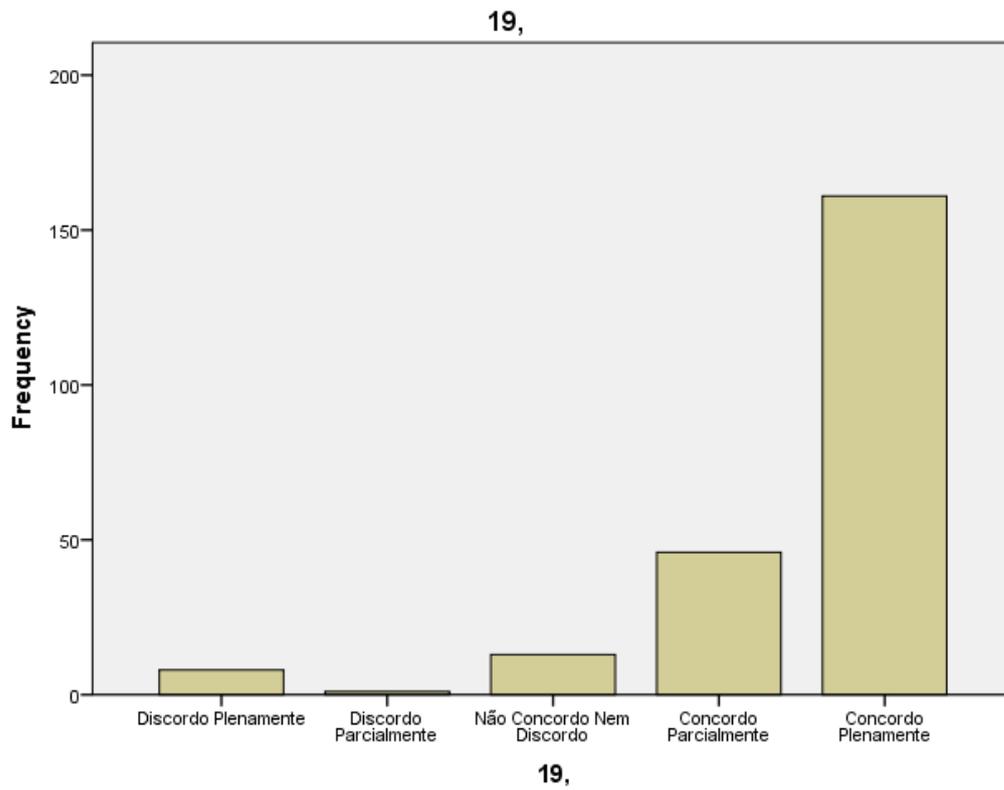
**Gráfico 23: Tabela de Frequência da Afirmação 18**



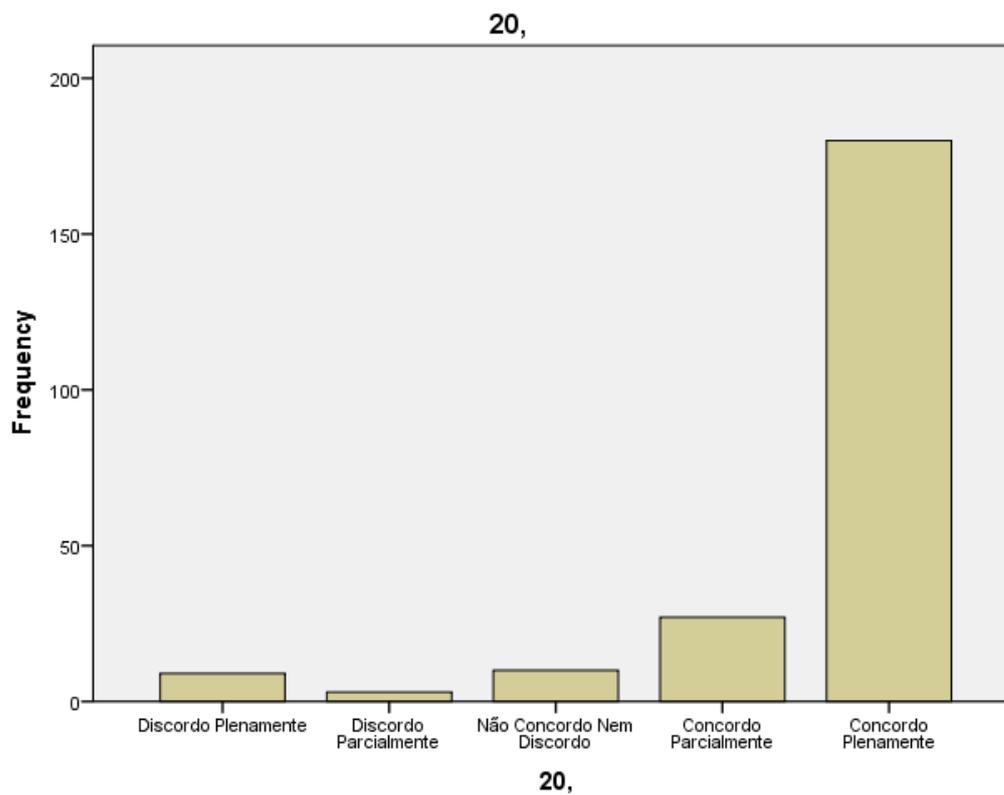
Na primeira seção, confirmando o exposto na análise teórica, constata-se que os trabalhadores percebem o aumento das exigências no trabalho ao longo do tempo. Segue-se então a análise do entendimento da importância do sindicato frente a esta questão: “gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o aumento de exigências sobre as funções dos trabalhadores” (Gráfico 24). Três não responderam. Dentre os que responderam, 70,3% (161 respondentes) concordaram plenamente e 20,1% (46 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,53 e a mediana 5. A concordância com a afirmação é elevada, portanto.

Encerra-se a análise buscando a percepção do trabalhador sobre o papel do sindicato frente a proteção dos postos de trabalho que a automação da produção destrói: “sinto a necessidade do sindicato de se atentar à questão da automação da produção para proteger os empregos dos trabalhadores” (Gráfico 25). Três não responderam. Dentre os que responderam, 78,6% (180 respondentes) concordaram plenamente e 11,8% (27 respondentes) concordaram parcialmente. A média foi de 4,60 e a mediana foi de 5. Há um elevado grau de concordância com a afirmação.

**Gráfico 24: Tabela de Frequência da Afirmação 19**



**Gráfico 25: Tabela de Frequência da Afirmação 20**



A análise da última seção mostra que os trabalhadores da amostra reconhecem a importância do sindicato frente às tendências impostas pelas novas formas de organização do trabalho e uma grande abertura dos trabalhadores em relação à ação sindical. Nas três questões finais, é possível concluir que os trabalhadores estudados gostariam que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para combater o aumento das exigências e acúmulo de funções no trabalho e, por fim, que sentem a necessidade do sindicato de se atentar à questão da automação da produção para proteger os empregos dos trabalhadores.

Os trabalhadores reconhecem, portanto, a função do sindicato como entidade defensora dos interesses da classe trabalhadora no local de trabalho, mas também na luta contra estas tendências da organização da produção que, como mostrado, são tendências do capitalismo em si. Isto mostra a importância do sindicato na luta por uma sociedade mais justa, não como sindicalismo de mera “concertação” e negociação, mas sim combativo e conflitivo, articulado a um projeto político emancipatório para a classe trabalhadora. Devem estar na pauta de ação deste projeto político a luta contra a flexibilização do contrato de trabalho - que cada vez mais se assemelha à compra e venda de qualquer outra mercadoria - em prol de uma maior regulação pública do contrato de trabalho, devem ser questionadas e combatidas as tendências à substituição irrestrita do homem pela máquina e do aumento da exploração do trabalho, que atualmente ocorre sem permitir que os trabalhadores se beneficiem dos grandes incrementos na produtividade do trabalho (ANDERSON, 1980; ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; BORGES, 2006)

### **6.3. Análise de Correlações e das Quatro Seções**

Para finalizar a análise do questionário, foram escolhidas três perguntas da caracterização do respondente - tempo de trabalho, faixa de renda e se o respondente exerce cargo administrativo ou não – e sete tópicos da escala de concordância – afirmação 7, 8, 9, 11, 16, 17, 20 – que abrangessem as 4 seções do questionário.

As variáveis foram submetidas, então, à análise de correlação para averiguar se as três variáveis da caracterização do respondente tinham correlação com o grau de concordância com as afirmações. Por exemplo, se um respondente com mais tempo de trabalho tenderia a ter um grau de concordância maior ou menor com uma das afirmações. Correlações entre as afirmações não são muito significativas, pois as afirmações contêm uma lógica comum – dos impactos das novas formas de organização do trabalho para o trabalhador – e é esperado que o respondente que tenha um alto grau de concordância com uma afirmação o tenha também com outra.

Para tanto, foi montada uma tabela de correlação (Quadro 3), que analisa todas as possíveis correlações entre as variáveis selecionadas.

Entre as variáveis da caracterização do respondente e as afirmações não foi encontrada nenhuma correlação significativa, exceto entre cargos administrativos e a pergunta 17, onde foi constatada uma correlação positiva fraca (coeficiente de *Pearson* igual a 0,354). Este fator indica que os respondentes que declararam exercer cargos administrativos tiveram uma tendência um pouco maior de reconhecer a importância da ação sindical para minimizar os impactos da automação dos processos produtivos e da redução de funcionários para os trabalhadores.

Por fim, a ausência de correlação mais significativa entre as variáveis indica uma certa homogeneidade entre os trabalhadores da amostra na percepção do aumento das exigências do trabalho, da substituição do trabalho vivo na produção, na insegurança frente ao emprego e no reconhecimento da importância da ação sindical frente a estes problemas.

Quadro 3: Tabela de Correlação

		Correlations																		
		Tempo Trabalho	Faixa Renda	Administrativo	7,	8,	9,	11,	16,	17,	20,									
Tempo Trabalho	Pearson Correlation	1	,415*	-,066	,014	,125	,101	-,102	,106	,004	,032									
	Sig. (2-tailed)		,000	,323	,836	,060	,127	,125	,111	,946	,634									
	N	232	231	223	231	229	230	229	228	229	229									
Faixa Renda	Pearson Correlation	,415**	1	-,051	-,032	,085	,038	-,108	,032	-,037	-,006									
	Sig. (2-tailed)	,000		,450	,627	,202	,562	,103	,632	,583	,928									
	N	231	231	222	230	228	229	228	227	228	228									
Administrativo	Pearson Correlation	-,066	-,051	1	,087	,073	,174**	,238**	,233**	,354**	,269**									
	Sig. (2-tailed)	,323	,450		,195	,281	,010	,000	,001	,000	,000									
	N	223	222	223	222	220	221	220	220	220	220									
7,	Pearson Correlation	,014	-,032	,087	1	,613**	,578**	,522**	,542**	,682**	,676**									
	Sig. (2-tailed)	,836	,627	,195		,000	,000	,000	,000	,000	,000									
	N	231	230	222	231	228	229	228	227	228	228									
8,	Pearson Correlation	,125	,085	,073	,613**	1	,700**	,566**	,437**	,546**	,540**									
	Sig. (2-tailed)	,060	,202	,281	,000		,000	,000	,000	,000	,000									
	N	229	228	220	228	229	229	228	227	228	228									
9,	Pearson Correlation	,101	,038	,174**	,578**	,700**	1	,622**	,471**	,560**	,593**									
	Sig. (2-tailed)	,127	,562	,010	,000	,000		,000	,000	,000	,000									
	N	230	229	221	229	229	230	229	228	229	229									
11,	Pearson Correlation	-,102	-,108	,238**	,522**	,566**	,622**	1	,479**	,568**	,582**									
	Sig. (2-tailed)	,125	,103	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000									
	N	229	228	220	228	228	229	229	227	228	228									
16,	Pearson Correlation	,106	,032	,233**	,542**	,437**	,471**	,479**	1	,730**	,712**									
	Sig. (2-tailed)	,111	,632	,001	,000	,000	,000	,000		,000	,000									
	N	228	227	220	227	227	228	227	228	228	228									
17,	Pearson Correlation	,004	-,037	,354**	,682**	,546**	,560**	,568**	,730**	1	,879**									
	Sig. (2-tailed)	,946	,583	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000									
	N	229	228	220	228	228	229	228	228	229	229									
20,	Pearson Correlation	,032	-,006	,269**	,676**	,540**	,593**	,582**	,712**	,879**	1									
	Sig. (2-tailed)	,634	,928	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000										
	N	229	228	220	228	228	229	228	228	229	229									

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Os questionários, de forma geral, retornaram com um elevado grau de concordância com as afirmações, o que mostra que os trabalhadores da amostra têm uma elevada percepção das tendências impostas pelas novas formas de organização do trabalho oriundas da acumulação flexível e estão abertos e reconhecem a importância da ação sindical.

No capítulo da metodologia, na apresentação do questionário, mostrou-se que ele é composto por quatro dimensões, compostas cada uma de 5 perguntas. A primeira busca avaliar as percepções do trabalhador sobre o aumento das funções e das exigências no trabalho ao longo do tempo, a segunda se o trabalhador percebe a mecanização e a substituição do trabalho vivo crescente na produção, a terceira avaliar o sentimento de insegurança frente à empresa e à estabilidade no emprego, dada estas tendências da acumulação flexível e, por fim, a quarta avaliar a demanda e o entendimento da importância da ação sindical frente a esta situação.

A média da concordância da primeira seção foi de 4,03, da segunda seção foi de 4,472, da terceira seção foi de 3,976 e da quarta seção foi de 4,568. Com base nestas médias, reforça-se o elevado grau de percepção dos trabalhadores frente às tendências apontadas na parte teórica. Pode-se afirmar que os trabalhadores da amostra percebem o aumento das exigências e funções no trabalho, percebem a substituição de trabalho vivo dentro da produção, sentem-se inseguros frente à estabilidade no emprego e quanto à preocupação da empresa em que trabalham frente a esta questão e estão abertos e reconhecem a importância da ação sindical frente a estes problemas.

## Considerações Finais

Este trabalho buscou entender os impactos para os trabalhadores das inovações na organização do trabalho e as demandas e limitações que este processo cria para a ação sindical.

Para tanto, primeiro foi realizada uma investigação acerca do estado da arte do tema nas bases de pesquisa do *Scopus* e da ANPAD, onde foi percebida uma carência, nestas bases, de pesquisas que tratem das relações entre as novas formas de organização do trabalho e a geração de desemprego estrutural. Esta carência não é observada na literatura da área das Ciências Sociais no geral, porém nas bases pesquisadas existe uma quantidade muito baixa de trabalhos que abordem a temática.

Na análise teórica, foram inicialmente estabelecidas as relações entre a dinâmica histórica do capitalismo e o trabalho, desde o nascimento do trabalho assalariado, com a separação entre o trabalhador e os meios de produção e o estabelecimento da venda da força de trabalho como forma de subsistência do trabalhador, dentro do bojo da Primeira Revolução Industrial. Segue-se uma breve análise histórica da Segunda Revolução Industrial, do Imperialismo, da Crise de 1929/33, do Capitalismo Regulado e do Neoliberalismo, com o intuito de traçar o meio histórico, político e econômico com o qual a organização do trabalho tem profunda e íntima ligação.

No segundo capítulo são analisados, então, os paradigmas históricos da organização do trabalho. A análise é dividida entre o paradigma taylorista/fordista e a acumulação flexível. A partir da análise de ambos, foi possível traçar uma linha geral de movimento sobre a qual se edificam as inovações organizacionais, o aumento ou recomposição da taxa de lucro via aumento da exploração da força de trabalho e da produtividade do trabalho, e um impacto recorrente desta tendência, o aumento do desemprego estrutural, a redução do trabalho vivo no processo produtivo. Em outras palavras, a “poupança” de trabalho humano na produção. Contrastando essa análise com a análise da história do desenvolvimento capitalista, é notório que as mudanças na organização do trabalho seguem a tendência de desenvolvimento do capitalismo: o aprofundamento da divisão do trabalho, o aumento da

produtividade e da exploração do trabalho e a poupança de trabalho vivo na produção.

O capítulo é encerrado com a análise de outro impacto do desenvolvimento capitalista sobre os trabalhadores: o estranhamento - entendido como a perda da consciência de si mesmo, perda da consciência de classe e estranhamento de seu próprio trabalho, onde o produto do seu próprio trabalho se torna alheio e estranho ao trabalhador - e as possibilidades contemporâneas da luta do trabalho, onde são discutidos os novos desafios que o capitalismo contemporâneo e as novas formas de organização do trabalho impõem para a ação coletiva dos trabalhadores e a ação sindical.

Esta parte da análise atende ao objetivo geral de discutir as formas com que o desenvolvimento das inovações organizacionais afeta as possibilidades da ação sindical, bem como o objetivo específico de estabelecer um diagnóstico, via análise histórica, da relação de causalidade entre as inovações organizacionais do paradigma da acumulação flexível e o desemprego.

Segue-se, na parte aplicada do trabalho, os resultados da aplicação do questionário para uma amostra composta de 232 trabalhadores do setor metalúrgico, filiados a um sindicato da categoria do ABC paulista. O questionário se inicia com um levantamento demográfico da amostra, atendendo o segundo objetivo específico, e segue com 20 afirmações às quais o trabalhador classifica de acordo com uma escala de concordância de cinco pontos, que visa investigar a percepção dos trabalhadores acerca dos impactos das novas formas de organização do trabalho, apontados na parte teórica do trabalho, e a percepção do trabalhador da importância da ação sindical frente a estes impactos.

Conforme o levantamento demográfico da amostra, mostrou-se que a maioria dos respondentes se situa entre os 31 a 50 anos, possui pelo menos o Ensino Médio Completo, uma renda salarial acima dos R\$ 4000,00, é do gênero masculino e exerce cargos não administrativos.

Os resultados da segunda parte do questionário mostram que os trabalhadores da amostra percebem o aumento das exigências e funções no trabalho, percebem a substituição de trabalho vivo dentro da produção, sentem-se inseguros frente à estabilidade no emprego e quanto à preocupação da empresa em que trabalham frente a esta questão e estão abertos e reconhecem a importância da ação sindical frente a estes problemas. Esta análise atende os

dois últimos objetivos específicos, mostrando que há demanda, entre os trabalhadores da amostra, da ação sindical frente aos problemas gerados pelas novas formas de organização do trabalho.

Tamanha percepção dos impactos das novas formas de organização da produção não era necessariamente esperada pois, como apontado na parte teórica, a ascensão das novas formas de organização do trabalho é acompanhada pela progressiva captura da subjetividade do trabalhador e por novas formas de estranhamento, que podem dificultar a percepção de classe dos trabalhadores e os manter otimistas frente a seu trabalho.

Uma possibilidade é que, como a amostra é composta por trabalhadores sindicalizados, o sindicato esteja fazendo um trabalho eficiente de conscientização dos trabalhadores. Desta forma, como sugestão para pesquisas futuras, é oportuna uma análise comparativa entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, para averiguar se há uma diferença significativa entre o grau de percepção e conscientização destes frente aos problemas apontados no estudo.

É possível responder ao problema de pesquisa afirmando que as inovações organizacionais precarizam a condição do trabalhador frente ao capital, gerando desemprego e aumentando a exploração da força de trabalho, e que esta precarização é sentida pelos trabalhadores que participaram da pesquisa. A substituição de trabalho humano na linha de produção e a fragilização do trabalhador frente ao capital exige uma participação cada vez maior do sindicato, que deve assumir uma posição combativa frente ao capital.

A luta sindical não deve se restringir ao local de trabalho, mas estar engajada num projeto político que defenda uma política econômica que gere emprego e distribuição de renda e que defenda a regulação pública do contrato de trabalho. O desemprego gerado pela substituição do trabalho vivo dentro da produção deve ser enfrentado por meio da ação coletiva de classe, para que a classe trabalhadora possa usufruir de alguns benefícios do aumento da produtividade do trabalho.

Neste ponto, é oportuno o retorno da bandeira pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário – que possibilitaria, teoricamente, a manutenção do nível de emprego apesar do aumento vertiginoso da produtividade do trabalho – e a atenção à questão da renda básica: uma renda

paga por uma comunidade para todos os seus membros individualmente, de forma independente de sua situação financeira ou trabalho. A renda básica, além de estimular o consumo, componente da demanda agregada, e, portanto, o crescimento econômico, empodera o trabalhador frente ao capital, o possibilitando constituir uma existência de forma relativamente mais independente do mercado de trabalho e sem a necessidade de se submeter a formas precárias de geração de renda (BORGES, 2006; SILVA, 2014).

Como devolutiva ao sindicato participante da pesquisa, os dados estatísticos, bem como a presente dissertação, serão entregues à instituição, com o intuito de contribuir para o conhecimento do sindicato de seus associados e suas opiniões e suscitar discussões acerca das questões levantadas no presente trabalho. As tendências de poupar o trabalho vivo na produção das inovações na organização da produção são tendências imanentes ao capitalismo, de forma que, dentro deste sistema, não podem ser paradas. Isto não quer dizer, porém, que não devem e podem ser combatidas.

Além da já citada integração do sindicato a um projeto político emancipatório para a classe trabalhadora, que preconize um aprofundamento da regulação pública do trabalho, ou seja, um fortalecimento das leis trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores, a luta pela redução da jornada de trabalho é uma pauta importante que deve ser retomada progressivamente, assim como uma maior vinculação dos salários com o aumento da produtividade, possibilitando aos trabalhadores se apropriarem de uma parte destes ganhos de produtividade do trabalho. Dentro da amostra, o trabalho de conscientização dos associados pelo sindicato parece ter sido eficiente, o que pode ser melhor estudado com a realização de um novo estudo comparativo entre sindicalizados e não sindicalizados. Porém, é importante o sindicato manter e ampliar o seu papel de conscientização, por meio de palestras e reuniões com os associados, algo que já é ativamente realizado, como constatado em conversas com os dirigentes.

Os resultados da pesquisa apontam que, apesar da importância das entidades sindicais na representação dos trabalhadores dentro do local de trabalho, é cada vez mais necessário o engajamento destas em um projeto político emancipatório, assumindo uma postura combativa na negociação com o capital, e lutando pelo aprofundamento da democracia radicalmente igualitária, com justiça econômica e social.

## Referências

ANDERSON, Perry. Possibilidades e Limites do Sindicato. **Revista Oitenta**, Porto Alegre, v. 3, p.41-57, Outono de 1980.

ANTUNES, Ricardo. As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas do Estranhamento (Alienação). **Caderno Crh**, Salvador, n. 37, p.23-45, jul./dez. 2002.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado de Trabalho no Brasil. **Cadernos CRH**, Salvador, V. 26, n.68, p. 273-292, Maio/ago. 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; ALMEIDA, Julio Gomes. **Depois da Queda: A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**.RJ: Civilização Brasileira, 2002.

BORGES, Célia Regina Congilio. Karl Marx, os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores frente à reestruturação do capital. In: II SIMPÓSIO ESTADUAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2006, Londrina. **Anais do Grupo de Estudos de Política da América Latina**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/celiareginacongilioborges.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRENKE, Karl; RINNE, Ulf; ZIMMERMANN, Klaus F.. Short-time work: The German answer to the Great Recession. **International Labour Review**, [s.l.], v. 152, n. 2, p.287-305, jun. 2013. Wiley-Blackwell.  
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1564-913x.2013.00181.x>.

CARDOSO, Adalberto Moreira. DIMENSÕES DA CRISE DO SINDICALISMO BRASILEIRO. **Caderno Crh**, [s.l.], v. 28, n. 75, p.493-510, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792015000300004>.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: A Economia Brasileira no Último Quartel do Século XX**. SP: UNESP/UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7, IE-UNICAMP, Novembro de 2005 / Abril de 2006.

CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 749-778, Dec. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400003&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 May 2017.

CARVALHO NETO, Antonio. Comprometimento Negociado entre Metalúrgicos e Montadoras do ABC: da gestão das inovações organizacionais a investimentos de bilhões de dólares nas velhas fábricas. In: **XXV ENCONTRO DA ANPAD**, 2001, Campinas-SP.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO (Campinas). Unicamp. **Dossiê Reforma Trabalhista**. Campinas: IE-UNICAMP, 2017. 74 p. Disponível em: <[http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie\\_FINAL.pdf](http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie_FINAL.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2017.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p.23-33, jul./dez. 1994.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. SP: Xamã, 1996.

CHISHOLM-BURNS, Marie A.. A Crisis Is a Really Terrible Thing to Waste. **American Journal Of Pharmaceutical Education**, [s.l.], v. 74, n. 2, set. 2010. American Journal of Pharmaceutical Education. <http://dx.doi.org/10.5688/aj740219>.

COLLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Avesso**, RJ, UFRJ/Revan, 1994.

CUT (Brasil). **Histórico – CUT**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

DAINEZ, Valdir Iusif; DAINÉZ, André Rodrigues Iusif. **Economia Internacional**. Campinas: Alínea, 2014.

DAINEZ, Valdir Iusif. **O Desafio do Emprego: Um Estudo Sobre a Relação entre Mercado de Trabalho e Globalização**. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

DEAKIN, Simon; MALMBERG, Jonas; SARKAR, Prabirjit. How do labour laws affect unemployment and the labour share of national income? The experience of six OECD countries, 1970-2010. **International Labour Review**, [s.l.], v. 153,

n. 1, p.1-27, mar. 2014. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1564-913x.2014.00195.x>.

DEMBE, Allard E.. Factors shaping the development of working time regulation in the United States and Europe. **International Labour Review**, [s.l.], v. 150, n. 3-4, p.419-429, dez. 2011. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1564-913x.2011.00126.x>.

DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. SP: Nova Cultural, 1988. Coleção Os Economistas.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ELSEVIER. **Scopus**. Disponível em:  
<<http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

FAGNANI, Eduardo. Fragmentação da Luta Política e Agenda de Desenvolvimento, Julho 22, 2014, <http://plataformapoliticasocial.com.br/fragmentacao-da-luta-politica-e-agenda-de-desenvolvimento/>.

FERNANDEZ, Dídimio Castillo. Hegemony and the U.S. Labor Model. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.64-72, 1 jan. 2007. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x06296354>.

FLEIG, Daniel Gustavo. Reestruturação Produtiva e Subjetividade: Uma Análise Interpretativa do Significado do Desemprego. In: **XXVII ENCONTRO DA ANPAD**, 2003, Atibaia-SP.

FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade de Henry Ford: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia de indústria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2012.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. SP: Saraiva, 1999.

Fundação Capes. **Capes disponibiliza maior base de dados científicos do mundo**. 2007. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/1775-blank-35496251>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

GOSPEL, Howard; PENDLETON, Andrew. Finance, Corporate Governance and the Management of Labour: A Conceptual and Comparative Analysis. **Br J**

**Industrial Relations**, [s.l.], v. 41, n. 3, p.557-582, set. 2003. Wiley-Blackwell.  
<http://dx.doi.org/10.1111/1467-8543.00287>.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRÜN, Roberto. Atores e Ações na Construção da Governança Corporativa Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18, N. 52, Junho de 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. SP: Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, Michal. Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego. In: KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1987. Cap. 6. p. 54-60. Tradução e seleção por Jorge Miglioli.

KAPSOS, Steven (2005). "The employment intensity of growth: trends and macroeconomic determinants," **Employment Strategy Papers**, No. 2005/12, Employment Strategy Department, Geneva: ILO.

KEIM, Alaina C. et al. Why do employees worry about their jobs? A meta-analytic review of predictors of job insecurity. **Journal Of Occupational Health Psychology**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.269-290, 2014. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/a0036743>.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: Harcourt Brace, 1991.

KREIN, José Dari; DIAS, Hugo Rodrigues; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 29, n. 85, p.121-135, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142015008500009>.

LÊNIN, Vladimir Ilych. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. SP: Global, 1987.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os Anos de Chumbo – Economia e Política Internacional no Entreguerras**. SP: Editora UNESP, Campinas-SP, Editora UNICAMP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**, São Paulo: Boitempo, 2013 .

MARX, Karl. Prefácio: Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**: Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 27-32.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. SP: Brasiliense, 1987.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reiventação da manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.31-34, out./dez. 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v26n4/v26n4a03.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de Industrialização – Do Capitalismo Originário ao Atrasado**. SP: Ed. UNESP, Campinas: UNICAMP, 2003.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Do Taylorismo/Fordismo à Acumulação Flexível Toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas. **Intellectus: Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**, Sumaré, v. 2, p.01-50, jul. 2004.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. SP: Companhia das Letras, 1989

RANIERI, Jesus José. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **Idéias**, Campinas, v. 12-13, p.177-192, 2006.

SÁ, Karen Ann Câmara Bezerra. (Re) Revisitando Fayol: uma discussão para além do interesse gerencial. **XXXVII Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro, set. 2013. Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EOR2244.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR2244.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. SP: Nova Cultural, 1988. Coleção Os Economistas.

SCOLNIK, Fernando. Grassroots Labor Organizations in Metropolitan Buenos Aires, 2003-2007. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v. 42, n. 2, p.30-41, 17 out. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x14551139>.

SILVA, Felipe Luiz Gomes e. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 56, Jan. 2006.

SILVA, Josué Pereira da. **Por que Renda Básica?** São Paulo: Annablume, 2014, 200p

SMITH, Adam. **Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. 3ª ed. SP: Nova Cultural, 1988. Col. Os Economistas.

STIGLITZ, Joseph. The global crisis, social protection and jobs. **International Labour Review**, [s.l.], v. 152, p.93-106, jan. 2013. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1564-913x.2013.00165.x>.

STURN, Simon. Are corporatist labour markets different? Labour market regimes and unemployment in OECD countries. **International Labour Review**, [s.l.], v. 152, n. 2, p.237-254, jun. 2013. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1564-913x.2013.00179.x>.

SWEEZY, Paul Malor. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. 1ª ed. SP: Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 7ª ed. SP: Pioneira, 1992.

WELLE, Deutsche. Reforma trabalhista entra em vigor:: o que muda?. **Carta Capital**. São Paulo, p. 22-23. 13 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-trabalhista-entra-em-vigor-o-que-muda>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

WRIGHT, Erik Olin. Compass Points: Towards a Socialist Alternative. **New Left Review**, Londres, n. 41, p.93-124, set./out. 2006.

ZANNI, Alberto. Say's law of markets as interpreted by Jenkin, Pareto, Einaudi and the Italian economists of the past. **History Of Economic Ideas**, [s.l.], n. 21, p.91-112, 2013. Fabrizio Serra Editore. <http://dx.doi.org/10.1400/218554>.

## **Apêndice 1: Instrumento de Pesquisa**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

**Título do Projeto:** Inovações Organizacionais e Desemprego Estrutural: Os Impactos Sobre o Trabalhador

**Pesquisador Responsável:** **André Rodrigues Lusif Dainez**

**Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar):** **(15) 98160-7828**

**Pesquisadores participantes:** **Profa. Dra. Valéria Rueda Elias Spers (Profa. Orientadora)**

**Telefones para contato:** **(19) 99782-6961**

O objetivo é entender os impactos para o trabalhador das inovações na organização do trabalho e quais são as novas demandas criadas por este processo para a ação sindical. Trata-se de uma pesquisa analítica, com elementos de pesquisa exploratória, de análise qualitativa e quantitativa, por meio da aplicação de um questionário com escala de concordância de 5 pontos, que busca mensurar a percepção da classe trabalhadora frente às novas formas de organização da produção e as demandas destes frente à ação sindical. Os critérios de inclusão são trabalhadores do setor metalúrgico filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

---

André Rodrigues Lusif Dainez

♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do C.P.F. \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Inovações Organizacionais e Desemprego Estrutural: Os Impactos Sobre o Trabalhador, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador André Rodrigues Lusif Dainez sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

### Caracterização do Respondente

Filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	
Sim	Não

Idade					
Menor que 18	18 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	Maior que 51

Escolaridade							
Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Pós Graduação Incompleta	Pós Graduação Completa

<b>Faixa de Renda</b>					
<b>Menor que R\$ 1000,00</b>	<b>Entre R\$ 1001,00 e R\$ 2000,00</b>	<b>Entre R\$ 2001,00 e R\$ 3000,00</b>	<b>Entre R\$ 3001,00 e R\$ 4000</b>	<b>Entre R\$ 4001,00 e R\$ 5000,00</b>	<b>Maior que R\$ 5001,00</b>

<b>Gênero</b>	
<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>

<b>Tempo de Trabalho</b>							
<b>Menos que 5 anos</b>	<b>6 a 10 anos</b>	<b>11 a 15 anos</b>	<b>16 a 20 anos</b>	<b>21 a 25 anos</b>	<b>26 a 30 anos</b>	<b>31 a 35 anos</b>	<b>Mais que 36 anos</b>

<b>Função na Empresa</b>

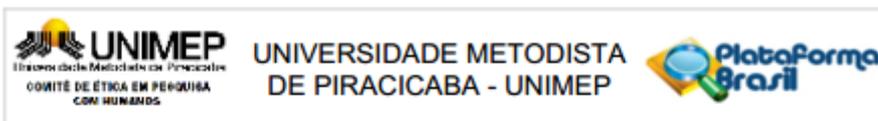
<b>Cargo Administrativo</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>

	<b>Discordo Plenamente</b>	<b>Discordo Parcialmente</b>	<b>Não Concordo nem Discordo</b>	<b>Concordo Parcialmente</b>	<b>Concordo Plenamente</b>
1. Com o decorrer dos anos, sinto que o meu trabalho ficou mais difícil.					
2. Com o decorrer dos anos, aumentaram as exigências no dia a dia da minha função.					
3. Com o decorrer dos anos, precisei realizar mais funções dentro do trabalho que faço.					
4. Com o passar dos anos, sinto que o aumento das exigências no trabalho supera os reajustes de meu salário.					
5. Com o decorrer dos anos, meu trabalho tem se tornado mais cansativo.					
6. Com o passar dos anos, tenho notado o aumento de processos automatizados na produção.					
7. Com o passar dos anos, tenho notado que mais funções, antes feitas por trabalhadores humanos, estão sendo realizadas por máquinas.					

8. Com o passar dos anos, presenciei a demissão de funcionários para serem substituídos por máquinas ou processos mais eficientes.					
9. Com o passar dos anos, sinto que há menos espaço para humanos no processo produtivo.					
10. Com o passar dos anos, sinto que o trabalho na linha de produção se tornou mais corrido intenso.					
11. Com o passar dos anos, sinto que meu emprego é ameaçado pela mecanização e automação da linha de produção.					
12. Não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto à redução de pessoal efetivo.					
13. Sinto que a empresa em que trabalho visualiza a substituição de funcionários pela automatização de processos de forma positiva.					
14. Não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto ao aumento de funções de um trabalhador, ao longo do tempo.					
15. Não sinto preocupação da empresa que trabalho quanto ao aumento das exigências do dia a dia de cada trabalhador.					
16. Sinto a necessidade da ação sindical sobre o processo de automação dos processos de trabalho e a redução dos funcionários.					
17. Considero importante que o sindicato atue de forma a buscar minimizar as consequências da automação dos processos produtivos e da redução dos funcionários para o trabalhador.					
18. Gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o acúmulo de funções para cada trabalhador.					
19. Gostaria que o sindicato atuasse na negociação com as empresas para amenizar o aumento de exigências sobre as funções dos trabalhadores.					

<b>20. Sinto a necessidade do sindicato de se atentar à questão da automação da produção para proteger os empregos dos trabalhadores.</b>					
---	--	--	--	--	--

## Apêndice 2: Aceite da Avaliação Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Inovações Organizacionais e Desemprego Estrutural: Os Impactos Sobre o Trabalhador.

**Pesquisador:** ANDRE RODRIGUES IUSIF DAINEZ

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 66375417.8.0000.5507

**Instituição Proponente:** Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.126.675

**Apresentação do Projeto:**

Segue parecer 2.094.547

**Objetivo da Pesquisa:**

Segue parecer 2.094.547

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segue parecer 2.094.547

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Segue parecer 2.094.547

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

As pendências foram resolvidas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este colegiado acolhe o parecer e aprova o projeto.

Endereço: Rodovia do Açúcar, Km 156  
Bairro: Taquaral CEP: 13.400-911  
UF: SP Município: PIRACICABA  
Telefone: (19)3124-1513 Fax: (19)3124-1515 E-mail: comiteetica@unimep.br

Continuação do Parecer: 2.126.675

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_883879.pdf	05/06/2017 14:08:15		Aceito
Outros	Novo_Acelte.pdf	05/06/2017 14:04:59	ANDRE RODRIGUES IUSIF	Aceito
Outros	Acelte.pdf	09/05/2017 15:08:37	ANDRE RODRIGUES IUSIF	Aceito
Outros	Questionario.pdf	09/05/2017 15:08:16	ANDRE RODRIGUES IUSIF	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.pdf	20/03/2017 20:03:13	ANDRE RODRIGUES IUSIF DAINEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/03/2017 13:03:54	ANDRE RODRIGUES IUSIF DAINEZ	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	20/03/2017 13:00:31	ANDRE RODRIGUES IUSIF	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	20/03/2017 13:00:05	ANDRE RODRIGUES IUSIF	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PIRACICABA, 20 de Junho de 2017

Assinado por:

Daniela Faleiros Bertelli Merino  
 (Coordenador)

Endereço: Rodovia do Açúcar, Km 156  
 Bairro: Taquaral CEP: 13.400-911  
 UF: SP Município: PIRACICABA  
 Telefone: (19)3124-1513 Fax: (19)3124-1515 E-mail: comitedeetica@unimep.br